

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
EM REDE NACIONAL**

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE MONITORAMENTO DO  
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
GRANDE DOURADOS (UFGD)**

**ADRIANA CARLA TEIXEIRA DA COSTA BRITO**

DOURADOS - MS  
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
EM REDE NACIONAL**

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE MONITORAMENTO DO  
PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
GRANDE DOURADOS (UFGD)**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal da Grande Dourados (PROFIAP/UFGD) como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Luci de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B862i Brito, Adriana Carla Teixeira Da Costa

Institucionalização de uma política de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) [recurso eletrônico] / Adriana Carla Teixeira Da Costa Brito. -- 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Vera Luci de Almeida.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação Superior. 2. Políticas Assistenciais Estudantis. 3. Avaliação e Monitoramento. 4. Bolsa Permanência. I. Almeida, Vera Luci De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



# UFPGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ATA DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO FINAL DE MESTRADO APRESENTADA POR **ADRIANA CARLA TEIXEIRA DA COSTA BRITO**, ALUNA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA".

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às 13 horas e 30 minutos, em sessão pública, realizou-se na Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Trabalho de Conclusão Final de Mestrado intitulada "INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFPGD)", apresentada pela mestranda **Adriana Carla Teixeira da Costa Brito**, do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Luci de Almeida/UFPGD (presidente/orientadora), Prof. Dr. Rosemar José Hall/UFPGD (membro titular - interno), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kellcia Rezende Souza/UFPGD (membro titular - externo) e Dr. Renato Fabiano Cintra/UFPGD (membro titular - técnico). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer a candidata e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação do Trabalho de Conclusão Final. Após a candidata ter apresentado o seu Trabalho de Conclusão Final, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido a candidata considerada Aprovada, fazendo jus ao título de **MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 13 de dezembro de 2018.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Luci de Almeida \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Rosemar José Hall \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kellcia Rezende Souza \_\_\_\_\_

Dr. Renato Fabiano Cintra \_\_\_\_\_

(PARA USO EXCLUSIVO DA PROPP)

ATA HOMOLOGADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, PELA PROPP/UFPGD.

*Ao meu marido Ricardo e à minha filha Helena, pilares de sustentação nos momentos mais difíceis e motivos de felicidade em todos os meus dias. Com amor, eu dedico.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela saúde e pela motivação para vivenciar este desafio;

Ao meu esposo Ricardo, registro a minha gratidão por ocupar todos os espaços de minha ausência com nossa filha e segurar a minha mão nos momentos mais difíceis. Muito obrigada por toda compreensão, amor, dedicação e torcida;

À minha amada filha Helena, pelos abraços apertados e carinhosos. Você é minha melhor parte. O meu coração transborda de amor por você;

Aos meus pais Antonio e Francisca pela dedicação, pelos conselhos e por participarem da minha caminhada pessoal e acadêmica;

À Karol, minha irmã guerreira e companheira de todos os momentos, pelo carinho e dedicação;

À minha orientadora, professora Doutora Vera Luci de Almeida, pelo profissionalismo, pela sensibilidade e conselhos;

Aos professores Kellcia Rezende Souza e Rosemar José Hall, pelas contribuições na banca de qualificação e pelas experiências de vida compartilhadas;

Aos colegas da Coordenadoria de Ensino de Graduação, pelo companheirismo e apoio durante os meus estudos;

Às amigas Lausemar Freitas Sobrinho Freire e Ieda Romero Alves da Silva Assis, pelo incentivo, pelas caronas e pelas pela amizade que construímos nesses dois anos;

Aos amigos que fiz no mestrado, pelo apoio, amizade e troca de experiências;

Aos demais professores, servidores e colegas do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede da UFGD, cujos nomes estarão sempre em minha memória;

Com vocês, divido a alegria deste momento.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda como tema central uma discussão acerca da obrigatoriedade das instituições de ensino superior (IES) em cumprir a determinação do inciso II, do parágrafo único, do art. 5º do Decreto 7.234/2010; que compreende o monitoramento e a avaliação da política pública no contexto institucional. Com isso, este estudo tem como objetivo geral propor um instrumento de monitoramento para o programa bolsa permanência da UFGD. Para tanto, toma-se como objetivos específicos: a) compreender a regulamentação da política pública de assistência estudantil no Brasil; b) sistematizar o panorama histórico da concessão de bolsas do Programa Bolsa Permanência da UFGD; c) propor ações para a institucionalização de uma política de monitoramento do programa bolsa permanência. A abordagem metodológica utilizada é a pesquisa qualitativa, a fim de obter uma análise profunda do benefício dentro do contexto institucional da UFGD. Foram utilizados dados documentais para construção do panorama histórico da concessão de bolsas do programa bolsa permanência da UFGD e, além disso, realizadas entrevistas semiestruturadas com os dois últimos gestores que estavam à frente da PROAE, bem como, optou-se pela aplicação de um questionário nas 05 universidades federais do país implantadas até o ano de 2017 e, por último, também foi realizada uma pesquisa com estudantes e ex-estudantes da instituição que receberam o auxílio financeiro. Como resultado, observou-se uma constante sobra de bolsas em relação ao número de bolsas previstas nos editais e, por conseguinte, a necessidade de se abrir novos editais para o preenchimento das vagas. Os resultados apontam ainda que, na visão dos discentes, a política de assistência estudantil é decisiva para a permanência na universidade, além de ser fundamental para democratizar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior. Ao final, foram propostas ações as quais possibilitassem o regular monitoramento do Programa Bolsa Permanência no âmbito da UFGD, uma vez que no ciclo da política pública a avaliação implica em estabelecer a relação de causa entre a implantação e a mudança do cenário investigado.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Políticas Assistenciais Estudantis. Avaliação e Monitoramento. Bolsa Permanência.

## ABSTRACT

This research addresses as a central topic a discussion about the obligation of higher education institutions (IES) to comply with the determination of subsection II, of the sole paragraph, of art. 5 of Decree 7.234 / 2010; which includes the monitoring and evaluation of public policy in the institutional context. Therefore, this study aims to propose a monitoring instrument for the UFGD stock exchange permanence program. Therefore, specific objectives are: a) to understand the regulation of the public policy of student assistance in Brazil; b) to systematize the historical panorama of the granting of grants of the Bolsa Permanência Program of the UFGD; c) propose actions for the institutionalization of a policy of monitoring the stock exchange permanence program. The methodological approach used is qualitative research, in order to obtain an in-depth benefit analysis within the institutional context of the UFGD. Documentary data were used to construct the historical panorama of the granting of grants from the Bolsa permanência program of the UFGD and, in addition, semi-structured interviews were conducted with the last two managers who were at the forefront of PROAE, as well as, a questionnaire in the 05 federal universities of the country implemented until the year 2017 and, finally, a research was also carried out with students and ex-students of the institution that received the financial aid. As a result, there was a constant surplus of scholarships in relation to the number of scholarships envisaged in the edicts and, therefore, the need to open new edicts to fill vacancies. The results also point out that, in the view of the students, the policy of student assistance is decisive for the permanence in the university, besides being fundamental to democratize the possibilities of access and permanence in higher education. At the end, actions were proposed that would allow the regular monitoring of the Bolsa Permanência Program within the scope of the UFGD, since in the public policy cycle the evaluation implies establishing the causal relationship between the implantation and the change of the researched scenario.

**Keywords:** College education. Student Assistance Policies. Evaluation and Monitoring. Permanence Pouch.



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de vagas oferecidas em cursos de graduação, por tipo de vaga e por modalidade de ensino, segundo a categoria administrativa – Brasil – 2016.....	41
TABELA 2 - Estatística Geral da Educação Superior – Graduação, segundo a categoria administrativa – Brasil – 2016.....	41
TABELA 3 - Distribuição percentual dos estudantes segundo região e classes econômicas – 2010.....	52
TABELA 4 - Classes econômicas dos estudantes das universidades federais por anos de pesquisas.....	52
TABELA 5 - Distribuição percentual dos estudantes por sexo, idade e região – 2010.....	53
TABELA 6 - Situação acadêmica do beneficiário da Bolsa Permanência por editais.....	91
TABELA 7 - Evolução da evasão dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Permanência.....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Recursos do PNAES repassados às Instituições Federais entre os anos de 2008 a 2018.....	50
GRÁFICO 2 - Quantidade de Bolsas Permanência disponíveis por ano.....	58
GRÁFICO 3 - Recursos autorizados, pagos e restos a pagar da UFGD do Programa 2080-Educação Superior, sob o código 4002, entre os anos 2007 a 2017.....	69
GRÁFICO 4 - Recursos empenhados e pagos no Programa Bolsa Permanência da UFGD, nos anos de 2014 a 2017.....	70
GRÁFICO 5 - Quantidade de bolsas pagas por mês do edital n°17/2014.....	73
GRÁFICO 6 - Quantidade de bolsas pagas por mês do edital n°45/2015.....	74
GRÁFICO 7 - Quantidade de bolsas pagas por mês dos editais n°13 e 30/2016.....	75
GRÁFICO 8 - Quantidade de bolsas pagas por mês dos editais n° 10, 141 e 180/2017.....	75
GRÁFICO 9 - Percentual de bolsas pagas em relação às bolsas previstas por estudantes, dos anos de 2014 a 2017.....	77
GRÁFICO 10 - Quantitativo de bolsas pagas por grupos e por ano.....	78
GRÁFICO 11 - Quantitativo e demonstrativo das causas das exclusões, referente aos relatórios da situação mensal dos beneficiários, do ano de 2014 a 2017.....	81
GRÁFICO 12 - Beneficiários, por sexo de 2014 a 2017.....	83
GRÁFICO 13 – Beneficiários, do Programa Bolsa Permanência da UFGD, por faculdade, durante os anos de 2014 a 2017.....	84
GRÁFICO 14 - Distribuição da evolução de evasão .....	89
GRÁFICO 15 - Média da progressão acumulada da evasão.....	89
GRÁFICO 16 - Percentual dos motivos da evasão.....	90
GRÁFICO 17 - Quantidade de beneficiários respondentes por curso .....	92
GRÁFICO 18 - Turno de estudo dos respondentes.....	93
GRÁFICO 19 - Quanto à percepção do estudante em relação à Assistência Estudantil.....	93
GRÁFICO 20 - Alunos que trancaram a matrícula.....	94
GRÁFICO 21 - Motivos para trancarem a matrícula.....	95
GRÁFICO 22 - Quanto ao recebimento da bolsa permanência.....	96
GRÁFICO 23 - Avaliação do beneficiário em relação ao Programa Bolsa Permanência.....	96
GRÁFICO 24 - Dificuldades encontradas para manutenção e conclusão do curso.....	97

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese de fatores da evasão.....	45
QUADRO 2 - Ações Estratégicas (PNAES).....	49
QUADRO 3 - Identificação dos Entrevistados.....	63
QUADRO 4 – Avaliação e Monitoramento das UFs.....	68
QUADRO 5 - Editais e quantidade de bolsas do Programa Bolsa Permanência da UFGD, 2014 a 2017.....	72
QUADRO 6 - Motivos das exclusões do Programa Bolsa Permanência da UFGD, conforme o Regulamento do Programa Bolsa Permanência.....	79
QUADRO 7 - Motivos dos desligamentos do Programa Bolsa Permanência da UFGD, conforme relatórios mensais de suspensão e exclusão 2014 a 2017.....	80
QUADRO 8 - Distribuição dos estudantes beneficiários, por cursos, do período de 2014 a 2017.....	85
QUADRO 9 - Resultado da pesquisa nas Universidades Federais sobre o monitoramento do PNAES (UFAC, UFS, UFU, UFV) .....	107
QUADRO 10- Propostas de intervenção.....	110
QUADRO 11 - Características dos indicadores.....	113

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ciclo de políticas públicas.....	26
FIGURA 2 - A visão do <i>policy cycle</i> como um processo simples e linear.....	29
FIGURA 3 - Modelo de Integração do Estudante de Tinto.....	46
FIGURA 4 - Quadro metodológico.....	60
FIGURA 5 - Etapas da metodologia.....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ANDIFES</b>	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
<b>AE</b>	Assistência Estudantil
<b>CAAC</b>	Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos
<b>CF</b>	Constituição Federal
<b>CGU</b>	Corregedoria Geral da União
<b>COUNI</b>	Conselho Universitário
<b>E-MEC</b>	Painel de Controle do Ministério da Educação
<b>E-SIC</b>	Sistema Eletrônico do serviço de informação ao cidadão
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>FIES</b>	Fundo de Financiamento Estudantil
<b>FONAPRACE</b>	Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IC</b>	Índice de Classificação
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IES</b>	Instituição de Ensino Superior
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>PBP</b>	Programa Bolsa Permanência
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>PNAES</b>	Programa Nacional de Assistência Estudantil
<b>PNE</b>	Programa Nacional de Educação
<b>PROAE</b>	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
<b>PROGRAD</b>	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>REUNI</b>	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>SAM</b>	Sistema de Avaliação e Monitoramento
<b>SESu/ MEC</b>	Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

**UAB** Universidade Aberta do Brasil  
**UNB** Universidade de Brasília  
**UFBA** Universidade Federal da Bahia  
**UFFS** Universidade Federal da Fronteira Sul  
**UFGD** Universidade Federal da Grande Dourados  
**UNILA** Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
**UNILAB** Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira  
**UFPB** Universidade Federal da Paraíba  
**UFAL** Universidade Federal de Alagoas  
**UNIFAL-MG** Universidade Federal de Alfenas  
**UFMG** Universidade Federal de Campina Grande  
**UFSPA** Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
**UFG** Universidade Federal de Goiás  
**UNIFEI** Universidade Federal de Itajubá  
**UFJF** Universidade Federal de Juiz de Fora  
**UFLA** Universidade Federal de Lavras  
**UFMT** Universidade Federal de Mato Grosso  
**UFMS** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
**UFMG** Universidade Federal de Minas Gerais  
**UFOP** Universidade Federal de Ouro Preto  
**UFPEl** Universidade Federal de Pelotas  
**UFPE** Universidade Federal de Pernambuco  
**UNIR** Universidade Federal de Rondônia  
**UFRR** Universidade Federal de Roraima  
**UFSC** Universidade Federal de Santa Catarina  
**UFMS** Universidade Federal de Santa Maria  
**UFSCar** Universidade Federal de São Carlos  
**UFSJ** Universidade Federal de São João Del-Rei  
**UNIFESP** Universidade Federal de São Paulo  
**UFS** Universidade Federal de Sergipe  
**UFU** Universidade Federal de Uberlândia  
**UFV** Universidade Federal de Viçosa  
**UFABC** Universidade Federal do ABC  
**UFAC** Universidade Federal do Acre

**UNIFAP** Universidade Federal do Amapá  
**UFAM** Universidade Federal do Amazonas  
**UFCA** Universidade Federal do Cariri  
**UFC** Universidade Federal do Ceará  
**UFES** Universidade Federal do Espírito Santo  
**UNIRIO** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
**UFMA** Universidade Federal do Maranhão  
**UFOB** Universidade Federal do Oeste da Bahia  
**UFOPA** Universidade Federal do Oeste do Pará  
**UNIPAMPA** Universidade Federal do Pampa  
**UFPA** Universidade Federal do Pará  
**UFPR** Universidade Federal do Paraná  
**UFPI** Universidade Federal do Piauí  
**UFRB** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
**UFRJ** Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**UFRN** Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
**UFRGS** Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**UFSB** Universidade Federal do Sul da Bahia  
**UNIFESSPA** Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
**UFT** Universidade Federal do Tocantins  
**UFTM** Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
**UNIVASF** Universidade Federal do Vale do São Francisco  
**UFVJM** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
**UFF** Universidade Federal Fluminense  
**UFRA** Universidade Federal Rural da Amazônia  
**UFRPE** Universidade Federal Rural de Pernambuco  
**UFRRJ** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
**UFERSA** Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
**UTFPR** Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 OBJETIVOS .....	19
1.1.1 Objetivo Geral .....	19
1.1.2 Objetivos Específicos .....	19
1.2 JUSTIFICATIVA.....	20
2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR .....	23
2.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS.....	23
2.1.1 Políticas Públicas.....	23
2.1.2 Ciclo de Políticas Públicas .....	25
2.1.2.1 Avaliação.....	30
2.1.2.2 Monitoramento.....	33
2.1.3 Políticas e Educação Superior: Aspectos históricos e regulatórios .....	34
2.1.4 Evasão no Ensino Superior.....	43
2.1.5 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).....	47
2.1.6 Perfil socioeconômico dos assistidos pelo PNAES .....	51
2.2 CONTEXTO DA REALIDADE INVESTIGADA.....	54
2.2.1 A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFGD .....	54
2.2.2 O Programa Bolsa Permanência da UFGD .....	56
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	59
3.1 Tipo e metodologia da pesquisa.....	59
3.2 Fases da Pesquisa e coleta de dados .....	61
3.3 Envio de questionários e entrevista .....	63
4 DIAGNÓSTICO E RESULTADOS DA SITUAÇÃO-PROBLEMA .....	68
4.1 Diagnóstico da situação-problema.....	68
4.2 Indicadores do Programa Bolsa Permanência da UFGD.....	71
4.3 Motivos das exclusões de bolsistas dos editais do Programa Bolsa Permanência da UFGD.....	79
4.4 Beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD.....	82
4.5 Situação acadêmica atual do aluno beneficiado pelo Programa Bolsa Permanência da UFGD.....	86
4.6 Visão e Satisfação dos Beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD.....	91
4.7 Visão da Gestão frente ao Programa Bolsa Permanência.....	98



4.8 Como são feitos os processos de avaliação e monitoramentos nas universidades auditadas.....	103
5 SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	116
REFERÊNCIAS .....	119
APÊNDICES .....	131
Apêndice A: Roteiro de entrevista semiestruturada com os Gestores.....	131
Apêndice B: Questionário aplicados aos estudantes.....	132
Apêndice C: Questionário aplicado nas Universidades Federais .....	138
Apêndice D: Modelo de instrumento de avaliação de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD .....	143

## 1 INTRODUÇÃO

“A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, garantida pelos princípios as condições de igualdade para o acesso e a permanência na escola” (BRASIL, 1988). Historicamente, a expansão da educação brasileira teve três momentos: aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996; a Lei nº 10.172/2001 que aprova o Plano Nacional da Educação (PNE); e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007.

A política expansionista da educação superior, iniciada na década de 1990, teve como um dos principais desafios tornar as instituições de ensino superior brasileiras mais eficientes e eficazes no desempenho de sua missão (DOURADO, 2008). Mudanças significativas decorreram do diagnóstico governamental, que indicou a necessidade de aumentar a competitividade da economia e promover a ampliação das oportunidades de acesso à educação superior (ROSA, 2013). Diante disso, a Secretaria de Educação Superior (SESu) criou em 2003 o Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais (Interiorização), e, em 2007, criou o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Como complemento da expansão as demais camadas sócias, cria-se, em 2012, a chamada Política de Cotas, por meio da Lei nº 12.711 de 2012.

Tais programas sustentam ações do governo que visam ampliar e facilitar o acesso ao Ensino Superior. Contudo, segundo Ristoff (2008), os dados censitários ainda demonstravam uma fragilidade no acesso para parcela significativa da classe trabalhadora, uma vez que o processo de expansão foi acompanhado de movimentos de privatização, diversificação, centralização, desequilíbrios regionais e da ampliação do acesso sem a garantia de permanência. Com isso, devido as características dos estudantes marcadamente diversificadas os índices de evasão nas universidades públicas e privadas do Brasil continuam sendo um fator preocupante para essas organizações.

Entre os anos de 2010 e 2016 houve um importante aumento na taxa de evasão. Em 2010, por exemplo, 11,4% dos estudantes abandonaram o curso em que foram admitidos. Em compensação, em 2016, esse número cresceu para 49% de evasão, o que resulta em um total de 8 milhões de vagas disponíveis (PORTAL BRASIL/MEC, 2016).

As primeiras investigações sobre evasão de estudantes surgiram na década de 1930. Todavia, é somente no início do século XXI que o tema sobre evasão ganha maior destaque enquanto uma importante questão política no ensino superior, bem como, torna-se um campo profissional estabelecido. A taxa de retenção tem sido utilizada como um indicador chave da

eficácia institucional e, aliado a isso, vem incentivando diversos estudos sobre este tema nos últimos anos (GAIOSO, 2005).

Segundo Ribeiro (2005), muitas são as possíveis causas para a evasão universitária e, dentre elas, estão as questões de ordem: financeira; de ajustamento ao curso e/ou universidade escolhida; educacional (*déficits* no ensino fundamental e médio que complicam o aproveitamento e o desenvolvimento do aluno) ou de dedicação (aluno trabalhador). Na tentativa de minimizar alguns fatores das possíveis causas de evasão surgem as políticas de assistência estudantil, uma vez que a oferta de vagas não é suficiente para que alunos oriundos de classes socioeconomicamente vulneráveis sobrevivam aos impasses financeiros no decorrer da vida acadêmica (VASCONCELOS, 2010).

Nesse sentido, discussões sobre a política de assistência estudantil tomam lugar na agenda dos movimentos estudantis e são acolhidas pelos movimentos sociais no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), levando gestores a refletirem sobre a formulação e a implementação de políticas sociais que favoreçam a permanência dos estudantes nas universidades (FONAPRACE, 2012).

Para Alves (2002, p. 1), a Política de Assistência Estudantil “[...] tem como finalidade prover recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico [...]”. Dessa forma, a assistência transita em todas as áreas dos direitos humanos e compreende ações que proporcionam condições de saúde, instrumentos pedagógicos necessários e recursos mínimos para a sobrevivência, tais como, moradia, transporte, alimentação, cultura, lazer e outros.

Em 2007, a assistência estudantil ganhou espaço na política pública através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tendo como objetivo a possibilidade da permanência dos alunos nos cursos de graduação do ensino superior (FERNANDES, 2012). Ou seja, não seria garantido apenas o ingresso, mas também a permanência do estudante no ensino superior.

E, por se referir a uma política pública, sua execução deve ser tratada tal como Secchi (2010) sustenta, isto é, há a necessidade de etapas, quais sejam: planejamento, implementação, monitoramento e avaliação. Trata-se do chamado ciclo de políticas públicas.

Para Cavalcanti (2015), o monitoramento e avaliação de políticas públicas se tornaram essenciais para o planejamento governamental. Assim sendo, com a avaliação da política pública, torna-se possível construir uma ferramenta adequada para a transparência e prestação de contas das ações governamentais à sociedade.

Nesse sentido, o PNAES prevê em seu decreto a necessidade de as universidades estabelecerem localmente a metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência aplicada. Como pode ser observado na citação, do Decreto nº 7.234/2010 traz em seu artigo 5º:

[...] Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

**II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES (BRASIL, 2010, grifo nosso).**

Segundo Betzek (2015), é possível perceber nos estudos concernentes ao PNAES a preocupação com as etapas de planejamento e implementação, porém, há escassez de informações no que se refere ao monitoramento e avaliação do programa. Para Arretche (2009), a avaliação e o monitoramento a determinado programa implicam em um processo de desconstrução, reflexão, crítica e organização de uma prática melhor, ao mesmo tempo em que transforma as relações entre os sujeitos. Com a implantação do PNAES surge então a necessidade de verificar sua efetividade, a partir do acompanhamento local e nacional, a fim de estabelecer uma relação de causalidade entre a política pública e as transformações observadas.

## 1.1 OBJETIVOS

Este estudo explorará o Programa Bolsa Permanência da UFGD entre os anos de 2014 a 2017. Trata-se de um dos programas executados pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE), com recursos oriundos do PNAES. A ação do programa se constitui de um benefício financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mediante edital e processo avaliativo.

### 1.1.1 Objetivo Geral

- Propor instrumento de monitoramento para o Programa Bolsa Permanência da UFGD.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Discutir a regulamentação da política pública de assistência estudantil no Brasil;
- Sistematizar o panorama histórico da concessão de bolsas do Programa Bolsa Permanência da UFGD;

- Propor ações para a institucionalização de uma política de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Ao considerar que a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) aderiu ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de forma a promover ações, a exemplo da concessão de auxílios permanência e alimentação, do apoio pedagógico e psicossocial, além de ações e práticas desportivas; mostra-se imperioso a execução de monitoramento e avaliação do programa, tendo em vista o comando do inciso II, do artigo 5º, do Decreto nº 7.234/2010.

Entretanto, após a pesquisa em documentos, site institucional e Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201601866/CGU, verificou-se a inexistência na UFGD de qualquer instrumento de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência UFGD, o que motivou o presente estudo. Dessa forma, a presente pesquisa toma como objetivo responder a seguinte questão: Como estabelecer o monitoramento e a avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD?

Não obstante ao fato de atender ao comando do decreto supracitado, bem como, ao relatório de auditoria dos órgãos de controle e proporcionar melhor apreciação dos serviços de assistência estudantil prestados à comunidade acadêmica, a relevância desta pesquisa pode ser apontada por se tratar de uma política pública com grande aporte financeiro.

O Programa Bolsa Permanência está inserido na política de Assistência Estudantil da UFGD. Trata-se de um aporte financeiro, por meio de bolsas, a acadêmicos selecionados por critérios de avaliação socioeconômica e tem por objetivo viabilizar a permanência do aluno na universidade.

A UFGD, segundo dados censitários institucionais<sup>1</sup>, atende a mais de oito mil alunos matriculados em trinta e seis cursos de graduação presencial. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE)<sup>2</sup> promove ações que visam garantir o acesso, a permanência e a diplomação dos alunos; através dos programas de assistência estudantil, dos auxílios Permanência e Alimentação, do apoio pedagógico e psicossocial e das ações e práticas

---

<sup>1</sup> Catálogo de cursos PROGRAD. Disponível em: <<https://portal.ufgd.edu.br/>>. Acesso em: (06 jun. 2017).

<sup>2</sup> A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis foi criada por meio da Resolução COUNI Nº. 97/2012 de 05 de outubro de 2012 (UFGD, 2012).

desportivas. O Programa Bolsa Permanência, em 2014, disponibilizou 550 bolsas e em 2017 alcançou o total de 1.543 bolsas, segundo editais<sup>3</sup>.

Conforme o Edital nº 10 de 2017, os critérios para escolha do aluno bolsista, são:

[...] realizar a Avaliação Socioeconômica de que trata o Regulamento do Processo de Avaliação Socioeconômica, e ser classificado no Perfil I; estar regularmente matriculado com carga horária mínima de 432 horas/aula no semestre para os cursos integrais de graduação e carga horária mínima de 288 horas/aula, no semestre para os demais cursos presenciais de graduação da UFGD; entregar o termo de compromisso assinado na PROAE; além de atender as demais ponderações do Regulamento de Assistência Estudantil: Bolsa Permanência (Edital PROAE/UFGD nº 10 de 03 de fevereiro de 2017).

Pelo exposto, torna-se relevante investigar o Programa Bolsa Permanência da UFGD de modo a buscar identificar as variáveis relacionadas ao processo de concessão de bolsas, principalmente quanto à relação de estudantes beneficiados e a diplomação. A escolha do espaço e da temática da pesquisa foi motivada por ser a pesquisadora servidora da UFGD e pela proximidade do ambiente de trabalho com diversos fatores relacionados ao ensino, à permanência e à evasão. Por outro lado, o estudo também foi motivado pelo esforço em contribuir para melhorias nos processos de oferta e distribuição dos recursos do PNAES, a necessidade de monitoramento e a avaliação dos programas de assistência estudantil, os quais devem ser realizados pelas IFES, a fim de permitirem correções dos possíveis erros, bem como pela promoção da transparência, eficiência e eficácia atingidas pelos programas do PNAES para comunidade que possa interessar.

É importante destacar que a UFGD iniciou as suas atividades como uma instituição em 2006 e, além disso, é preciso esclarecer que o primeiro edital de assistência estudantil foi em 2007, de modo a ofertar no mesmo ano 33 bolsas de assistência estudantil. Esse número de alunos assistidos pelo programa vem a cada ano crescendo consideravelmente.

A estrutura da dissertação está dividido em seis seções, iniciado por esta introdução, na qual consta a apresentação, a delimitação da temática, além de incluir a justificativa e os objetivos geral e específicos. A seção 2 apresenta o contexto da realidade na qual se desenvolveu a pesquisa, a fundamentação teórica, bem como, a descrição dos procedimentos metodológicos. Na seção 3, são colocados o diagnóstico da situação problema, por meio do levantamento de dados, e o os resultados da pesquisa. A quarta seção se discorre sobre as

---

<sup>3</sup> Edital PROAE/UFGD nº 17, de 24 de junho de 2014; Edital PROAE/UFGD nº 45 de 13 de novembro de 2015; Edital PROAE/UFGD nº 13 de 27 de abril de 2016; edital PROAE/UFGD/Vagas Remanescentes nº 30 de 10 de junho de 2016; Edital PROAE/UFGD nº 10 de 03 de fevereiro de 2017; Edital PROAE/UFGD nº 141 de 31 de julho de 2017 e Edital PROAE/UFGD nº 180 de 18 de dezembro de 2017.

sugestões de intervenção. A quinta seção traz as considerações finais. Ao final, são apresentadas as referências consultadas para o desenvolvimento deste trabalho.

## 2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

Com o objetivo de traçar um breve histórico das políticas de Assistência ao Estudante executadas no Brasil, serão apresentadas nesta seção as iniciativas que levaram à concretização da Política de Assistência Estudantil no país.

### 2.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Neste tópico foram abordadas as temáticas relacionadas às Políticas Públicas, bem como, o seu processo de avaliação e monitoramento, com vistas a realizar uma breve conceituação sobre o tema e uma rápida contextualização histórica. A compreensão dessas discussões contribuiu para a construção de um quadro teórico e para que se concebesse um contexto em que se inserem as políticas públicas no Brasil, além das metodologias de avaliação utilizadas para apreciação dos programas sociais.

A primeira seção se procurou conceituar a política pública e fazer uma breve reflexão sobre a avaliação e o monitoramento, de modo a abordar a formulação da agenda governamental, a implementação de programas, o ciclo das políticas, assim como, a importância de sua avaliação para tomada de decisões.

Posteriormente, apontou-se conceitos e discussões da contextualização da Política Pública na expansão da Educação no Ensino Superior, assim como a abordagem histórica e conceitual da Política Nacional de Assistência Estudantil, para a compreensão das demandas sociais que geram essas políticas, principalmente como incentivo à permanência desses no ensino superior.

Por fim, abordou-se a especificidade do espaço de pesquisa, no caso, a UFGD, com o seu contexto cultural e regional aos quais está inserida, bem como os conceitos e características do Programa Bolsa Permanência da Instituição.

#### 2.1.1 Políticas Públicas

Para Secchi (2010), a Política Pública trata de um conteúdo concreto e simbólico de decisões políticas, além do processo de construção e atuação dessas decisões. Como se pode observar no seguinte fragmento:

Uma política pública é uma orientação à atividade ou passividade de alguém; as atividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento



ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010, p. 2).

Sousa (2006) compreende que a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares e seu foco está nas explicações sobre a natureza e o processo da política pública. Ainda, segundo a autora, é importante registrar que a definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell (1972), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê? Por que e que diferença faz?

Para Rua (2009, p. 20) “[...] embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública [...]”. Já para Silva (2008, p. 90), o conceito de política pública constitui um mecanismo de mudança social, a qual busca “[...] atender os menos favorecidos em resposta às pressões sociais, contradizendo a lógica de que esta deve atender tão somente aos interesses do capital [...]”.

Alguns pesquisadores de políticas públicas, como Guy B. Peters (1986) e Lawrence Mead (1995), defendem que elas devem ser pensadas a partir de uma perspectiva que visa a totalidade, de forma a assumir uma dimensão integral e não apenas das transferências de renda, que são de caráter compensatório. Mead (1995) definiu políticas públicas como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, enquanto que Peters (1986) caracterizou a política pública como a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos (*apud*, ANDERSON, 2015).

Segundo Secchi (2010), o processo de definição de política pública é proveniente de conflitos de interesses e de arranjos feitos na esfera de poder. De acordo com Silva (2008), a inclusão de uma determinada política na agenda governamental advém da constatação do problema ou do levantamento da demanda e a seleção das questões que irão compor a agenda. As principais tipologias de conteúdo, segundo Secchi (2010) são:

[...]Tipologia de Lowi, a qual identifica a política pública de acordo com o impacto esperado na sociedade. Tipologia de Wilson, que se baseia no critério de distribuição dos custos e benefícios da política pública. Tipologia de Gormley, que se baseia na capacidade da política pública de chamar a atenção do público em geral e na necessidade de conhecimento especializado para sua formulação e implementação. Tipologia de Gustafsson, baseia-se nos critérios de conhecimento necessário para a elaboração e a implementação da política e a intenção de implementar a política. E a Tipologia de Bozeman e Pandey, baseia-se no critério de classificação do conteúdo da política (SECCHI, 2010 p. 20).

Assim, como as tipologias ajudam a identificar e a classificar as políticas públicas, para Secchi (2010), os modelos conceituais possibilitam pensar e organizar as políticas públicas.

Anderson (2015, p. 7) define políticas públicas como um “[...] curso de ação ou inação proposital, seguido por um ator ou conjunto de atores ao lidar com um problema ou motivo de preocupação[...]”.

Rua (2009), por sua vez, sinaliza que as políticas públicas são soluções encontradas pela atividade política que envolve um conjunto de decisões e ações que alocam valores e atividades definidas estrategicamente para garantir a implementação da decisão tomada. Sousa (2006) ainda define política pública como sendo uma etapa na qual governos democráticos colocam em prática seus propósitos e plataformas eleitorais, transformando-os em programas e ações que produzirão mudanças na realidade.

De acordo com Secchi (2010, p. 15), o motivo de a definição de política pública apresentar tantas variações na literatura reside em três nós conceituais, quais sejam:

[...] 1) as políticas públicas podem ser elaboradas, exclusivamente, por atores estatais ou, também, por atores não estatais; 2) a omissão e a negligência podem ser consideradas políticas públicas; e 3) quais diretrizes são consideradas políticas públicas; apenas as estruturantes ou as operacionais também.

Segundo Sousa (2006), para a construção e fortalecimento de políticas públicas, faz-se necessário considerar o tipo de problema que a política visa corrigir, além de observar como este problema chega à esfera política e quais instituições irão definir, modelar e implementar tal política. A fase de implementação e execução das políticas é considerada pelos especialistas na área como a mais complexa. De tal forma, para Secchi (2010), as Políticas Públicas, por ocorrerem em ambientes de alta densidade política e entre atores do Estado e da sociedade, devem ser formuladas a partir do ciclo de políticas públicas.

Após o levantamento dos aspectos relevantes da Política Pública, a seguir, estão as considerações sobre o Ciclo de Políticas, que apresentam as diversas fases e contextos pelos quais perpassam essa política.

### **2.1.2 Ciclo de Políticas Públicas**

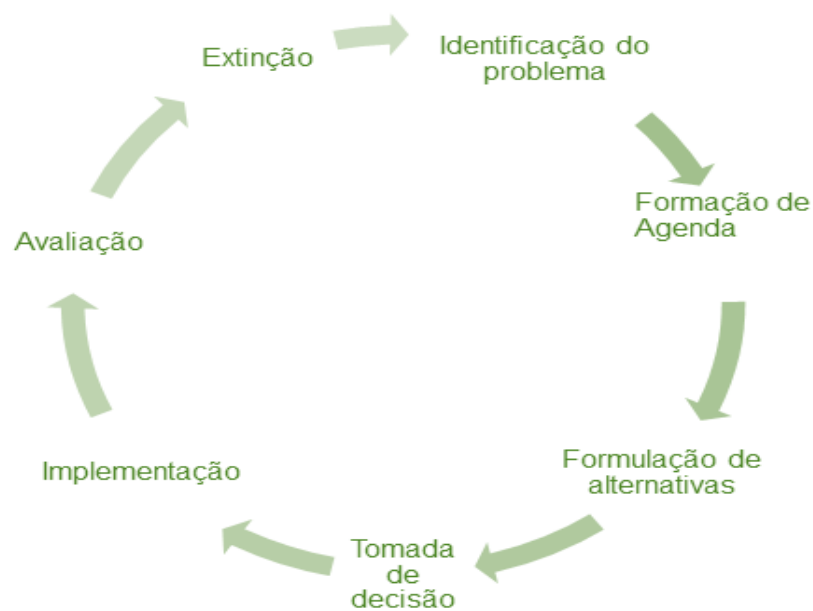
O processo de elaboração de políticas públicas, ou ciclo de políticas públicas, pode ser entendido como um esquema com estágios sequenciais e interdependentes que explicam a vida de uma política pública (SECCHI, 2010).

Embora existam vários modelos que buscam reduzir o processo de elaboração de políticas públicas a diferentes quantidades de estágios, segundo Camões e Meneses (2016), as etapas de

formulação, implementação e avaliação são comuns à maioria, o que de fato pode ser observado nos trabalhos de Saraiva (2006), Secchi (2010), Condé (2013) e Anderson (2015).

Segundo Condé (2013), a política não é feita apenas por vontade, ela também se faz sob limitações. Tais políticas operam em torno de questões públicas e em torno de bens públicos. Há que se questionar de onde elas vêm, como se manifestam, como se tornam um problema público e de que forma entram para a agenda. Conhecer as suas existências obriga a entendê-las melhor. Ou seja, é preciso questionar se elas podem ser resolvidas em determinado tempo, quais as suas possíveis soluções, além da necessidade de se buscar um desenho inicial. Identificar a finalidade, os objetivos e as alternativas. Decidida a política, esta deve ser monitorada com vistas a observar se o previsto vem sendo executado. Depois disso, finalmente, a política selecionada pode ser avaliada *ex post*, para conhecer os seus parâmetros e resultados, os seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade (CONDÉ, 2013).

De acordo com a teoria do ciclo da política pública, o processo começa com a elaboração de uma agenda, na qual os interesses e as propostas são colocados na “mesa” de negociações, definindo-se preferências que são adaptadas ao projeto político governamental, seguido das etapas de formulação de propostas, da escolha de alternativas e da implementação das políticas públicas (PINTO, 2004). O ciclo de políticas públicas se restringe a sete fases, conforme Secchi (2010) e disposto na Figura 1.



**Figura 1** - Ciclo de políticas públicas  
**Fonte:** Secchi (2010)

Para Rua (2009), as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e as atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente, ou ainda, as próprias etapas podem se apresentar parcialmente superpostas.

A teoria do ciclo das políticas públicas tenta explicar a interação entre intenções e ações, ao mesmo tempo em que busca desvendar a relação entre o ambiente social, político e econômico, de um lado, e o governo, de outro. As ações no campo da política pública e os saberes técnicos a ela associados se definem a partir de inúmeras decisões que são tomadas e estão permeadas por paradoxos. Essas ações partem de um conjunto de pressupostos que determinam a atribuição de responsabilidades, a seleção dos assuntos relevantes, as alternativas a serem adotadas, a avaliação de necessidades e a formação do público-alvo (FISHER; FORESTER, 1993).

Tal visão conduz os gestores a examinarem como as decisões são ou poderiam ser tomadas, além de permitir identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para a realização da política, como também, o comportamento dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas (PINTO, 2008).

Segundo Secchi (2010), o ciclo de políticas é uma abordagem que estuda as políticas públicas, assim como, é responsável por identificar as fases sequenciais e interativas no processo da produção. Para o autor, na fase da identificação, o problema pode ser definido pela diferenciação entre a situação atual e a situação ideal ou pelo reflexo da melhoria da situação em outro contexto, de modo a fazer com que o atual contexto passe a aspirar pelas mesmas melhorias. E, para Rua (2009), a fase de identificação do problema público envolve: a percepção do problema, isto é, o que acontece quando uma determinada situação pública se torna insatisfatória diante da percepção de atores relevantes; a delimitação do problema, que é quando são definidos os norteadores do problema para a delimitação de um conjunto de soluções, culpados, obstáculos e avaliações.

A segunda fase seria a formação da agenda, a qual, de acordo com Secchi (2010), diz respeito à definição de um conjunto de problemas ou temas relevantes, que podem ou não se tornar uma política pública. Um problema entra na agenda quando recebe a atenção de vários atores e, junto a isso, quando as ações para a sua solução são consideradas necessárias e realizáveis, uma vez que o problema é de responsabilidade pública. O autor diferencia, nesse passo, a agenda política da agenda formal e da agenda da mídia.

Em relação à política de assistência estudantil, com a expansão do ensino superior federal, principalmente a partir dos anos 2000, houve a necessidade de garantir a permanência dos estudantes de classes socioeconômicas mais baixas nas universidades federais. Dessa forma, esta questão passou a ser debatida e, posteriormente, entrou para a agenda governamental. Assim, em 2001, a Assistência Estudantil foi incluída no Plano Nacional de Educação como meta para o Ensino Superior.

Dessa agenda surge a formulação de alternativas, que seria o terceiro momento no qual se estabelecem métodos, programas, estratégias e ações para resolver o problema. As alternativas à disposição do agente público se relacionam com mecanismos de indução do comportamento. São eles: premiação, coerção, conscientização e soluções técnicas. Para Rua (2009), a escolha da alternativa a ser empregada é feita mediante análise abrangente e detalhada de cada alternativa e suas consequências. Cada um desses mecanismos atende a certos objetivos e em certos prazos. Nessa fase, vários grupos de interesse se mobilizam com o objetivo de influenciar o desenho da política (CONDÉ, 2013).

A quarta fase é a tomada de decisão, momento em que os interesses de diversos atores, ações e métodos são explicitados. Segundo Condé (2013), nessa fase, os conflitos vão sendo canalizados e resolvidos por meio de acordos e debates. Conforme o autor, “[...] ao final, a decisão representa escolhas orientadas conforme o processo, produzindo um desenho determinado, com leis e decretos, instruções normativas, normas operacionais [...]” (CONDÉ, 2013, p.88).

Na tomada a decisão, parte-se para a implementação, que é a quinta fase do processo, momento o qual, tal qual Condé (2013), “[...] são produzidos os resultados concretos da política pública [...]”. Neste contexto, o desenho da política de assistência estudantil das universidades federais materializou-se, em 2007, na Portaria Normativa nº 39, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil e, posteriormente, no Decreto nº 7.234 de 2010. Segundo Condé (2013), a implementação consiste na fase de execução da política.

Logo, são identificados os obstáculos e as falhas que acometem as mais diversas áreas de política pública, de forma a favorecer possíveis novas discussões e reconsiderações. Para o autor, são dois os modelos de implementação de políticas públicas: modelo *top-down*, quando as fases de tomada de decisão e implementação são claramente distintas, a elaboração das políticas é tida como de exclusiva responsabilidade da esfera política, bem como, a implementação é vista como puro esforço administrativo para encontrar soluções para os objetivos estabelecidos; e modelo *bottom-up*, no qual os burocratas e redes de atores são

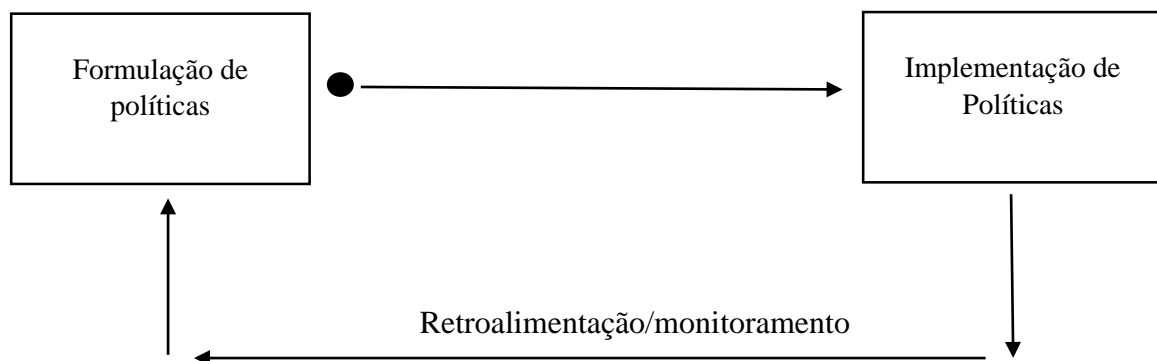
ouvidos durante a modulação e implementação das políticas públicas, as quais são modificáveis por aqueles que as implementam diariamente (SECCHI, 2010).

A fase de monitoramento consiste no acompanhamento da implementação da política com a finalidade de verificar o cumprimento das ordenações e de corrigir eventuais falhas. Esta avaliação pretende averiguar se as metas, os objetivos, a eficiência, a eficácia e a efetividade da política foram alcançados. Essa fase é considerada primordial, pois é capaz de garantir o sucesso da política, uma vez que os resultados e impactos são verificados nela. Dessa forma, para que o monitoramento e a avaliação sejam efetivos, é necessário que eles estejam previstos no desenho da política, inclusive com seus instrumentos (CONDÉ, 2013).

As reformas nesse nível de ensino, segundo Betzek (2015), passaram a induzir um movimento do chamado “aperfeiçoamento” da organização mediante a promoção da intensificação da eficiência e da eficácia na produtividade. Ou seja, a própria administração de um negócio visa planejar, organizar, dirigir e controlar os meios produtivos de uma empresa para atingir seus objetivos, em termos de lucro, por meio do uso racional dos recursos humanos, das matérias-primas e dos instrumentais de trabalho.

A extinção, em conformidade com Rua (2009), é a última fase. Ela acontece quando o problema que a motivou é resolvido; quando os programas e normas por meio dos quais a política foi implementada são percebidos como ineficazes e/ou quando o problema que a motivou, apesar de não resolvido, perde a importância e sai da agenda pública.

Para Silva e Melo (2000), o ciclo de políticas públicas é um processo e, como tal, deve estar munido de medidas que visem retroalimentar a etapa de formulação e corrigir eventuais desvios durante a fase de implementação, conforme demonstra a Figura 2. Nesse sentido, torna-se imprescindível que sejam realizadas as avaliações das políticas públicas.



**Figura 2** - A visão do *policy cycle* como um processo simples e linear  
**Fonte:** Silva e Melo (2000, p. 6).

Através do exposto, ficou demonstrada a importância do monitoramento e avaliação de políticas devido a possibilidade que essas ações proporcionam de corrigir e aperfeiçoar a política em andamento. Com o objetivo em dar destaque a tais fases, a seguir serão abordados aspectos sobre a avaliação e o monitoramento de políticas públicas.

### **2.1.2.1 Avaliação**

Segundo Buvnich (1999), a avaliação é um juízo sobre o valor ou o mérito do programa. E para efetuar este juízo é necessário que se estabeleçam critérios ou padrões a partir dos quais seja possível, por parte dos atores interessados, efetuar avaliações mais objetivas.

Para Arretche (2009, p.29), a avaliação:

[...] trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação a uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita).

De acordo com Cavalcanti (2015), em síntese, a avaliação tem sido definida como um instrumento ou mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão de gestores, formuladores e implementadores de programas.

Para Rua (2009), o conceito de avaliação das ações governamentais, assim como o de planejamento, desenvolveu-se a partir das transformações no papel do Estado, especialmente por causa do esforço de reconstrução após a Segunda Guerra, quando teve início a adoção de políticas sociais, bem como a conseqüente necessidade de analisar os custos e as vantagens de suas intervenções.

Segundo Cunha (2006, p.5), a demanda por avaliação de programas sociais surge primeiramente da crise fiscal brasileira, na qual se diminui a capacidade de gastos dos governos e se aumenta a pressão por maior eficiência. O segundo fator é o fortalecimento das reivindicações ao governo por novos atores sociais. E o terceiro, é causado pela grande demanda de ações sociais e a desestruturação da função de planejamento, a qual deixou os governantes sem elementos de informação e avaliação.

A avaliação, segundo Minayo (2007, p. 21), nos últimos sessenta anos passou a fazer parte da pauta de investimentos teóricos e práticos, juntamente com as pesquisas sociais, “[...] visando maior eficiência na aplicação de recursos e às efetividades nas ações [...]”. Para a autora, as políticas públicas se realizam em um processo contínuo de decisões e, por isso, modificam-se permanentemente. Tal natureza das políticas públicas é resultante do fato delas nascerem de necessidades sentidas pelo povo e diagnosticadas pelos poderes públicos, mas não

transformadas em negociações, pressões e decisões pelo poder de ambas as partes. Sendo assim, “[...] Nessas circunstâncias, a avaliação constitui um *tercius*, na medida em que os avaliadores não são nem quem formula e nem quem demanda [...]” (MINAYO, 2007, p.40).

Arretche (2009) diferencia “análise de políticas públicas” de “avaliação de políticas públicas”. De acordo com a autora, a análise de políticas públicas está relacionada ao desenho institucional de uma política pública, ao arranjo segundo o qual uma política foi formulada e implementada. A análise de políticas públicas não determina a causalidade dos resultados observados após sua execução, uma vez que essa tarefa fica a cargo da avaliação de políticas públicas. Destarte, a avaliação de políticas públicas implica em estabelecer a relação de causalidade entre a implantação de determinada política pública e as mudanças observadas no cenário investigado (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Os diferentes métodos de avaliação costumam investigar a efetividade, a eficácia e a eficiência das políticas públicas (ARRETICHE, 2009). A avaliação de efetividade permite diagnosticar o impacto das políticas públicas, todavia, a sua dificuldade reside em estabelecer a relação de causalidade entre os produtos da política pública e os resultados encontrados. A avaliação da eficácia permite visualizar se as metas propostas foram alcançadas e se os meios destinados à implementação da política pública foram realmente utilizados (ARRETICHE, 2009). Por fim, a avaliação da eficiência da política pública diz respeito ao custo-benefício e ao custo-resultado. São avaliados os benefícios e resultados trazidos por uma política pública frente aos custos de sua inserção (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Segundo Arretche (2009), toda forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação, ou desaprovação, a partir de certa concepção de justiça.

Para Faria (2005), a avaliação é dividida em duas classes: a somativa, que se refere a uma atividade que produz e compara dados de desempenho com um conjunto de objetivos hierarquizados, além disso, justifica, valida instrumentos e metas, de modo a atribuir valores ao programa para alcançá-los. Essa vertente avalia o programa na etapa de implementação e resultados e, por conseguinte, compara o desempenho de diferentes tratamentos a que estão expostos dos beneficiários. A outra classe é a avaliação formativa, que busca aprimoramento durante o processo de sua elaboração, podendo ser usado para testar, rever e redefinir o programa global ou vários de seus componentes: conteúdos, metodologias, treinamentos e desempenho da equipe, caracterização do público-alvo, configuração dos materiais adotados e revisão do tempo ideal para sua implementação.



Em outras palavras, para Cotta (2001, p. 58), a avaliação tem sido classificada “[...] em função do seu timing-antes, durante ou depois - da implantação da política ou programa; da posição do avaliador em relação ao objeto avaliado-interna, externa ou semi-independente; e da natureza do objeto avaliado - contexto, insumos, processo e resultados [...]”.

Na ordem de classificação referente ao *timing*, segundo Cavalcanti (2015), a avaliação *ex ante*, tem o intuito de medir a viabilidade do programa a ser implementado, permitindo eleger a melhor opção estratégica. Assim, a avaliação “Procura orientar sobre a realização de um dado programa, no que diz respeito a sua formulação e desenvolvimento, através do estudo de seus objetivos, dos beneficiários e suas necessidades e do seu campo de atuação [...]” (CAVALCANTI, 2015, p.6).

A avaliação intermediária (que ocorre durante o processo), também chamada de formativa, é conduzida durante a inserção de um programa como meio de se adquirir mais conhecimento quanto a um processo de aprendizagem para o qual se deseja contribuir. O objetivo é dar suporte e melhorar a gestão, a implantação e o desenvolvimento do programa. A ênfase é dada à aplicabilidade direta dos resultados (ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

As avaliações posteriores à implementação do programa são chamadas *ex post* ou somativas, as quais visam trabalhar com impactos e processos, portanto, estuda-se a eficácia, assim como o julgamento do valor geral do programa. Segundo Cavalcanti (2015, p.7), “[...] essa avaliação ‘consiste no exame e análise de objetivos, impactos e resultados [...]’”. O objetivo é analisar a efetividade de um programa, compreendendo em que medida ele atingiu os resultados esperados (LOBO, 1998; ALA-HARJA; HELGASON, 2000).

Nesse ínterim, as Políticas Públicas Sociais, nas quais se enquadram as políticas educacionais e, conseqüentemente, a Política de Assistência Estudantil nas universidades, a avaliação “[...] deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade [...]” (BOSCHETTI, 2015, p.4).

Outra classificação da avaliação, segundo Faria (2005), seria o acompanhamento e o monitoramento dos programas. Em geral, a avaliação examina, bem como analisa os resultados e os impactos, voltando-se para metas e objetivos que sempre estão relacionados a indicadores. É comum encontrar até mesmo objetivos de políticas públicas que são descrições de indicadores propriamente ditos, como por exemplo: redução das taxas de analfabetismo, elevação da taxa de escolarização, redução da taxa de mortalidade infantil.

Apresentadas algumas tipologias de avaliação, mostra-se necessário apresentar o conceito de monitoramento de Políticas Públicas, como se procura fazer no item subsequente.

### 2.1.2.2 Monitoramento

Para Rua (2009), o monitoramento é entendido como o exame contínuo dos insumos, das atividades, dos processos, dos produtos (preliminares, intermediários e finais), dos efeitos ou dos impactos de uma intervenção, com a finalidade de otimizar a sua gestão, ou seja, obter mais eficácia, eficiência e, dependendo do alcance do monitoramento, efetividade. Ele se inicia juntamente com a etapa de implementação do programa e tem a função de prover informações, como também de alertar a gestão.

O monitoramento implica na possibilidade de interferir no curso da inserção de uma política, programa ou projeto, caso se perceba que a sua concepção não é adequada à solução do problema, por equívoco de planejamento ou por mudança da própria realidade (RUA, 2009).

Garcia (2001) considera que o monitoramento é uma condição para a avaliação. Entre outras palavras, para o autor, o monitoramento é um processo sistemático, assim como é contínuo e em tempo eficaz, que permite rápida avaliação situacional, além da intervenção oportuna que confirma ou corrige as ações monitoradas.

Na gestão pública, esse processo responde aos princípios da eficácia. Segundo Garcia (2001), não se pode conduzir com eficácia se o gestor não conhece de maneira contínua e mais objetiva possível os seus processos. Um sistema de informação parcial, atrasado, inseguro, sobrecarregado de dados primários e irrelevantes, consiste em um aparato defeituoso, com grande impacto na capacidade de organização dos processos. Identificar os problemas ou potenciais problemas, avaliar os resultados da ação e corrigir oportunamente possíveis desvios.

Segundo Grass Peixoto (2015), o monitoramento se faz como uma peça fundamental na avaliação e suas características se sobrepõem às da avaliação formativa, na qual há tentativas de identificar os problemas existentes, propor soluções e adotar medidas corretivas para o aperfeiçoamento da implementação dos programas.

Para Garcia (2001), as decisões devem ser tomadas tendo como suporte avaliações de desempenho (eficiência e eficácia), relativas ao cumprimento das programações pertinentes a cada nível organizacional. Assim, um dos requisitos fundamentais para a gestão de um programa é estar permanentemente informado sobre aspectos cruciais de sua implementação, o que demanda a organização de um sistema de monitoramento de tudo o que for técnica e ações do programa.

Desta forma, o monitoramento deve ser articulado a um plano de ação, ou plano de atividades, como referência. No entanto, não necessita estar preso a ele, podendo chegar a recomendar a sua mudança (RUA, 2009). Logo, para a autora, os resultados do monitoramento

podem e devem ser utilizados para o aperfeiçoamento do trabalho de equipe, assim como para a tomada de decisões, a fim de que ele gere aprendizagem sobre as políticas públicas.

O monitoramento das políticas públicas, com relação a participação social, tem como um de seus principais entraves a compreensão dos aspectos que constituem essa etapa por parte dos diversos atores sociais. Segundo Grass Peixoto (2015), é necessário que os instrumentos constituintes do sistema de monitoramento sejam inteligíveis e acessíveis às categorias sociais interessadas na determinada política.

Para Garcia (2001), somente problemas bem definidos, como também, ações bem desenhadas e programadas – ambos identificados por precisos e detalhados indicadores – são passíveis de monitoramento, podendo ser avaliados de forma consequente e oportuna. Neste sentido, o processo de monitoramento se apresenta, então, como um requisito imprescindível para o exercício da avaliação. Segundo o autor, quem monitora também avalia.

Todavia, faz-se necessário, antes de analisar as peculiaridades locais em que se insere o programa, um olhar macrossocial e político em que foram implementadas as políticas públicas de assistência estudantil relacionadas ao programa.

Assim, no próximo tópico, apresentar-se-á uma discussão breve sobre o contexto em que as políticas sociais de assistência estudantil foram inseridas no Brasil, bem como um retrospecto histórico da inserção das políticas de democratização do Ensino Superior.

### **2.1.3 Políticas e Educação Superior: Aspectos históricos e regulatórios**

De acordo com a constituição brasileira, a educação é direito fundamental, universal e inalienável, instrumento de formação da cidadania e meio de emancipação social (BRASIL, 1988, Art. 205).

O conceito de educação pública nasce no século XVI, na Europa, concomitante à consolidação da ideia de Estado Nação, o que fez da educação um instrumento de ação política e de interesse do Estado (RANIERI, 2009). Nessa perspectiva, a autora coloca que seria possível a utilização da educação como um instrumento de luta por direitos humanos e de cidadania.

No Brasil, a partir de 1808, foram criados os primeiros cursos e academias de estudos superiores, quando, segundo Ranieri (2009), a educação superior estava sob controle estatal e voltada para a formação profissional. A primeira universidade criada pelo governo federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920.

A expansão do ensino superior brasileiro se deu muito mais pela multiplicação de escolas do que pela ampliação daquelas já existentes. As faculdades de filosofia, embora previstas

originalmente como núcleo central da universidade, acabaram por se multiplicar isoladamente, de forma a acompanhar a tradição do ensino superior brasileiro de escolas profissionais isoladas, o que respondia à pressão por ensino superior de uma sociedade em processo de mudança, com crescente aspiração à esse nível de ensino.

Essa demanda foi altamente explorada pela nova classe média urbana em formação. Inicialmente, foi uma demanda pela ampliação do ensino público secundário, de modo a criar, conseqüentemente, condições para pressão no nível subsequente, ou seja, o superior. Essa pressão se traduzia pela procura de novos cursos, particularmente, os das faculdades de filosofia.

Segundo Finatti *et al.* (2007), em 1930 foi instituída a primeira reforma do ensino superior, que previa a normatização da educação superior no país para atender à crescente demanda. Para Romanelli (2009, p. 109), neste período a educação oscilava entre atender os interesses das camadas populares que clamavam por mais educação e aos interesses das classes dominantes que tentavam conter as pressões dessas camadas.

Em 1954, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior apontava que essas instituições contavam com o maior número de estabelecimentos no país (ALMEIDA JÚNIOR, 1957). Entre 1955 e 1960, os cursos fundantes dessas instituições eram basicamente voltados para a formação de professores secundários, por meio da criação de faculdades de filosofia, ciências e letras.

A educação, nos marcos do regime autoritário, tinha papel estratégico no processo de reorientação da política e da economia brasileira. O governo militar promoveu uma ampla reforma educacional, de modo a atingir os diferentes níveis do sistema, com o objetivo de adequar a educação às necessidades do desenvolvimento. No início dos anos 1960, já se prenunciavam as mudanças significativas que iriam ocorrer no âmbito do ensino superior.

Após o golpe de 1964, permanecia entre estudantes e professores um clima de insatisfação com a estrutura universitária existente. Em várias instituições, alunos e professores realizaram “cursos paralelos”, com vistas a expressar a sua discordância com relação aos currículos existentes (MARTINS, 2009).

Diante desse quadro, o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior (MARTINS, 2009). O sistema de ensino superior não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo. Propunha-se, dessa forma, a sua expansão, todavia, assinalava a falta de recursos financeiros, o que levou à introdução do princípio da expansão com contenção, que seria reiterado pela política educacional.

A Reforma de 1968, segundo Martins (2009), produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Uma vez que possibilitou a modernização de parte significativa das universidades federais, além de determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma.

E no início de 1968, segundo Fávero (2006), grande mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e através do Decreto nº 62.937 de 1968, oportunizou uma tomada de consciência nacional, no que diz respeito à universidade pública, com vistas à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação do despertar energético do senso de responsabilidade coletiva. Assim, das medidas propostas pela Reforma, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação (FÁVERO, 2006).

Na década de 1980, segundo Martins (2009), em função da crise econômica vivenciada pelo país, expressa em um grave quadro inflacionário e no aumento das taxas de desemprego, ocorreu uma desaceleração da expansão do ensino superior. Nesse momento, as instituições públicas passaram a se instalar em áreas geográficas de menor interesse econômico para a rede privada.

Para Micheloto, Coelho e Zainko (2006), a partir do ano de 1990, tal período foi marcado pelo crescimento da rede privada e o processo de diversificação das instituições. Neste momento, o ensino privado respondia por 62% do total das matrículas e apenas em 1995 é que foi registrada uma pequena diminuição nesse percentual, quando passou a absorver 60% dos alunos de graduação.

Segundo Chauí (2001), a universidade pública nos anos de 1990, período dos ajustes neoliberais, volta-se diretamente para o mercado de trabalho. A partir desse período, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve o forte incentivo à racionalidade e à eficiência no ensino superior. Segundo Cunha (2006), nesse período a política para o ensino superior teve como objetivo a administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, que visou a generalização dos cursos noturnos e o aumento de matrículas. Com isso, as universidades teriam toda autonomia, porém, estava condicionada a verba recebida à avaliação de desempenho (MARTINS, 2009). Com a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) conferiram ao MEC uma maior autonomia na condução do processo de expansão do ensino superior.

De acordo com Martins (2009), o CNE adotou uma política de flexibilização diante dos processos de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e de instituições

particulares. Tudo leva a crer que a lógica subjacente a essa postura repousava na crença de que o próprio mercado acadêmico regularia o desempenho das instituições, mediante o sistema de avaliação do Exame Nacional de Cursos (“Provão”), introduzido em 1996, e pela Avaliação das Condições de Oferta, implantada em 1997.

Segundo Dourado (2002, p. 236), esse momento foi marcado pela “[...] a perspectiva neoliberal, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital [...]”. Para o autor, esse período foi marcado por políticas de centralização, de diferenciação e de diversificação institucional. Dessa forma, compreende-se que, durante os anos de 1990, as políticas públicas e sociais foram contidas, pois elas iam de encontro à ideologia neoliberal (FERNANDES, 2014).

A Lei de Diretrizes da Educação, que representa a lei geral da educação do país, tramitou no Congresso Nacional desde o ano de 1988 e foi aprovada somente ao final de 1996, quando se criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Esta Lei imprime um novo significado aos preceitos constitucionais, ao incluir o ensino médio como etapa final da educação básica no Brasil, de forma a abrir aos jovens a possibilidade de acesso a um nível de escolaridade mais elevado.

Institui-se, então, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O exame foi criado pela Portaria n.438, de 28 de maio de 1998 - MEC, ainda no governo FHC, para compor o papel do “estado avaliador”, característico daquela década. O termo “estado avaliador” foi cunhado a partir da década de 1980, para se referir às políticas adotadas pelos governos neoliberais que enfatizavam a avaliação, de forma a passar a admitir a lógica do mercado por meio da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educacionais (AFONSO, 2005).

Nesse momento, segundo Martins (2009), as políticas educacionais estavam voltadas para a desregulamentação e retração dos gastos governamentais do ensino superior, o que contribuiu para o crescimento das instituições privadas e, com isso, entre os anos de 1995 e 2002, as matrículas saltaram de 1,7 milhões para 3,5 milhões de estudantes, ou seja, um crescimento da ordem de 209%.

Esse aumento foi oportunizado, a partir de 1999, quando foi instituído o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999 por Medida Provisória e, posteriormente, convertida na Lei nº 10.260/2001, que se trata de um programa destinado a financiar, prioritariamente, o ensino superior de estudantes matriculados em instituições de ensino

superior não gratuitas, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Para Mancebo, Vale e Martins (2015), a expansão da educação superior aparece diretamente ligada a dois outros movimentos de acomodação do capitalismo brasileiro. Primeiramente, a expansão da educação superior e sua privatização ocorreram no mesmo diapasão e para o atendimento das mudanças contemporâneas ocorridas na produção, como também na valoração do capital – uma reestruturação produtiva que teve início no Brasil na década de 1980. Em segundo lugar, essa expansão do ensino superior toma impulso e ganha organicidade a partir da reforma gerencialista do Estado brasileiro, no ano de 1995 e em curso até os dias atuais.

Segundo Carvalho (2006), o problema do ensino superior estava mais vinculado à escassez de vagas públicas e gratuitas do que na ausência de vagas de forma geral. Todavia, o que se pôde observar nos últimos anos foi um aumento significativo da relação candidato/vaga nas instituições. É possível perceber que, diante das restrições econômicas do momento, a demanda da sociedade se sobressaiu por vagas públicas e gratuitas de ensino superior, em detrimento das particulares.

A necessidade de reformulação das políticas públicas para o ensino superior era explícita no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, no qual "[...] a educação superior enfrentava, no Brasil, sérios problemas, que se agravariam, se o Plano Nacional de Educação não estabelecesse uma política que promovesse sua renovação e desenvolvimento [...]". Este Plano propunha a elevação da taxa de escolarização da população de 18 a 24 anos para 30% em um período de 10 anos (BRASIL, 2001).

A mudança de governo a parti de 2003, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), acarretou a reorientação da política educacional, de modo a fortalecer o ensino público, sobretudo nas universidades federais. Com intuito de democratizar o acesso e a permanência dos alunos no ensino superior, o governo instituiu em 2004 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem sido objeto de avaliações controversas no meio acadêmico (CARVALHO, 2006). Também, o governo apresentou um novo projeto de Reforma Universitária, a fim de recuperar o papel do Estado como ator central na condução do sistema de ensino superior, no que consistiu o estabelecimento do marco regulatório para o funcionamento de instituições públicas e privadas (MARTINS, 2009).

No ano de 2007, segundo Martins (2009), o governo Lula instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com viés de fornecer às universidades subsídios necessários à ampliação do acesso, com o objetivo de

aumentar a qualidade dos cursos, melhorar as estruturas físicas e revisar as estruturas curriculares acadêmicas.

As universidades federais aderiram ao “termo de pactuação de metas”, ou seja, um contrato de gestão com o MEC – que significou um instrumento-chave na Reforma de Bresser-Pereira –, pelo qual o governo prometia um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas de custeio e pessoal, condicionado à capacidade orçamentária e operacional do referido ministério (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

A adesão das universidades ao REUNI foi opcional, porém, dada a falta de investimentos entre os anos de 1995 a 2002, praticamente todas as universidades aderiram ao programa até o final do ano de sua implantação em 2007 – com a expansão prevista para o primeiro ou segundo semestre de 2008. Este Plano teve como princípio a gratuidade do ensino, a garantia do acesso, da permanência e da conclusão de curso dos acadêmicos das IFES, em uma perspectiva de democratização do ensino (SANTOS; MARAFON, 2016).

Segundo Andrés (2011), o primeiro relatório do REUNI identificou que, além da criação de novas vagas, as IFES propuseram ações direcionadas ao preenchimento de vagas ociosas, oriundas da significativa evasão observada nas instituições. O primeiro ano do Reuni demonstrou um crescimento acentuado das matrículas projetadas nos cursos de graduação: a previsão inicial era de um aumento de 10% em relação a 2007, que totalizava 645.638 matrículas projetadas – meta ligeiramente superada, dado o resultado no final de 2008, de 715.185 matrículas (que equivale a 10,77% a mais de matriculados previstos).

Também no ano de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008. Trata-se de um marco histórico para a política de assistência por definir suas áreas de ação, como também por ser um referencial para os programas e projetos realizados nas diversas Ifes do Brasil.

A partir do PNAES, a assistência estudantil se efetivou em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Segundo Imperatori (2017), a proposta do PNAES é articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, com o intuito de garantir um padrão de proteção social amplo.

É importante salientar que os programas de assistência estudantil na educação superior brasileira existem desde o surgimento das primeiras universidades na década de 1920, embora de forma pontual e fragmentada. Ao passo que, ao assumirem formas mais democráticas a partir



da Constituição Federal (CF) de 1988 e, marcadamente, no início do século XXI, com a implantação do PNAES; esses programas de assistência passaram a apresentar perspectivas mais abrangentes de ações que vão além dos auxílios monetários ou uma perspectiva de acompanhamento das trajetórias de vida e acadêmicas dos estudantes, com apoio psicológico e infraestrutura adequada.

A partir da implantação de um programa nacional, o PNAES, foi possível garantir recursos específicos às IFES para implementar ações de assistência estudantil, que passaram a ser entendidas como parte da política educacional, cujo objetivo é fornecer os recursos necessários para que os estudantes ultrapassem os obstáculos ao bom desempenho acadêmico (ALVES, 2002).

Embora já tivessem universidades federais públicas com gratuidade do ensino no Brasil, é somente com a implantação do REUNI e do PNAES que o acesso à educação superior se tornou possível para os filhos da classe trabalhadora, visto que a permanência na universidade requer o atendimento de necessidades sociais objetivas destes estudantes ingressantes (isto é, transporte, alimentação, material didático e etc.). Ou seja, a educação superior precisa também ser compreendida enquanto uma “expressão da questão social”, cuja desigualdade de acesso, permanência e qualidade residem no fato de serem produzidas e reproduzidas historicamente, a partir das condições econômicas, políticas e sociais impostas pelo capital (MACHADO, 2013).

Em 2009 foi desenvolvida pelo Ministério da Educação uma plataforma *online* intitulada Sistema de Seleção Unificada (SISU), com o objetivo de oferecer ao estudante que tenha prestado o ENEM uma forma de acesso a uma IFES, sem, todavia, participar dos processos específicos de seleção de cada instituição. O sistema seleciona automaticamente, entre os candidatos a cada curso, aqueles com melhores notas no ENEM e disponibiliza uma lista de espera para as IFES, com o intuito do preenchimento de vagas não ocupadas.

Segundo Imperatori (2017), com o incentivo de tais políticas públicas, as matrículas na educação superior brasileira cresceram de 3,9 milhões em 2003 para 7,3 milhões em 2013 – o equivalente a 86%. O contingente de estudantes matriculados na educação superior em 2013 representa uma taxa de escolarização bruta de 29% e taxa de escolarização líquida de 18%. Já no ano de 2016, segundo dados do Censo da Educação Superior, como demonstra a Tabela 1, foram ofertadas 10.662.501 vagas no Ensino Superior e, destas, 19.302 vagas foram destinadas aos Programas especiais de reestruturação. Conforme pode ser observado nas tabelas 1 e 2.

**Tabela 1** - Número de vagas oferecidas em cursos de graduação, por tipo de vaga e por modalidade de ensino, segundo a categoria administrativa – Brasil – 2016

Categorias Administrativas		Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total Geral
Total Geral	Vagas Novas oferecidas	572.122	333.900	170.485	67.737	7.301.580	<b>7.873.702</b>
	Vagas de Programas especiais	12.065	5.723	5.693	649	7.237	<b>19.302</b>
	Vagas remanescentes	166.663	114.236	28.995	23.432	2.602.834	<b>2.769.497</b>
	<b>Total Geral de vagas</b>	<b>750.850</b>	<b>453.859</b>	<b>205.173</b>	<b>91.818</b>	<b>9.911.651</b>	<b>10.662.501</b>
Presencial	Vagas novas oferecidas	529.239	315.722	155.450	58.067	3.407.890	<b>3.937.129</b>
	Vagas de Programas especiais	11.704	5.368	5.687	649	7.187	<b>18.891</b>
	Vagas remanescentes	159.760	109.656	27.167	22.937	2.064.471	<b>2.224.231</b>
	<b>Total</b>	<b>700.703</b>	<b>430.746</b>	<b>188.304</b>	<b>81.653</b>	<b>5.479.548</b>	<b>6.180.251</b>
A distância	Vagas novas oferecidas	42.883	18.178	15.035	9.670	3.893.690	<b>3.936.573</b>
	Vagas de Programas especiais	361	355	6	0	50	<b>411</b>
	Vagas remanescentes	6.903	4.580	1.828	495	538.363	<b>545.266</b>
	<b>Total</b>	<b>50.147</b>	<b>23.113</b>	<b>16.869</b>	<b>10.165</b>	<b>4.432.103</b>	<b>4.482.250</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP, 2016. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206). Acesso em: 23 jun. 2018

**Tabela 2** - Estatística Geral da Educação Superior – Graduação, segundo a categoria administrativa – Brasil – 2016

Categorias Administrativas						
Estatística Básica Educação Superior - Graduação	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Instituições	107	123	66	296	2.111	<b>2.407</b>
Cursos	6.234	3.574	734	10.542	23.824	<b>34.366</b>
Matrículas em cursos de graduação	1.249.324	623.446	117.308	1.990.078	6.058.623	<b>8.048.701</b>
Matrículas em cursos sequenciais de formação específica	129	264	27	420	3.133	<b>3.553</b>
Ingresso	342.986	151.791	34.715	529.492	2.456.152	<b>2.985.644</b>
Concluintes	146.367	81.279	19.229	246.875	922.574	<b>1.169.449</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos dados do INEP, 2016. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206). Acesso em: 23 jun. 2018

Como se pode observar, a Tabela 1 aponta o número de vagas oferecidas em cursos de graduação, segundo a categoria administrativa e a divulgação do Censo da Educação Superior de 2016.

Por sua vez, na Tabela 2, pode-se observar, segundo divulgação do Censo da Educação Superior de 2016, os números atualizados de instituições, cursos, números de alunos matriculados no Ensino Superior e cursos sequenciais, número de ingressantes e concluintes no ano de 2016.

Na Tabela 2 estão relacionados os números referentes à Estatística Geral da Educação Superior, organizada pelo INEP. Percebe-se que, de um total de 296 instituições públicas, 1.990.078 estudantes foram matriculados em cursos de graduação na rede pública de ensino. Deste total, 342.986 estudantes ingressaram nas universidades federais no ano de 2016 e que 146.367 estudantes concluíram seus cursos nas universidades federais.

Já nas universidades privadas, foram 6.058.623 alunos matriculados nas 2.111 instituições de ensino. A proporção de alunos que entram e saem destas instituições é muito superior à da IFES. Segundo os dados, entraram nas instituições privadas 2.456.152 alunos e saíram 922.574 alunos formados, ou seja, mais de um quinto do número de alunos matriculados nas IFES estão matriculados nas instituições privadas.

Por outro lado, segundo Fernandes (2015), com as novas tendências à democratização de acesso ao ensino superior, acentuou-se a longo prazo um forte impacto sobre as IES, sejam elas públicas ou privadas, pois estas deveriam estar preparadas para receber de outras regiões alunos com costumes, culturas, condições socioeconômicas e bases educacionais diferentes entre si.

Sousa (2006) afirma que foi através da expansão de vagas que os estudantes oriundos da classe trabalhadora passaram a ter maior acesso à universidade, o que gerou demandas por ações específicas, de modo a intensificar a necessidade de formulação de políticas de permanência para que os estudantes conseguissem concluir os seus cursos. Uma vez que muitos desses estudantes saíam de suas cidades para as capitais com o objetivo de buscar uma formação acadêmica. Dessa forma, começaram as reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (SOUSA, 2006).

Após o levantamento de aspectos relevantes sobre a história e regulação do Ensino Superior no Brasil neste item, a seguir, serão apresentadas pertinentes considerações sobre a evasão no ensino superior, no contexto nacional.

### 2.1.4 Evasão no Ensino Superior

Estudos sobre a evasão universitária em âmbito nacional consideram o ano de 1995 como marco temporal para suas pesquisas. Nesse período, o tema entrou na pauta das políticas públicas do Governo Federal, por meio de um estudo coletivo composto por representantes das Instituições Federais de Ensino Superior e do MEC, culminando na divulgação de relatórios e estudos que classificaram os possíveis fatores de evasão como individuais, internos e externos às instituições (MEC/SESU, 1997).

De acordo com o censo do INEP (2015), no ano de 2014, 49% dos estudantes que entraram em cursos de ensino superior abandonaram o curso. Ao passo que, das 8 milhões de vagas disponíveis, somente 42% estão preenchidas e 13,5% das remanescentes foram ocupadas, revelando a pouca eficiência do sistema. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria operacional foi constatado como baixas as taxas de conclusão dos cursos superiores em nível nacional, sendo 25,4% para licenciaturas; 27,5% para bacharelados e 42,8% para os tecnológicos (TCU, 2012).

Segundo Gaioso (2005, p. 98), a evasão escolar pode ser entendida como uma “[...] interrupção no ciclo de estudos [...]” provocada por qualquer motivo. O desligamento costuma ser maior nos anos iniciais do curso (Ribeiro, 2005) – e nele, a saída tende a ser maior nos primeiros três meses.

A evasão é interpretada por Albuquerque (2008) como um insucesso acadêmico, que pode ser explicado pelo desinteresse, desmotivação e dificuldades de absorção de conhecimentos e métodos (BAGGI; LOPES, 2011). Para Ambiel (2015), o fenômeno provoca uma perda coletiva de recursos e tempo para alunos, professores, instituições e sociedade.

De acordo com Vitelli e Fritsch (2016), a evasão está relacionada:

[...] com a perda de estudantes que iniciam, mas não concluem seus estudos, configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico. A evasão escolar, aqui sinônimo de abandono escolar, significa desistência por qualquer motivo, exceto conclusão. É um fenômeno complexo, associado a não concretização de expectativas de pessoas e reflexo de múltiplas causas relacionadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino (VITELLI; FRITSCH, p. 3, 2016).

Tinto (1993), deu início aos seus estudos sobre a retenção e o abandono de estudantes a partir dos anos de 1970. Nesses estudos, o pesquisador desenvolveu um modelo interacionista conhecido como Modelo de Integração do Estudante, cujas teorias vêm embasando diversos

estudos sobre a evasão em todo o mundo. O modelo aborda variáveis ligadas à permanência discente e, dentre elas, os aspectos educacionais (habilidades, escolaridade), objetivos/metapas, a integração acadêmica, social e sua relação com o comprometimento do estudante.

A evasão é uma questão complexa, uma vez que é mediada por diferentes fatores. Um fator importante e, provavelmente, o principal, está relacionado à condição socioeconômica, mas há uma gama de outras situações de ordem pessoal, institucional, entre outras, conforme vêm indicando pesquisas sobre o assunto (BAGGI; LOPES, 2011).

Por meio da revisão bibliográfica, Oliveira e Rosa (2017) identificaram variáveis e fatores de evasão, classificados em fatores internos e externos às instituições, além daqueles individuais do estudante (MEC/SESU, 1997), que se inter-relacionam.

As variáveis e os fatores de evasão foram agrupados por Oliveira e Rosa (2017) em um rol exemplificativo e não exaustivo, conforme o Quadro 1.

	Variável	Fatores	Autores
<b>Fatores Individuais</b>	Aprendizagem	Base educacional; Preparo para o curso; Habilidades; Limitações; Reprovações.	Furtado e Alves (2012); Lobo (2012); Albuquerque (2008); Silva Filho <i>et al.</i> (2007); Schargel e Smink (2002); Tinto (2001); Mec/Sesu (1997); Tinto (1975).
	Relacionamento	Imaturidade; Comprometimento; Integração acadêmica e social.	Arce, Crespo e Míguez Álvarez (2015); Lobo (2012); Schargel e Smink (2002); Tinto (2001); Mec/Sesu (1997); Tinto (1975).
	Tempo	Vida pessoal; Vida profissional; Compromissos.	Furtado e Alves (2012); Tontini e Walter (2011); Mec/Sesu (1997).
<b>Fatores Internos</b>	Infraestrutura	Localização; Salas de aula; Biblioteca; Conservação.	Ambiel <i>et al.</i> (2016); Lobo (2012); Tontini e Walter (2011).
	Qualidade	Exigência disciplinas/cursos; Concessão de auxílios financeiros; Atendimento e apoio; Recomendação.	Tontini e Walter (2011); Mec/Sesu (1997).
<b>Fatores Externos</b>	Vida Pessoal	Casamento / filhos; Mudança de endereço; Referência familiar; Compromissos.	Ambiel <i>et al.</i> (2016); Tontini e Walter (2011); Albuquerque (2008); Schargel e Smink (2002); Tinto (1975).
	Finanças	Renda pessoal; Apoio familiar; Incentivo do empregador.	Ambiel <i>et al.</i> (2016); Arce, Crespo e Míguez-Álvarez (2015); Furtado e Alves (2012); Lobo (2012); Tontini e Walter (2011); Silva Filho <i>et al.</i> (2007); Schargel e Smink (2002); Mec/Sesu (1997); Cabrera, Nora e Castañeda (1993); Tinto (1975).
	Colocação Profissional	Expectativas / incertezas; Vocação profissional; Ascensão pessoal e profissional; Empregabilidade.	Tontini e Walter (2011); Weng, Cheong, Cheong (2010); Albuquerque (2008); Mec/Sesu (1997).

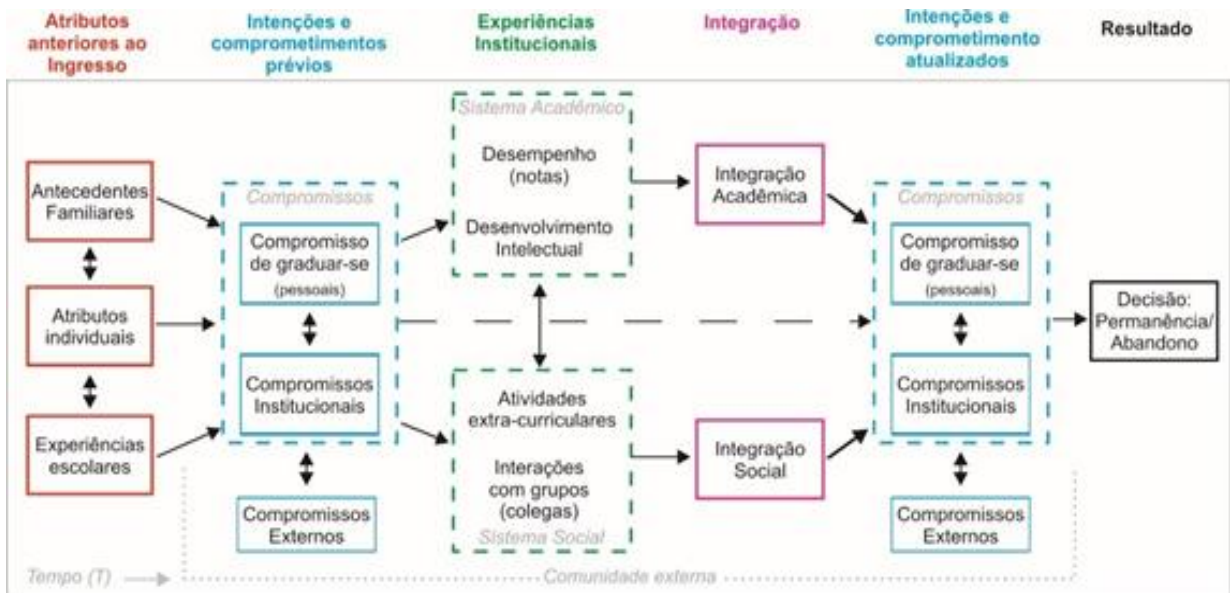
**Quadro 1** – Síntese de fatores da evasão

**Fonte:** (OLIVEIRA; ROSA, 2017).

A evasão pode ser analisada por curso, por instituição ou em relação ao sistema de ensino superior. Por conseguinte, os estudos sobre este tema podem se ocupar de uma ou de mais de uma dessas dimensões. O Ministério da Educação/MEC conceituou evasão do curso como sendo a “[...] saída definitiva do curso de origem sem conclusão, ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa [...]” (BRASIL, 1997, p. 19).

Para que ocorra a permanência de estudantes, segundo Tinto (1993), é necessária uma boa adaptação ao ambiente acadêmico e uma satisfatória integração do estudante. Essas intenções podem definir o nível de maior ou menor comprometimento com as metas de conclusão do curso e, para o autor, quanto maior o comprometimento, maiores as chances de

conclusão. Assim, como forma de ilustrar o estudo desenvolvido por Tinto (1993), a Figura 3, apresenta o modelo de integração tal qual esse pesquisador propõe:



**Figura 3:** Modelo de Integração do Estudante de Tinto

**Fonte:** Dados traduzidos e adaptados pela autora com base em Tinto (1993).

Logo, a partir do modelo disposto na Figura 3, a decisão da evasão é tomada em razão da falta de integração entre os ambientes acadêmicos (desempenho e desenvolvimento intelectual do estudante) e sociais (relacionamentos) da instituição, além disso, observa-se que esta integração é influenciada por fatores individuais, por expectativas para a carreira ou curso e, por último, pelas intenções e/ou objetivos e compromissos assumidos antes do início do curso (TINTO, 1993).

Arelado a esses fatores, a questão socioeconômica tem impacto direto na continuidade dos estudos. Nesse sentido, para Vasconcelos (2010), é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Diante desse cenário, as políticas públicas de assistência estudantil surgem com o intuito de garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes da IFES, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FERNANDES, 2010). Esses direitos sociais estão fundamentados pela ideia de igualdade e, neles, enquadram-se o direito à educação, ao trabalho, à assistência, entre outros (CATANI *et al.*, 2006).

Para Vasconcelos (2010), a assistência estudantil é uma política de ação afirmativa, a qual é tida como uma iniciativa pública, cujo objetivo principal é adotar medidas que reparem e compensem os grupos que sofreram no passado perdas em razão de abusos de quaisquer tipos.

As políticas de expansão foram criadas para promover a ampliação das vagas de instituições e, conseqüentemente, do acesso, como também de novos mecanismos para o apoio e para a regulamentação das práticas de assistência estudantil, com o objetivo de assegurar a permanência e a conclusão daqueles alunos menos privilegiados do ponto de vista político, econômico e social (FERNANDES, 2010).

Após entendimento da evasão no ensino superior, a seguir, serão apresentados aspectos relevantes sobre a instituição do programa de assistência estudantil.

### **2.1.5 O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é uma ação orçamentária alocada no Programa 2080 da Educação Superior e, a partir do Plano Plurianual 2016-2019, na rubrica 4002. Tal Plano foi instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, com o intuito de garantir a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades. Em 2010, o PNAES se tornou um programa de governo, sendo regulamentado pelo Decreto 7.234, de 19 de julho, que versa em seu Artigo 1º: “O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal [...]” (BRASIL, 2010).

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis<sup>4</sup> (FONAPRACE) realizou pesquisas junto aos alunos das instituições de ensino superior, com o objetivo de traçar o perfil do estudante e identificar as demandas por políticas de inclusão social. Esses estudos serviram de base para sustentar a política de assistência estudantil, no tocante à permanência do estudante na instituição (FONAPRACE, 2012).

---

<sup>4</sup> Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE é um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas, visa fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante. O FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas, na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, de forma a prevenir e erradicar a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas.



Alguns indicadores apontados nas pesquisas integraram a posposta do Plano de Assistência Estudantil elaborado pelo FONAPRACE e afirmam a necessidade de alocação de recursos para a assistência estudantil, tais como:

a) Migração/Moradia – a variável local de moradia, antes do ingresso do estudante na universidade, é um importante indicador de sua qualidade e condição de vida [...]; b) Alimentação – os restaurantes universitários eram frequentados diariamente por 24,7% dos estudantes e, eventualmente, por 27% [...]; c) Manutenção e trabalho – conciliar trabalho e estudo foi condição identificada em todas as categorias socioeconômicas. Entretanto, a porcentagem de estudantes que exerciam atividades não acadêmicas remuneradas era mais elevada nas categorias E, D e C (30,4%), refletindo a necessidade concreta desses estudantes, de se auto manterem [...] d) Meios de transporte – a pesquisa constatou que a maioria dos estudantes (59,9%) utiliza transporte coletivo para o deslocamento até a universidade[...] (ANDIFES, 2011).

A criação do PNAES foi necessária, segundo Vasconcelos (2010), pois o REUNI proporcionou um aumento do número de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino superior. Para Alves (2002), a democratização da universidade não pode se dar somente por meio do acesso à educação superior gratuita, mas também por meio de mecanismos que garantam a diplomação daqueles que entraram. A garantia do acesso e da permanência seria uma forma de reduzir os efeitos das desigualdades manifestadas em parcela dos estudantes oriundos de classes com vulnerabilidades socioeconômicas (ALVES, 2002).

Para Nascimento (2012), a Assistência Estudantil deve ser entendida como uma política educacional com classificação em ação afirmativa, uma vez que tem legislação própria e se trata de ações de cunho assistencial desenvolvidas no âmbito da educação e não como uma Política de Assistência Social.

A implantação do PNAES é, sobretudo, o resultado de anos de lutas dos movimentos sociais e estudantis para que essa questão recebesse atenção especial, como afirma Vasconcelos (2010). A proposta apresentada pelo FONAPRACE, que sugeria a implantação de um programa nacional de assistência estudantil, estabelecia como objetivos gerais da assistência estudantil “[...] a garantia do acesso, da permanência e da conclusão de estudantes, na perspectiva de igualdade de oportunidades, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e, agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras [...]” (FONAPRACE, 2012 p. 16).

As peculiaridades da Portaria<sup>5</sup> e do Decreto<sup>6</sup> direcionam que a seleção dos beneficiados está sob a responsabilidade das IFES e que os estudantes da rede pública devem ser atendidos prioritariamente. Juntos, as normativas buscam assegurar as condições mencionadas acima, pensando na inclusão social, melhoria do rendimento acadêmico e melhorias das condições de vida dos estudantes.

As atuações do PNAES são definidas em áreas e linhas temáticas que, atualmente, são consideradas estratégicas para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, as quais podem ser observadas no Quadro 2.

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
<b>Permanência</b>	Moradia, Alimentação, Saúde (Física e Mental), Transporte, Creche e Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais.	Assuntos Estudantis, Ensino, Pesquisa e Extensão.
<b>Desempenho Acadêmico</b>	Bolsas, Estágios Remunerados, Ensino de Línguas, Inclusão Digital, Fomento à Participação político-acadêmica e Acompanhamento Psicopedagógico.	Assuntos Estudantis, Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão e Órgãos Públicos e entidades com fins sociais.
<b>Cultura, Lazer e Esporte</b>	Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais e acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer.	Assuntos Estudantis, Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura, Parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil.
<b>Assuntos da Juventude</b>	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho, Prevenção a fatores de risco, Meio ambiente, Política, Ética e Cidadania, Saúde e Sexualidade e Dependência Química.	Assuntos Estudantis e Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

**Quadro 2** - Ações Estratégicas (PNAES)

Fonte: Adaptação feita pela autora com base em dados do FONAPRACE (2012, p. 69).

A assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, uma vez que compreende a ações que envolvem ideais de condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (FINATTI *et al.*, 2007).

Os beneficiados com assistência estudantil através PNAES é descrito no artigo 5º:

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

<sup>5</sup> Portaria Normativa nº 39, de 2007, do Ministério da Educação.

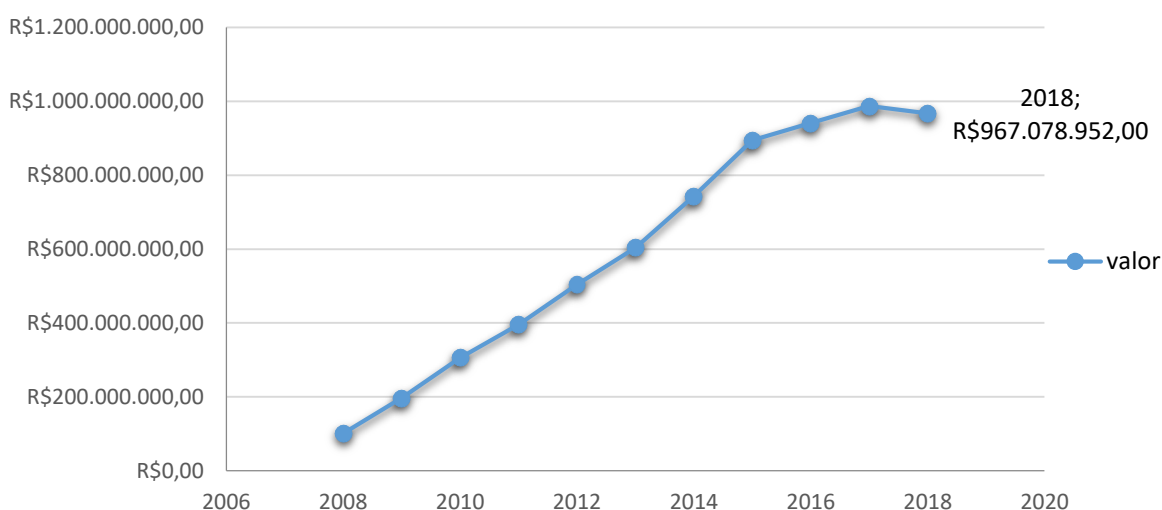
<sup>6</sup> Decreto nº 7.234/2010, de 19 de jul. de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

As ações são executadas e decididas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Programa. As características do Programa, eminentemente assistencial, focalizam alunos com vulnerabilidade, tira do debate a universalização da assistência estudantil. Segundo Cislighi e Silva (2012, p. 78), o PNAES, como foi concebido, “[...] transforma a assistência estudantil em uma política de combate à pobreza no interior da universidade [...]”. Diante do plano de ação montado, as instituições devem prever indicadores para avaliar a oferta em relação à demanda; avaliar ações complementares ligadas a melhoria de qualidade de vida, acesso à cultura e lazer.

Para Vasconcelos (2010), é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e o fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Como as universidades federais já recebiam recursos financeiros do PNAES desde sua criação em 2008, a proposta de aumento de repasse a essas instituições não ocorreria simplesmente pelo fato de ofertarem as vagas dos seus cursos pela expansão das vagas, mas sim pela possibilidade de aumento no número de alunos de baixo poder econômico e de migrantes. Desta forma, nos últimos anos houve uma ampliação nos recursos do PNAES disponibilizados às universidades federais, de acordo com informações do MEC (2013).

Nesse sentido, no Gráfico 1, a seguir, é demonstrada a evolução do PNAES no período de 2008 a 2018.



**Gráfico 1** - Recursos do PNAES repassados às Instituições Federais entre os anos de 2008 a 2018

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em dados da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A mobilidade de alunos foi um dos motivos que levaram o MEC a aumentar os recursos do PNAES de 2010 a 2011. Segundo informações do MEC (2010), o percentual de mobilidade

em 2010 foi de 25%, totalizando um número de 8.353 matriculados, que optaram por estudar fora de seu estado de origem, sendo que antes o percentual era de 1%. A intenção do MEC foi proporcionar condições para receber os estudantes oriundos de outros estados. Observa-se que o Governo Federal, de acordo com dados do MEC, investiu mais de 1 bilhão de reais em assistência estudantil entre os anos de 2008 a 2012 e, beneficiou em torno de 2.376.766 estudantes, sendo que só em 2017 foram disponibilizados R\$ 987.300.000 (novecentos e oitenta e sete milhões e trezentos mil reais).

Apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada universidade tem autonomia<sup>7</sup> de gestão para utilizar os recursos disponibilizados conforme as suas necessidades e especificidades locais, o que permite maior eficiência (BRASIL, 2010). Infere-se que o programa será desenvolvido no âmbito das próprias IFES, não havendo restrições legais sobre a terceirização das ações de assistência estudantil ou parcerias com outras instituições ou organizações não governamentais.

### **2.1.6 Perfil socioeconômico dos assistidos pelo PNAES**

Segundo Schwartzman (2010), a Universidade tem uma função democratizadora, esse se torna um dos principais motivos a nortear o processo de expansão do sistema educacional em todo o mundo. O direito à educação passou a ser considerado parte do conceito de cidadania, assim como o direito ao voto, à assistência social, ao salário mínimo, às melhores condições de trabalho e aos direitos trabalhistas. O sistema educacional e, principalmente, a educação superior teriam por função oportunizar a todos igual participação nos espaços sociais.

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser um princípio jurídico a ser respeitado por todos e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (GOMES, 2003. p.21).

O FONAPRACE se dedicou ao levantamento de indicadores que pudessem demonstrar a importância da formulação de uma política voltada para essa demanda. Nas primeiras pesquisas realizadas pelo Fórum, procurou-se apresentar o perfil socioeconômico e cultural do estudante

---

<sup>7</sup> Constituição Federal de 1988, art. 207, estabelece que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

das IFES, destacando, sobretudo, a estratificação social, de modo a evidenciar a desigualdade entre os segmentos. Segundo consta no relatório da primeira pesquisa publicada, “[...] a preocupação básica dos órgãos de assistência é com aqueles alunos que estão abaixo do padrão médio das necessidades materiais, culturais e de serviços [...]”. (FONAPRACE, 1997, p. 86).

Em relação à condição econômica dos estudantes, verificou-se que 44% pertenciam às classes C, D e E. Contudo, esse percentual é maior para as regiões Norte (69%) e Nordeste (52%). Tratando-se de renda familiar, 41% das famílias dos estudantes recebiam até 3 salários mínimos, saltando os índices no Nordeste (50%), Norte (63%) e caindo no Sudeste (31%) e Sul (32%) (FONAPRACE, 2010).

Na Tabela 3 é possível verificar a distribuição percentual dos estudantes segundo as regiões e as classes econômicas.

**Tabela 3** – Distribuição percentual dos estudantes segundo região e classes econômicas – 2010

Região Geográfica	Classes sociais								
	A1	A2	B1	B2	C1	C2	D	E	C, D e E
Nacional	2,35	12,90	17,58	23,49	19,59	14,01	9,60	0,47	43,67
Nordeste	2,20	9,96	14,57	21,26	20,11	17,10	14,00	0,81	52,02
Norte	1,18	5,14	7,96	16,66	21,64	22,29	23,78	1,36	69,07
Sudeste	2,22	16,11	21,68	25,56	18,41	11,27	4,67	0,07	34,42
Sul	2,39	14,38	21,9	27,99	20,35	10,14	3,29	0,06	33,84
Centro-oeste	4,30	17,76	18,27	23,74	18,27	23,74	18,09	10,74	6,75

Fonte: Andifes/FONAPRACE

Nesse cenário, o FONAPRACE define os estudantes pertencentes às classes C, D e E como potenciais perfis de assistência estudantil, de forma a necessitar de algum tipo de apoio financeiro para a permanência e conclusão do curso, quer seja para custeio da alimentação, moradia, assistência à saúde, assistência psicológica, bolsas, dentre outros.

Na Tabela 4, verifica-se a classe econômica dos estudantes das universidades federais em relação às pesquisas do FONAPRACE dos anos de 1996/07, 2003/04 e 2010.

**Tabela 4** – Classes econômicas dos estudantes das universidades federais por anos de pesquisas

Classe Econômica	Região Geográfica		
	Pesquisa 1996/97	Pesquisa 2003/04	Pesquisa 2010
A	12,6%	15,6%	15,3%
B	43,1%	41,5%	41,1%
C	30,5%	30,9%	33,6%
D	10,5%	11,1%	9,6%
E	3,3%	0,8%	0,5%
C+D+E	44,3%	42,8%	43,7%

Fonte: Andifes/FONAPRACE

Reitera-se, nesse sentido, que as políticas de assistência estudantil são necessárias, uma vez que os estudantes das Universidades Federais não são, em sua maioria, os mais ricos, e sim os de classes socioeconomicamente vulneráveis (FONAPRACE, 2010). Inclusive, o percentual daqueles que necessitam de assistência estudantil estão em sua grande maioria na região Nordeste, Centro-Oeste e, em maior concentração, na região Norte.

O grupo de estudantes de faixa etária de até 24 anos representa 74,53% dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, o que demonstra serem esses estudantes majoritariamente jovens.

Segundo o relatório da pesquisa de 2010, a maioria dos estudantes das universidades federais são no sexo feminino, em torno de 53,0%. Além disso, aponta-se que a região com a maior concentração é do Norte, com 57,0% de seus estudantes sendo do sexo feminino (FONAPRACE, 2010). Conforme pode ser observado na Tabela 5, a seguir.

**Tabela 5** – Distribuição percentual dos estudantes por sexo, idade e região - 2010

Região Geográfica	Idade	Sexo		
		Masculino	Feminino	Geral
Nacional	Até 17 anos	0,63%	0,98%	0,82%
	De 18 a 24 anos	71,38%	75,74%	73,71%
	25 anos ou mais	27,99%	23,28%	25,47%
Nordeste	Até 17 anos	0,48%	1,06%	0,79%
	De 18 a 24 anos	71,22%	68,88%	73,16%
	25 anos ou mais	28,30%	30,04%	26,05%
Norte	Até 17 anos	0,59%	1,09%	0,88%
	De 18 a 24 anos	69,73%	68,88%	69,23%
	25 anos ou mais	29,68%	30,04%	29,89%
Sudeste	Até 17 anos	0,16%	0,31%	0,24%
	De 18 a 24 anos	74,00%	80,61%	77,58%
	25 anos ou mais	25,84%	19,09%	22,18%
Sul	Até 17 anos	1,73%	1,09%	0,91%
	De 18 a 24 anos	67,65%	74,05%	70,88%
	25 anos ou mais	31,62%	24,86%	28,21%
Centro-Oeste	Até 17 anos	2,24%	2,41%	2,33%
	De 18 a 24 anos	72,45%	74,24%	73,40%
	25 anos ou mais	25,31%	23,35%	24,27%

Fonte: Andifes/FONAPRACE

Quanto à idade, 75,74% do total das estudantes do sexo feminino se encontra na faixa etária de 18 a 24 anos e a maior concentração encontrada na pesquisa é na região sudeste, onde 80,61% são do sexo feminino e 74% do sexo masculino (FONAPRACE, 2010).

O cenário atual da Política de Assistência Estudantil nas universidades públicas e a relevância do PNAES na articulação com o ensino, pesquisa e extensão – com foco principal na permanência dos estudantes no ensino superior público – possibilitam a compreensão do contexto político e legal em que se insere o programa Bolsa Permanência da Universidade Federal da Grande Dourados, objeto deste estudo.

A seguir será apresentado como se deu a implantação do Programa Bolsa Permanência da UFGD e um breve panorama do contexto regional, social e histórico em que se insere a universidade.

## 2.2 CONTEXTO DA REALIDADE INVESTIGADA

### 2.2.1 A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) está localizada na cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, criada pela Lei nº 11.153, de 29 de julho de 2005, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. A universidade está situada na região Centro-Oeste, com divisa dos Estados de São Paulo, Paraná e faz fronteira com o Paraguai. A região é caracterizada por grande diversidade cultural, pois agrega imigrantes de diversas regiões do país e, também, países vizinhos, como Paraguai e Bolívia.

A cidade de Dourados<sup>8</sup> é considerada polo regional por estar rodeada de uma considerável quantidade de distritos, vilas e pequenas cidades. O desenvolvimento local, quanto às atividades comerciais, está evidenciado no agronegócio e prestações de serviços, os quais atendem a mais de 800.000 habitantes da região. Logo, a UFGD oferece uma produção de conhecimento que intensifica e consolida um cenário favorável ao mercado local.

Em 2006, com a recém-criada UFGD, a instituição contava com 12 (doze) cursos de graduação, 2 cursos de especialização, 3 cursos de mestrado e 1 curso de doutorado (UFGD, 2009). Em pouco mais de dez anos, já em 2018, suas ofertas triplicaram e a Universidade atende a mais de 8.000 alunos, com realidades socioeconômicas diversas, em 37 cursos de graduações presenciais, 5 cursos de graduações a distância, 14 cursos de especializações presenciais, 4 cursos de especializações a distância, 20 cursos de mestrados, 8 cursos de doutorados e 3

---

<sup>8</sup> O Estado do Mato Grosso foi legalmente dividido em 11 de outubro de 1977, dando origem ao Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em <<http://www.ms.gov.br/a-historia-de-ms/>>. Acesso em: (5 mar 2017).

residências (INEP, 2016).

Logo, para atender a essa miscigenação de culturas e classes sociais que a cidade proporciona devido a sua composição, a UFGD, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, adotou o estabelecimento de cotas sociais para os candidatos oriundos da escola pública e atendimentos assistências.

A Assistência Estudantil era de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), por meio da Coordenadoria de Assuntos Estudantis – COAE. E, com o crescimento do número de alunos matriculados na instituição que necessitavam de incentivo assistencial, criou-se a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE)<sup>9</sup>, que atende, no ano de 2018, mais de 2.000 estudantes portadores de marcadores sociais e tem se caracterizado por meio de suas ações e políticas, além do apoio relevante, no que tange à assistência aos estudantes de baixa renda na Universidade.

A Política de Assistência Estudantil da UFGD iniciou com o processo de regulamentação da concessão de benefícios assistências aos estudantes em 2011, pela Resolução nº 173/2011, aprovada pelo Conselho Universitário. Desde então, a PROAE utiliza critérios de seleção, classificação e concessão de benefícios, de acordo com os Regulamentos de Assistência Estudantis.

Em 2013, a Pró-Reitoria passou a utilizar a metodologia que combina a Análise Socioeconômica e o Índice de Classificação (IC), o qual consiste no cálculo da renda *per capita* familiar, atrelado a índices redutores ou de incentivo. O cálculo do IC é formado por variáveis que permitem priorizar os estudantes que apresentam aspectos que podem ser indicadores de vulnerabilidade social e econômica.

A unidade administrativa é responsável pela elaboração e administração de projetos e programas voltados à integração e à assistência estudantil da comunidade acadêmica. Desta forma, através de seus programas, a unidade promove ações que visam garantir o acesso, a permanência e a diplomação dos acadêmicos na instituição, tendo como diretrizes os princípios do PNAES.

Dentre outros programas executados na instituição, o Programa Bolsa Permanência da UFGD será o objeto de estudos desta pesquisa, por se tratar do maior percentual utilizado do recurso do PNAES, também por estar diretamente ligada a permanência dos alunos com vulnerabilidade socioeconômica na instituição.

Neste sentido, esse programa tem por objetivo reduzir os índices de evasão decorrentes

---

<sup>9</sup> A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis foi criada por meio da Resolução COUNI N°. 97/2012, de 05 de outubro de 2012 (UFGD, 2012).



de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a reduzir os efeitos de suas desigualdades, bem como, sua qualificação acadêmica. Tal programa está normatizado através da Resolução COUNI nº 2019, de 27 de novembro de 2017, que aprova o regulamento da Bolsa Permanência e a Resolução nº 35, de 11 de março de 2015, que define o processo de avaliação socioeconômica<sup>10</sup> dos alunos.

### **2.2.2 O Programa Bolsa Permanência da UFGD**

O Programa Bolsa Permanência da UFGD consiste em fornecer um incentivo pecuniário – no valor de R\$ 400,00 –, recebido mensalmente pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de apoiar financeiramente a permanência do aluno regularmente matriculado em cursos presenciais de graduação na Instituição.

O programa está normatizado através da Resolução COUNI nº 2019, de 27 de novembro de 2017, que aprova o regulamento do Programa Bolsa Permanência e a Resolução nº 35, de 11 de março de 2015, que define o processo de avaliação socioeconômica dos alunos.

Para participação no programa, segundo UFGD (2017), o aluno tem que cumprir cumulativamente as seguintes condições:

a) Realizar a Avaliação Socioeconômica e ser classificado no Perfil I<sup>11</sup>.

b) Estar regularmente matriculado com carga horária mínima de 432 horas/aula no semestre para os cursos integrais de graduação e carga horária mínima de 288 horas/aula no semestre para os demais cursos presenciais de graduação da UFGD.

c) Estar regularmente matriculado com carga horária mínima de 432 horas/aula no semestre para os casos de complementação de habilitação ou grau, para cursos de graduação integral, concluídos anteriormente.

d) Estar regularmente matriculado com carga horária mínima de 288 horas/aula no semestre para os casos de complementação de habilitação ou grau, para cursos de graduação não integral, concluídos anteriormente.

e) Estar regularmente matriculado, ou já ter cursado anteriormente, todas as disciplinas

---

<sup>10</sup> A Avaliação Socioeconômica é pré-requisito para participação nos Programas de Assistência Estudantil da PROAE/UFGD e tem como objetivo identificar os estudantes, conforme diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); da Política de Assistência Estudantil da UFGD e da Política de Assistência Estudantil da Pós-Graduação da UFGD, buscando encontrar os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, para promover uma política que incentive a permanência e conclusão de curso dos estudantes de perfil socioeconômico com maior vulnerabilidade (UFGD, 2016).

<sup>11</sup> O estudante que comprove, através do processo de Avaliação Socioeconômica, possuir renda familiar per capita de até 1,5 salários mensais.

obrigatórias do semestre e estar matriculado nas disciplinas de redação de dissertação ou tese, ou equivalentes, para os cursos de Mestrado e Doutorado da UFGD.

f) Não ser beneficiário de outras modalidades de bolsas oferecidas pela UFGD e/ou outras instituições que não autorizem a acumulação de benefícios. Para fins de Assistência Estudantil, a bolsa permanência é acumulável com outros benefícios de assistência estudantil e programas de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e cultura.

g) Não estar matriculado em cursos presenciais de graduação da UFGD com carga horária média superior ou igual a cinco horas/aula diárias.

A inscrição do aluno é realizada pelo Sistema Acadêmico e a ordem de classificação dos estudantes é determinada pelo índice de classificação (IC) que se refere à condição de vulnerabilidade do estudante. Essa classificação é ordenada de forma decrescente, sendo a ordem disposta do maior para o menor grau de vulnerabilidade. A homologação da classificação não garante o recebimento da bolsa, de tal forma que, o aluno deve entregar na PROAE o termo de compromisso devidamente assinado, para, assim, efetivar a concessão do direito de bolsa.

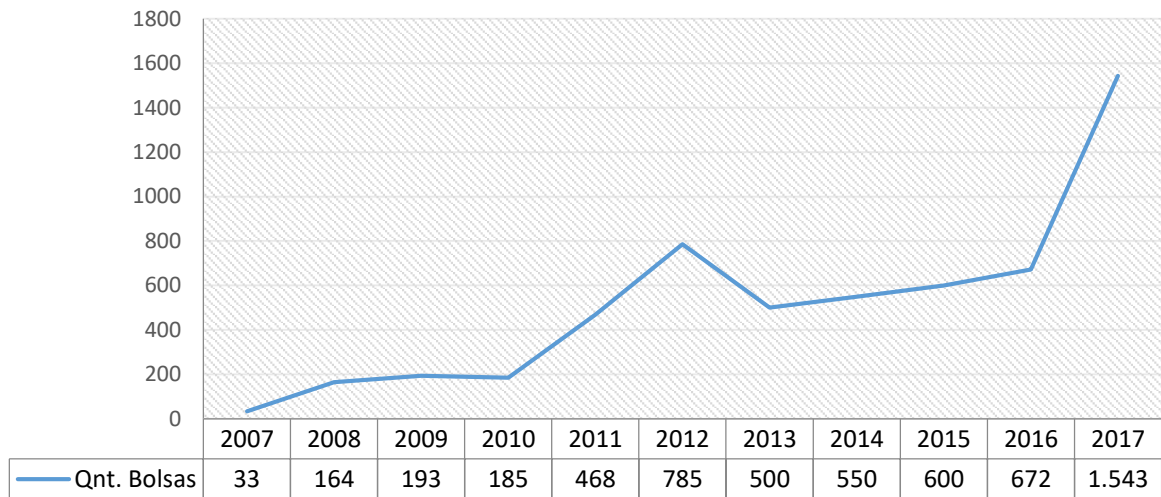
O Regulamento do programa e o termo de compromisso atribuem obrigações aos estudantes quanto ao recebimento da bolsa:

[...] Art. 24. Participar dos encontros e/ou outras atividades extracurriculares propostas pela PROAE/UFGD. Art. 25. Cumprir no mínimo 75% da carga horária de cada disciplina em que o estudante estiver matriculado no semestre. Conforme o Regulamento dos Cursos de Graduação: Não obter reprovação por faltas. Art. 26. Ser aprovado em no mínimo 50% do quantitativo de disciplinas em que o estudante estiver matriculado no semestre. Art. 27. Comunicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a pretensão de desligar-se do Programa e comparecer a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis para assinar o Termo de Desligamento. Art. 28. Comunicar imediatamente a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, a desistência ou trancamento de matrícula do curso de graduação ou pós-graduação (conforme o caso), bem como a obtenção de outra modalidade de bolsa da instituição que não seja cumulável conforme determina o Art. 7º, § 6º, sob pena de devolução dos benefícios financeiros recebidos indevidamente (UFGD, 2017).

Até o ano de 2015, o Regulamento do Programa Bolsa Permanência previa que o estudante bolsista desenvolvesse atividades em projetos sociais, projetos de pesquisa, de ensino, de extensão, ou ainda que participasse do programa de apoio pedagógico de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática e Informática da PROAE, de forma a cumprir uma carga horária mínima de 20 horas mensais. Entretanto, em 2015 os gestores passaram a entender que a política de assistência estudantil não deveria estar atrelada a qualquer outra atividade, ou seja,

o aluno bolsista recebe a bolsa apenas para a sua manutenção no ensino superior.

Para a consolidação do programa, os recursos são repassados pelo PNAES/MEC e administrado pela instituição. A autonomia da universidade possibilitou à UFGD o aumento significativo no quantitativo de bolsas e valores a serem pagos aos alunos, conforme mostra o Gráfico 2.



**Gráfico 2** - Quantidade de Bolsas Permanência disponíveis por ano  
**Fonte:** Editais de divulgação PROAE (2018).

A processo de crescimento do número de bolsas está representado no Gráfico 2, no qual é possível observar um aumento significativo no número de bolsas ao longo de dez anos. Com a inserção de novos estudantes socioeconomicamente vulneráveis na universidade, em razão da democratização do ensino superior através das políticas de cotas, é de extrema necessidade uma política pública que garanta a permanência e diplomação desses estudantes.

E diante da importância em se monitorar e avaliar uma política pública, este estudo tem por objetivo apresentar um instrumento de monitoramento e avaliação para o Programa Bolsa Permanência da UFGD, de maneira a subsidiar a criação pela instituição de mecanismos de monitoramento e avaliação, conforme determinado pelo Decreto nº 7.234/2010.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa do presente trabalho, de forma a expor o tipo de pesquisa, aos procedimentos de investigação e os instrumentos de coleta de dados utilizados, o que vem a justificar a sua aplicabilidade na pesquisa em questão.

#### 3.1 Tipo e metodologia da pesquisa

A classificação da pesquisa, em conformidade com os seus objetivos, tem natureza descritiva, o que se considera adequada quando há a necessidade de descrever as características de determinada população e o estabelecimento de uma relação entre suas variáveis (GIL, 2002).

As informações necessárias para o desenvolvimento desse trabalho foram obtidas pela coleta de dados primários e secundários, os quais, segundo Mattar (1996), são definidos da seguinte forma: tratam-se de dados primários aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisadores e que são coletados com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento. Já os dados secundários são aqueles os quais já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, além disso, referem-se àqueles que estão catalogados, à disposição dos interessados. Para a construção do *corpus* desta pesquisa, foram obtidos dados primários, a partir da aplicação de questionários e entrevistas, e de dados secundários, reunidos a partir da análise de relatórios de pagamentos, de editais de homologação, de Resoluções, de Regulamento e de Instruções Normativas da UFGD.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e, segundo Günther, “a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente” (GUNTHER, 2006, p. 202, grifos do autor).

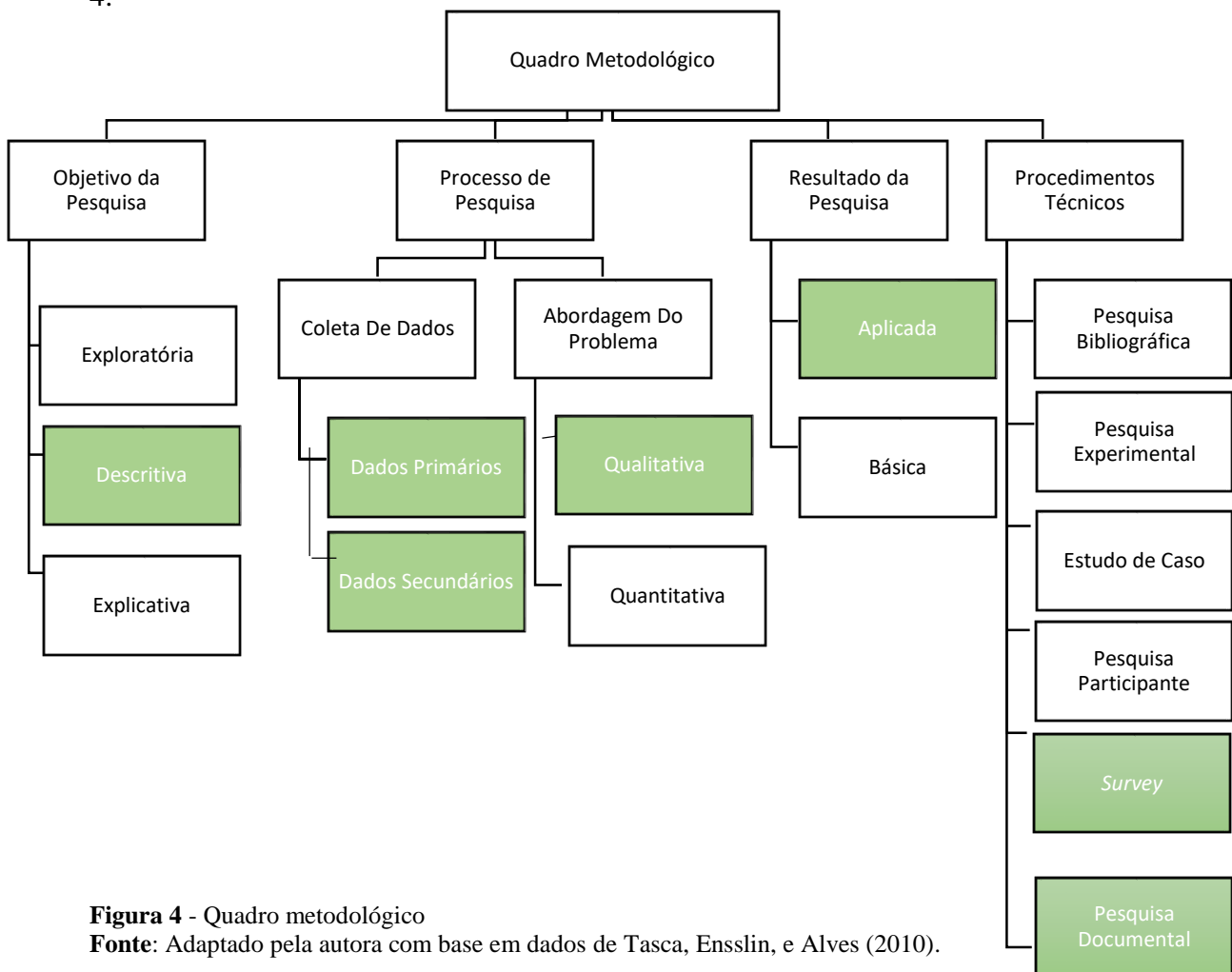
Quanto ao resultado da pesquisa, é caracterizado como pesquisa aplicada, pois se concentra em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Respondem a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições” (THIOLLENT, 2009, p.36). Ainda, a pesquisa aplicada pode ser definida como atividades, nas quais os conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, além de se gerar impacto.

Quanto aos procedimentos técnicos é classificada como pesquisa documental, realizada

neste trabalho, consiste na análise feita com de base nos relatórios, planilhas e outros documentos oficiais da universidade. Segundo Cellard (2008), a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

Assim como também, como pesquisa *survey*, segundo Babbie (2001), pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, sendo indicado – como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário. A pesquisa *survey* é apropriada para responder questões do tipo “o que?”, “por que?”, “como?” e “quanto?”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre “o que está acontecendo” ou “como e porque isso está acontecendo” (FREITAS *et al*, 2000).

O processo de pesquisa foi desenvolvido conforme a estrutura a seguir, disposta na Figura 4:



**Figura 4** - Quadro metodológico

**Fonte:** Adaptado pela autora com base em dados de Tasca, Ensslin, e Alves (2010).

### 3.2 Fases da Pesquisa e coleta de dados

O estudo se construiu por meio da pesquisa documental, questionários e entrevistas. De acordo com Vieira Abrahão (2006), nenhum instrumento de coleta de dados isolado é suficiente, de tal forma que a combinação entre os instrumentos selecionados é o mais indicado para o levantamento de dados.

Na primeira fase, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a política pública, quanto ao contexto do desenvolvimento e da aplicação da política pública na educação superior. Efetuou-se uma abordagem teórica com reflexões sobre autores que discutem a assistência social no âmbito das políticas públicas no Brasil. Foram consultados teóricos, tais como Rua (2009), Arretche (2009), Secchi (2010), e Araújo e Leite (2014), que tratam das políticas públicas e avaliação, bem como da forma com a qual as políticas se relacionam com a assistência estudantil nas universidades.

De modo paralelo, foi realizada uma pesquisa documental, que segundo Ramalho (2013), trata-se de uma técnica de investigação fundamentada na observação e na análise de informações advindas de registros, com o objetivo de compreender determinado fenômeno. Para a realização desta pesquisa, foram coletados documentos de:

a) Na página oficial do planalto, com vistas à legislação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Portaria Normativa nº 39, de 2007, do Ministério da Educação, e o Decreto nº 7.234/2010, de 19 de jul. de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil);

b) Na página oficial da UFGD, mediante buscas de documentos e informações sobre a Política de Assistência Estudantil na UFGD, tais como: Relatórios de Gestão, Relatório de Auditoria, Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão, Atos Administrativos (Instruções de Serviços, Editais e Resoluções) e, principalmente, procurou-se respaldo na busca de Regulamentos próprios do Programa Bolsa Permanência da UFGD.

Essa escolha metodológica se torna adequada por possibilitar o acesso às informações sobre a Assistência Estudantil na UFGD, o que viabiliza descrever o caso e embasar a análise da Política de Assistência Estudantil na UFGD – principalmente, ao que se refere à ausência de formalização de mecanismos de monitoramento e avaliação do programa bolsa permanência desta instituição. A pesquisa documental possibilita identificar informações presentes nos documentos que fazem parte do contexto estudado.

Na segunda fase, realizou-se um recorte temporal do Programa Bolsa Permanência da UFGD nos arquivos institucionais da PROAE, tendo como foco temporal os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, além dos arquivos das informações relativas ao quantitativo de alunos homologados, demonstrativos do pagamento de bolsas e editais de divulgação das situações de suspensão e exclusão do beneficiário – esses dados foram obtidos por intermédio da Coordenadoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (COAE). Também, foi realizada a pesquisa da situação atual acadêmica do aluno e, para isso, foi necessária a solicitação feita junto a Coordenadoria de Informática da UFGD (COIN) e disponibilizados pela Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos (CAAC).

Por conseguinte, foram encaminhados para a pesquisadora os seguintes dados: situação acadêmica do período de 2014 a 2017, ano da ocorrência, semestre da ocorrência, faculdade, nome do acadêmico, RGA, sexo, estado civil, nacionalidade, forma de ingresso e data da ocorrência. Os dados foram enviados em uma planilha única de Excel, contendo todas as informações de todos os anos. Os dados foram coletados e analisados em maio e junho de 2018.

Em posse dos dados, o procedimento de análise dos dados dos alunos beneficiário da concessão de bolsas do Programa Bolsa Permanência foi através da estatística descritiva, pois favorece a descrição dos dados e possibilita à pesquisadora a construção de tabelas e gráficos. Os dados coletados foram agrupados e, posteriormente, analisados da seguinte forma, com a utilização do *software* Microsoft Excel:

1º) No intuito de diagnosticar a população de estudantes que receberam ou recebem o auxílio bolsa permanência da UFGD, dividiram-se os homologados por editais e por ano da concessão de bolsas, nos anos de 2014 a fevereiro de 2018, período o qual se referente ao edital do segundo semestre de 2017. Em seguida, os nomes coletados dos editais de homologação foram confrontados com as planilhas de pagamento, para verificar se havia alguma incorreção;

2º) A fim de verificar a quantidade de bolsas recebidas por estudante e por editais, juntou-se aos dados dos alunos homologados, os dados obtidos das planilhas de pagamento, nos quais constavam mês a mês o nome do aluno beneficiário da bolsa, o valor percebido e o curso em que o aluno esteve matriculado;

3º) Em seguida, foi adicionada à planilha os dados relativos aos motivos de exclusões e suspensões do mês, com o objetivo de se constatar a quantidade de bolsas as quais deixaram de ser pagas e os motivos que levaram a esta ação. Para tanto, foram somados mês a mês a quantidade de bolsas recebidas e confrontado o valor previsto a ser recebido pelo aluno. Desta análise, foi possível retirar o percentual de bolsas concedidas por editais;

4º) Nos casos em que os alunos foram excluídos do programa, procurou-se, através de dados relacionados a situação acadêmica atual do aluno, diagnosticar se esses haviam abandonado a universidade em virtude do não recebimento da bolsa. Para tanto, utilizou-se dados relacionados ao ano de ingresso na instituição, situação acadêmica do estudante no período do edital e a data da ocorrência. Desta análise, pôde-se identificar a quantidade de casos em que os alunos haviam desistido do curso ou estavam regularmente matriculados, conforme os objetivos do PNAES, no que consiste da permanência e diplomação do estudante.

Concomitante a este levantamento de dados, foi realizada uma busca no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, a fim de resgatar os valores previstos para a UFGD através do PNAES, sob a rubrica 4002. Juntamente a estes dados, foi possível identificar os valores pagos e restos a pagar pela instituição.

Na terceira fase, outro instrumento utilizado foi a entrevista com os gestores. Esta pesquisa foi realizada por meio de aplicação de questionário com alunos e ex-alunos beneficiários do programa, além da aplicação de questionário, que foi enviado para 05 Universidades Federais de Ensino Superior.

Com isto, a pesquisa busca propor um instrumento de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD, por meio da percepção dos atores entrevistados. Por consequência, com o propósito de obter informações sobre o programa, foram entrevistados indivíduos que possuem relação com tal assunto. A escolha dos entrevistados se deu a partir da seleção de sujeitos que poderiam ser fonte de informação sobre o tema.

### 3.3 Envio de questionários e entrevista

Esta fase foi composta de três momentos e vários sujeitos entrevistados. Assim, com o intuito de facilitar a apresentação dos atores entrevistados, foi elaborado um quadro que destaca o motivo da escolha de cada entrevistado, bem como o cargo ocupado na UFGD, conforme apresentado no Quadro 3.

	<b>Motivo da escolha do entrevistado</b>	<b>Cargo atual na UFGD</b>
<b>E1</b>	Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis de 2011 a 2015	Docente
<b>E2</b>	Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis de 2015 a 2018	Docente
<b>E3</b>	Coordenador de Assuntos Comunitários e Estudantis de 2015 a 2018	Docente

**Quadro 3**– Identificação dos Entrevistados

**Fonte:** Elaborada pela autora (2018).



As entrevistas visaram complementar os dados qualitativos obtidos por meio da pesquisa estatística realizada. A escolha desses sujeitos foi motivada pelo fato de serem os maiores gestores da política de assistência estudantil, responsáveis por planejar, executar, monitorar e avaliar a política e as ações de assistência estudantil da UFGD.

As entrevistas ocorreram no mês de Setembro de 2018, gravadas com a permissão dos entrevistados, e foram norteadas pelas seguintes variáveis: impressões em relação a necessidade da Bolsa permanência da UFGD na manutenção do estudante no ensino superior; como é/era feita a distribuição do recurso 4002 entre as ações de assistência estudantil; se a gestão desenvolvia ações de modificações do programa para garantir melhoria no processo; se durante a gestão do entrevistado foi utilizado algum instrumento de monitoramento e avaliação, no que tange a verificação das taxas de redução de retenção e evasão, conforme Apêndice A deste trabalho de pesquisa.

Outros sujeitos da pesquisa foram os alunos e ex-alunos beneficiários do programa bolsa permanência da UFGD. A escolha pela pesquisa aplicada semiestruturada se deu em virtude de atingir o maior número de alunos e poder estabelecer parâmetros de respostas em relação à percepção desses quanto ao recebimento se é/foi possível garantir suas permanências e a diplomações no ensino superior. A pesquisa é composta de questionário, com 29 questões, o qual foi aplicado através do sistema Google Docs, disponível no endereço eletrônico: <<https://goo.gl/forms/4RMZploqBmzow7L13>>. Tal questionário possibilitou a avaliação da percepção dos bolsistas sobre a concessão da bolsa permanência da UFGD.

Essa pesquisa, feita com o auxílio de questionário, oportunizou o levantamento da percepção dos alunos sobre o programa bolsa permanência da UFGD, de forma a pontuar quais as fragilidades e/ou boas práticas no processo de concessão da bolsa. O convite para o preenchimento do questionário foi enviado por e-mail.

O questionário foi configurado para que a primeira questão filtrasse, dentre os respondentes, algum aluno que não tivesse sido beneficiado pelo Programa, para que este deixasse a pesquisa naquele momento.

As perguntas foram distribuídas em seções, sendo a primeira seção composta pela pergunta responsável por filtrar os respondentes. Na segunda seção, procurou-se entender o perfil do aluno beneficiado com o Programa Bolsa Permanência. E, na terceira seção, buscou-se a percepção do aluno sobre a bolsa permanência.

As questões, na sua maioria, eram de múltipla escolha. Entretanto, na terceira seção, as questões nº 20 e 22 foram configuradas com “caixas de seleção” para permitirem mais de uma

indicação e, nas duas finais, optou-se por questões abertas, para que o aluno pudesse, individualmente, expor suas dificuldades para manutenção e conclusão do curso, além de poderem expor sugestões para o desenvolvimento do programa, conforme Apêndice B deste trabalho de pesquisa.

Os convites para a participação na pesquisa foram encaminhados pelo e-mail da pesquisadora, entre os meses de agosto a outubro de 2018, a 1.558 alunos, ambos beneficiados pelo Programa durante os anos de 2014 a 2018. Junto ao convite, foi elaborado um texto explicativo, que evidenciava os propósitos da pesquisa e com a informação de que se tratava de uma participação anônima.

Os endereços de e-mails dos entrevistados foram coletados da base de dados da CAAC, os quais foram tratados e filtrados pela pesquisadora, de modo a restar apenas os alunos beneficiados do Programa. Desse universo de 1.558 alunos, foram devolvidos 297 questionários respondidos, o que corresponde a um grau de confiabilidade de 90%, com a margem de erro em 4,31%.

Para obter informações do processo de monitoramento em outras universidades realizou-se uma pesquisa pontual nas 5 universidades: Acre (UFAC), do Paraná (UFPR), de Sergipe (UFS), de Viçosa (UFV) e de Uberlândia (UFU). O questionário contém 27 questões e foi enviado via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). O questionário tem predominância de múltipla escolha, além de oito questões abertas e uma com “caixa de seleção”, conforme Apêndice C deste trabalho de pesquisa.

As categorias analisadas foram: a estrutura em que está inserido o PNAES; fatores específicos que caracterizam o Programa Bolsa Permanência; a aplicabilidade do monitoramento e avaliação em fatores como desempenho, permanência, taxa de evasão e retenção dos alunos; principais dificuldades encontradas e proposição de sugestões.

O contato com as universidades foi realizado através de e-mails, retirados da página eletrônica das instituições, dos quais se priorizou o setor responsável pelo PNAES. Os questionários foram respondidos no período de setembro/2018 e outubro/2018. Logo, das cinco universidades que fizeram parte do campo de pesquisa, quatro responderam ao contato e disponibilizaram os dados solicitados.

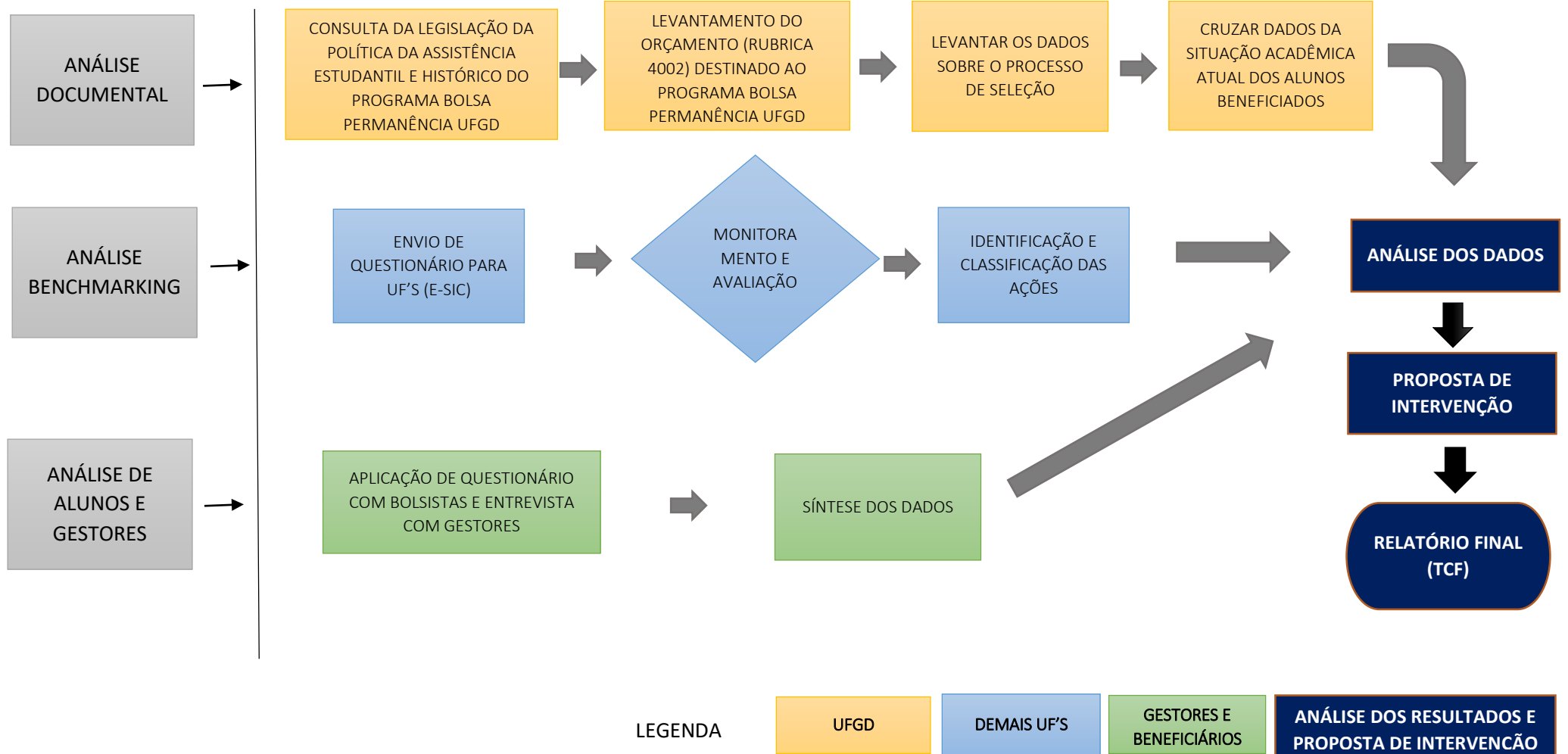
Na etapa final desta pesquisa, de acordo com os dados encontrados na amostra, assim como, dos dados obtidos pela pesquisa de documentos e relatórios, questionários aplicados com os alunos e nas universidades federais, além das entrevistas realizadas com os sujeitos da gestão, os resultados foram tabulados e vinculados na plataforma *Microsoft Excel* para elaboração de tabelas e gráficos ilustrativos.

Logo, os dados foram interpretados mediante técnica de análise de conteúdo. Essa técnica é, para Bravo (1991), a mais apurada e de maior influência no campo da observação documental, constituindo como meio para estudar as comunicações entre os homens, com destaque para o conteúdo das mensagens por eles emitidas. Segundo Minayo (2007), a análise de conteúdo busca ultrapassar o senso comum e o subjetivismo na interpretação, para alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos, biografias, entrevistas ou observação.

A organização da análise se deu a partir das três etapas: Pré-análise, que busca compreender a organização do material coletado, juntamente com o referencial teórico escolhido pelo pesquisador o qual compõe o *corpus* da pesquisa. Na segunda, compreende-se a exploração do material que fora organizado pelo corpo de documentos, o qual foi submetido à análise de forma profunda, para, a partir de então, ser iniciada a codificação e categorização dos dados constituídos no *corpus*. Já na terceira, é estabelecido o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos dados. Nesta etapa, os resultados brutos são tratados de forma a serem significativos e válidos (BARDIN, 2011).

Desta forma, como resultado final, procura-se identificar a percepção do beneficiário e dos gestores sobre o Programa Bolsa Permanência da UFGD; diagnosticar, através dos questionários aplicados na UFs, quais ações de monitoramento estão sendo realizadas e quais serviriam de boas práticas para a UFGD; e, por fim, estabelecer um instrumento com as melhores práticas, ou seja, àquelas úteis e aplicáveis, com vistas à importância das fases de implementação, monitoramento e avaliação da política pública.

A Figura 5, apresenta de forma resumida os processos metodológicos utilizados na pesquisa:



**Figura 5** – Etapas da metodologia  
**Fonte:** Elaborada pela autora.

## 4 DIAGNÓSTICO E RESULTADOS DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

### 4.1 Diagnóstico da situação-problema

Nos anos de 2015 e 2016, 58 universidades federais passaram por auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), a fim de demonstrar a aderência do PNAES nas universidades federais e verificar a atuação dos envolvidos no processo daquilo que os compete. Além disso, buscou-se assegurar o impacto social do programa em relação à permanência de estudantes socioeconomicamente vulneráveis na educação superior, com o objetivo de averiguar a redução das taxas de evasão e retenção.

Como resultado das auditorias, a própria CGU faz a consolidação dos relatórios das universidades federais e, em síntese, constata que apenas 10,3% realizam a avaliação dos resultados do PNAES, ou seja, 89,7% das universidades não cumprem a previsão do inciso II do art. 5º do Decreto nº 7.234/2010. Logo, o relatório de consolidação da CGU elenca as principais ações de monitoramento e avaliação desenvolvidas pelas universidades, conforme o Quadro 4.

UF	Atividades de monitoramento e avaliação desenvolvida
UFAC	Síntese dos dados de aprovação, reprovação e trancamento de disciplinas dos estudantes bolsistas
UFPR	Análise do rendimento acadêmico entre os estudantes bolsistas e não bolsistas; Listagem de indicadores relevantes a serem acompanhadas pela IES. Estudo do desempenho acadêmicos dos estudantes bolsistas correlacionando as taxas de evasão e retenção com as atividades e ações assistenciais.
UFS	Avaliação semestral dos resultados através de reuniões
UFU	Pesquisas de satisfação com os alunos bolsistas; Listagem de indicadores relevantes a serem acompanhadas pela IES.
UFV	Listagem de indicadores relevantes a serem acompanhadas pela IES.

**Quadro 4** – Avaliação e Monitoramento das UFs

**Fonte:** Relatório de Consolidação de auditorias sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (2016).

Assim, do total de 58 universidades auditadas, apenas cinco apresentam alguma forma de monitoramento e avaliação. Constataram-se, a partir das auditorias, as fragilidades em relação à ausência de normatização do PNAES no âmbito das Universidades; bem como, a aplicação dos recursos em desconformidade com o que prevê o Decreto nº 7.234/2010; além de irregularidades na seleção de beneficiários e significativa ausência de controles, como também de avaliação do PNAES por parte das instituições.

Igualmente, a UFGD, uma das 58 universidades auditadas, defende, e a CGU enfatiza, através do Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201601866/CGU, que:

No tocante à realização de avaliação dos resultados do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, conforme determina o inciso II do Parágrafo Único do art. 5º do Decreto 7.234/2010, o setor responsável pela execução do PNAES na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD informou que não realiza essa avaliação.

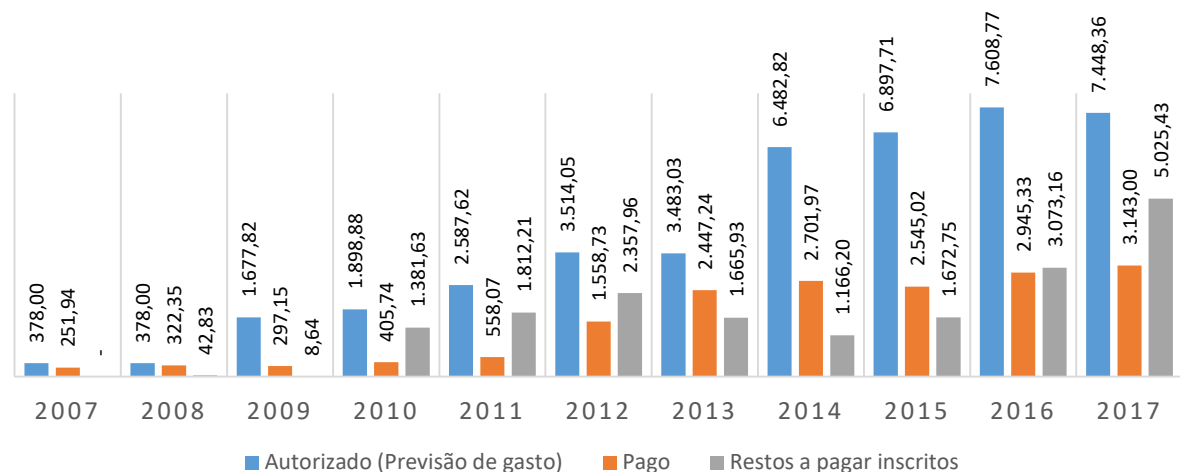
De acordo com a Universidade, a avaliação dos resultados do PNAES depende da implementação de um sistema informatizado que forneça dados estatísticos que permita a análise dos resultados do programa.

Assim, apesar da existência de indicadores e metas específicos para o acompanhamento do programa, eles não são utilizados em função da ausência de sistema informatizado para esse fim.

Além disso, verificou-se que a Universidade não possui controle e tampouco dados sobre as taxas de evasão e retenção dos beneficiários do PNAES (CGU, 2016, p.14).

A UFGD iniciou suas atividades com a Política de Assistência Estudantil, através do PNAES, em 2006. Contudo, do ano de 2007 a 2017 foram previstos para a instituição em torno de R\$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais), alocados no Programa 2080 da Educação Superior, sob a rubrica 4002, com destino à Assistência Estudantil.

Para a gestão do recurso, a legislação que rege o PNAES permite que as universidades planejem e distribuam o orçamento nas ações do PNAES, prevendo, entretanto, a aplicação com base nos objetivos e nas áreas passíveis de atuação dispostas no Decreto 7.234/2010. No Gráfico 3 são apontados os recursos previstos e pagos pela UFGD entre os anos 2007 e 2017.



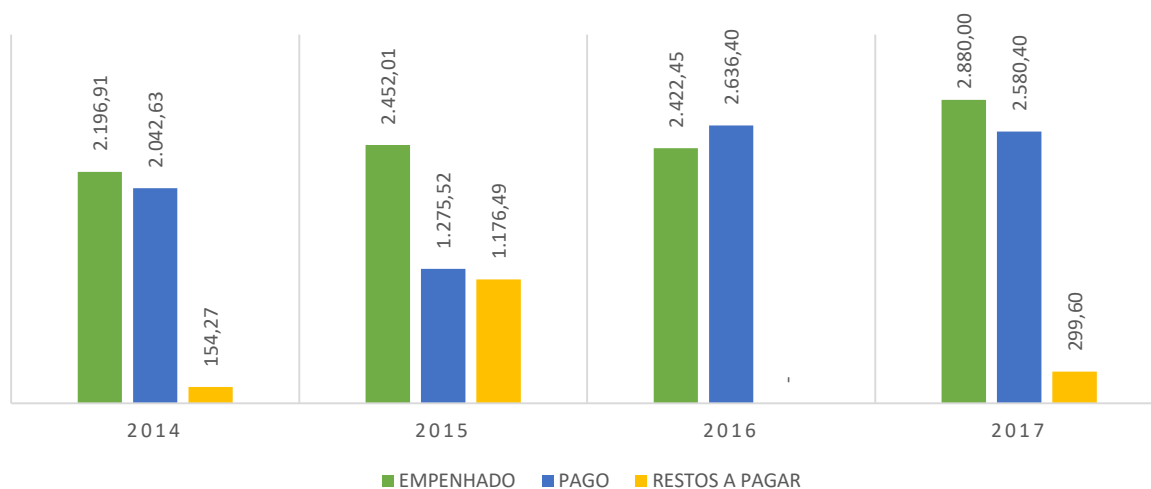
**Gráfico 3** - Recursos autorizados, pagos e restos a pagar da UFGD do Programa 2080- Educação Superior, sob o código 4002, entre os anos 2007 a 2017 (em R\$ x1000).

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do Siafi Gerencial (2018).

Para a consolidação da política de assistência estudantil na universidade, a instituição deve, mediante a autorização/previsão do orçamento do PNAES, alocar os recursos e empenhar conforme as áreas definidas pelo § 1º. do art. 3º. do Decreto nº 7.234/2010, as quais são:

moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, entre outros.

Diante da necessidade de garantir a permanência do estudante, o Programa Bolsa Permanência da UFGD surge na perspectiva de custear a moradia, o transporte e os materiais escolares, tais como: aquisição de livros e cópias reprográficas. Os recursos destinados ao programa são em torno de 40% do total do recurso recebido pelo PNAES, conforme o Gráfico 4.



**Gráfico 4** - Recursos empenhados e pagos no Programa Bolsa Permanência da UFGD, nos anos de 2014 a 2017 (em R\$ x1000).

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) (2018).

Esse estudo priorizou a investigação do Programa Bolsa Permanência da UFGD por se tratar de um dos programas que utiliza grande aporte financeiro advindo dos recursos do PNAES e por estar diretamente ligado à permanência e à manutenção do estudante na universidade.

Conforme o Gráfico 4, é possível perceber o quantitativo de recurso empenhado, pago e inscrito em restos a pagar. Por ser a avaliação do PNAES uma etapa final do processo, esta deve levar em conta as metas previstas conforme os objetivos e os recursos percebidos pela IES. Diante desses números, é possível questionar se há na UFGD qualquer forma de monitoramento e avaliação de seus programas. Ao ponto que, caso fossem avaliados, esses valores poderiam ser remanejados para programas e ou ações, os quais atenderiam outros tantos beneficiários e contribuiriam para uma maior eficiência de gestão.

Na entrevista, E3 relata que nunca houve um estudo específico para a distribuição dos valores do recurso do PNAES, o que se fazia era verificar a quantidade de alunos atendidos,

beneficiários homologados e listas de espera do ano anterior e, desse modo, era feita uma projeção, com vistas a atribuir 10% ou 20% a mais para o ano seguinte, em razão da utilização do recurso anterior. Também, relatou na entrevista que no começo da gestão a participação dos alunos era de coadjuvantes, entretanto, nos anos de 2016, 2017 e 2018, passou-se a ouvir a perspectiva dos alunos.

Desse modo, faz-se necessária a exploração histórica, entre os anos de 2014 a 2017, de documentos e site institucional, referente ao processo de concessão de bolsas do Programa Bolsa Permanência da UFGD, integrante do PNAES, com o objetivo de propor um instrumento de monitoramento e avaliação do programa no âmbito da UFGD.

#### **4.2 Indicadores do Programa Bolsa Permanência da UFGD**

Segundo Zilber e Fischmann (2002), os indicadores de desempenho são instrumentos capazes de auxiliar na definição do planejamento estratégico e na consequente determinação de estratégias empresariais. O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar, como também captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação (FERNANDES, 2014).

Após a escolha das áreas de atuação pelos atores envolvidos onde serão empregados os recursos do PNAES, o setor responsável pela política pública na IFES, pautando-se nas necessidades identificadas dos alunos, inicia o processo onde devem ser divulgados, através de editais e outros meios eficazes, os benefícios a serem concedidos, bem como os critérios de seleção a serem utilizados.

Na UFGD, durante os anos de 2012 a 2017, as bolsas passaram do valor de trezentos reais para quatrocentos reais e o quantitativo de bolsas aumentou relativamente. No Quadro 5 são demonstrados como ocorreram, anualmente, a distribuição das bolsas do Programa Bolsa Permanência da UFGD, através dos respectivos editais, no período de 2014 a 2017.



Ano	Editais UFGD	Quant. Bolsas	Valor	Período De Vigência
2014	Edital 2014 nº 17	550	R\$ 400	07/ 2014 a 04/ 2015
2015	Edital 2015 nº 45	600	R\$ 400	11/ 2015 a 05/ 2016
2016	Edital 2016 nº 13	600	R\$ 400	06/ 2016 a 12/ 2016
	Edital Remanescente 2016 nº 30	72	R\$ 400	07/ 2016 a 12/ 2016
2017	Edital 2017 nº 10	828	R\$ 400	03/ 2017 a 02/ 2018
	Edital Remanescente 2017 nº 141	115	R\$ 400	09/ 2017 a 02/ 2018
	Edital Remanescente 2017 nº 180	600	R\$ 400	01/ 2018 a 02/ 2018

**Quadro 5** – Editais e quantidade de bolsas do Programa Bolsa Permanência da UFGD, 2014 a 2017.

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

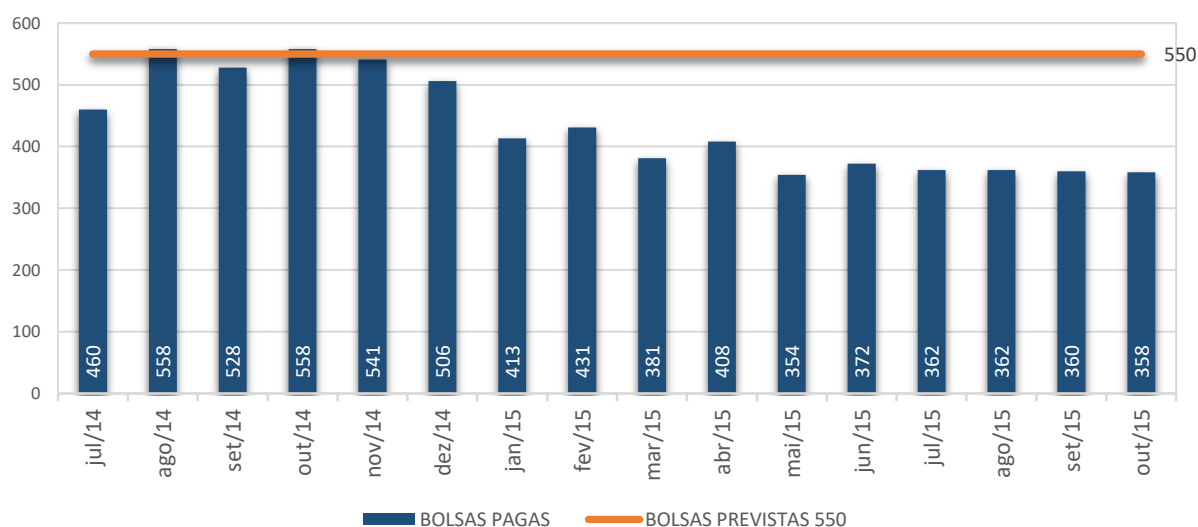
Constatou-se, por meio da pesquisa, que os editais previam cerca de 3.365 bolsas, ou seja, uma expectativa de 3.365 alunos beneficiados com o Programa Bolsa Permanência, durante o período de 2014 a 2017.

Entretanto, durante a tramitação do processo, alguns beneficiados sofreram suspensão e/ou exclusão do processo, por condições pré-estabelecidas no Regulamento do Programa da Assistência Estudantil: Bolsa Permanência da UFGD, entre as quais:

- Não cumprir no mínimo 75% da carga horária de cada disciplina em que estiver matriculado;
- Não ser aprovado em no mínimo 50% do quantitativo de disciplinas em que o estudante estiver matriculado;
- Ultrapassar 2 semestres do tempo mínimo de integralização de créditos do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;
- Abandonar o curso;
- Não renovar matrícula;
- Trancar a matrícula;
- Não regularizar sua situação de suspensão na PROAE no prazo máximo estipulado da data da suspensão (RESOLUÇÃO COUNI nº 219, de 27 de novembro de 2017).

Tal situação acarreta em sobra de recursos para a Instituição, o que, como visto no Gráfico 4, só aumentou com o passar dos anos.

No ano de 2014, estavam previstas no edital de divulgação nº 17 o total de 550 bolsas mensais. Tal processo teve a duração de dezesseis meses, com um total de duas chamadas. A quantidade de bolsas neste edital atingiu seu limite nos meses de agosto e outubro de 2013, quando foram pagas duas ou três bolsas de alunos que sofreram suspensão nos meses anteriores. Entretanto, nos demais pagamentos, perceberam-se sobras significativas de recursos e não houve estudos para o diagnóstico da causa, conforme demonstrado no Gráfico 5:



**Gráfico 5** - Quantidade do bolsas pagas por mês do edital nº17/2014

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

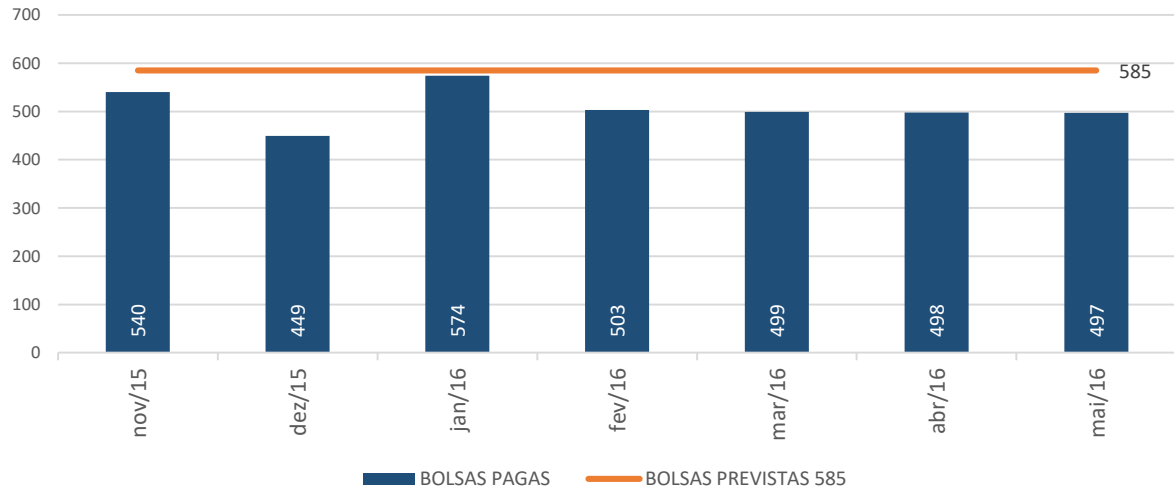
No ano de 2015, devido à greve estabelecida nas IFES, o edital nº 45/2015 foi lançado para os meses de novembro de 2015 a maio de 2016<sup>12</sup>, com a previsão de 600 bolsas, totalizando 4.200 bolsas.

Entretanto, foram homologados apenas 585 inscritos com expectativa de recebimento de bolsas e, desse total, já no primeiro mês teve uma baixa de quarenta e cinco bolsas. De modo incessante, nos meses seguintes, apenas aumentou o número do saldo de bolsas. Ao final, restaram 535 bolsas que não foram pagas aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica.

Quanto à concentração da participação dos estudantes vulneráveis nos primeiros meses do processo, além do fato de um crescente aumento nos casos de suspensões e exclusões de bolsistas, o que pode ter sido provocado pela greve geral dos técnicos, há que se avaliar a explicação da sobra de bolsas nos demais anos, em que não houve o fato da greve e, ainda assim, persistiram elevados índices de exclusões.

No Gráfico 6 se estabeleceu a quantidade de bolsas pagas, por mês, através do edital nº 45 de 2015. Ressalta-se na análise a sobra de bolsas mensais.

<sup>12</sup> Houve greve dos Servidores da UFGD no período de 29/05/2015 a 19/10/2015.

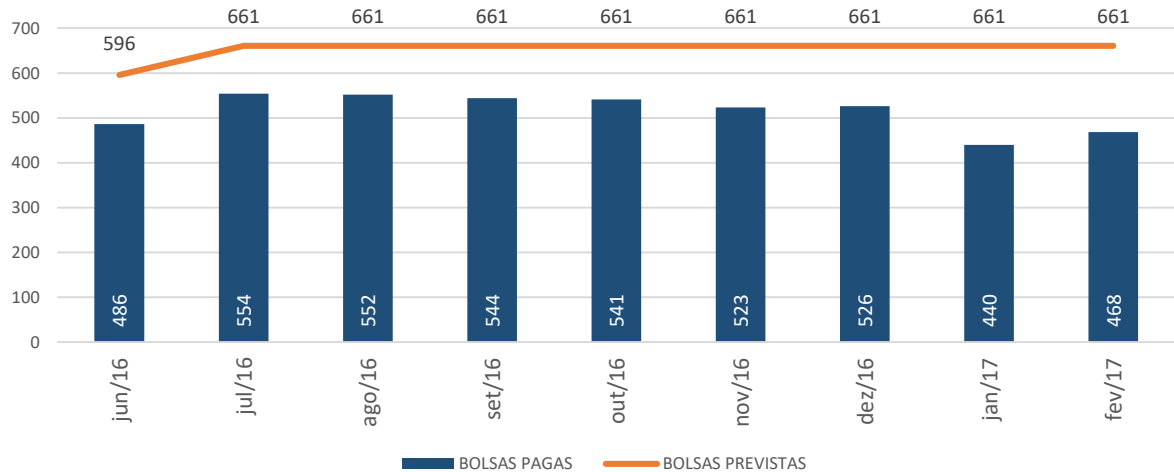


**Gráfico 6** - Quantidade do bolsas pagas por mês do edital nº45/2015

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

Em 2016, foram lançados dois editais, sendo o primeiro o edital de nº 13/2016, com previsão de 600 (seiscentas) vagas e vigência de junho a dezembro de 2016, com prorrogação até fevereiro de 2017. O outro, o edital de nº 30/2016, com vigência a partir de julho até dezembro do mesmo ano, previstas 72 vagas remanescentes, com o mesmo prazo de prorrogação. Percebe-se que essas vagas remanescentes seriam uma tentativa, já com expectativa de monitoramento, de reestruturar os saldos de bolsas que sobraram dos anos anteriores.

Contudo, já no primeiro edital das 600 bolsas previstas foram homologadas 596 bolsistas e, no segundo edital, das 72 bolsas previstas, homologou-se 65 bolsistas. Percebe-se que neste edital há uma constante de pagamentos, sobretudo, nos meses de julho a dezembro, todavia, no mês de janeiro há uma queda significativa de pagamentos. Neste ano de 2016, os recursos destinados ao PNAES da UFGD pelo MEC foram de aproximadamente R\$ 10 milhões de reais. E, nessa perspectiva, apenas nos editais nº 13 e 30/2016, a expectativa de sobra para com o Programa Bolsa Permanência da UFGD é de R\$ 500 mil reais. Constata-se que, apesar de uma insipiente ação de novas oportunidades de bolsas, há a necessidade de formas de monitoramento e avaliação do programa. Conforme se destaca no Gráfico 7:

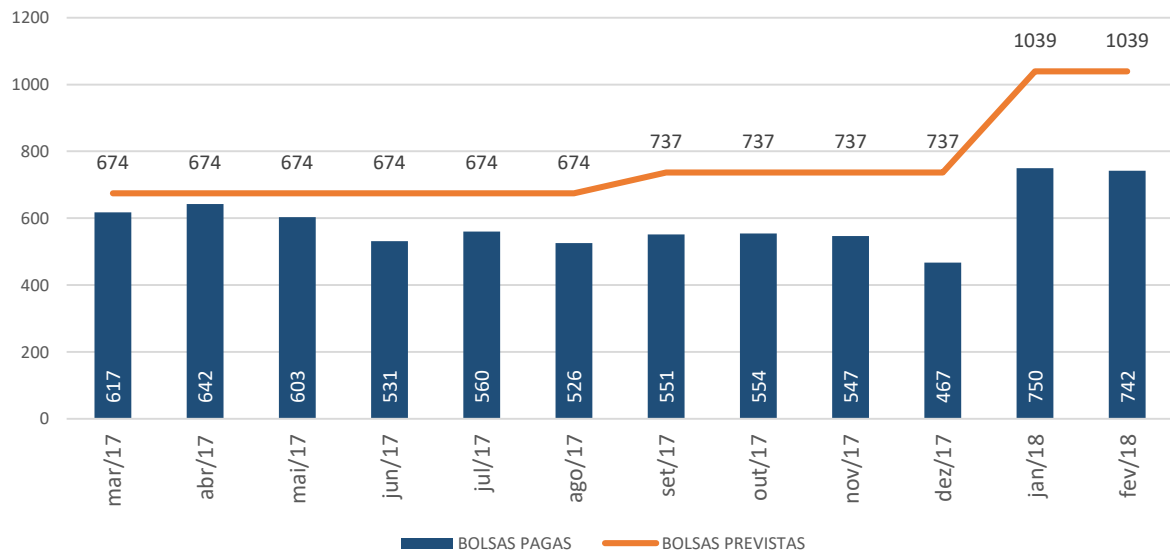


**Gráfico 7** - Quantidade de bolsas pagas por mês dos editais nº 13 e 30/2016

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

No ano seguinte, em 2017, o programa Bolsa Permanência da UFGD teve a estimativa de R\$ 3.628.000,00 (três milhões seiscientos e vinte e oito mil reais) investidos em bolsas do Programa Bolsa Permanência UFGD, com uma estimativa de 1.543 bolsas nos editais nº 10, 141 e 180 de 2017. No entanto, foram homologados nos três editais, apenas 1.039 bolsistas.

Os dados do Gráfico 8 indicam a quantidade de bolsas pagas por mês nos editais nº 10, 141 e 180 do ano de 2017.



**Gráfico 8** - Quantidade de bolsas pagas por mês dos editais nº 10, 141 e 180/2017

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

Os dados do Gráfico 8 ilustram o aumento da quantidade de bolsas previstas nos editais, no entanto, o aumento do número de bolsas pagas não foi proporcional à previsão, o que

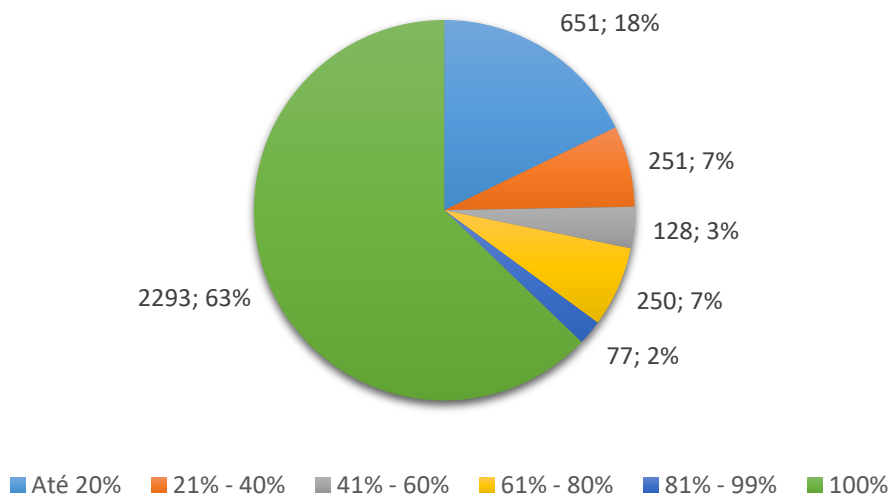
ocasionou na sobra de recursos já empenhados e não pagos. Desta forma, o gerenciamento do recurso deve ser avaliado a todo o momento pelos gestores, de forma a verificar se realmente foi necessário o destino da aplicação do recurso no Programa Bolsa Permanência da UFGD e, caso diagnosticada a falha, tal aplicação poderia ser redirecionada a outras ações, de forma que pudessem garantir a manutenção do estudante na universidade.

De acordo com Secchi (2010), no modelo conceitual de análise de política pública, ou ciclo de política pública, as fases de uma determinada política se misturam e se alternam, o que garante a avaliação, a qualquer momento, de determinada política, até mesmo durante a sua implementação.

Constata-se no ano de 2017 que apenas nos meses de março a maio houve o pagamento próximo ao previsto. Nos demais meses, os pagamentos estiveram aquém ao número de bolsas esperadas pelos gestores do programa. Em virtude desses dados, uma possível interpretação seria a de que tal escolha da área de atuação dos programas e ações da UFGD não condiz com a necessidade local dos alunos. Uma outra probabilidade é a de que se as reformas inseridas na educação superior permitiram o aumento do acesso dos alunos aos processos seletivos da Universidade, por outro lado, não tiveram significado no aumento da proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em relação aos demais.

Diante desse cenário, o que se pode concluir, todavia, é que tais dados indicam a necessidade de uma melhor investigação com relação ao desenvolvimento do processo de concessão de bolsas, ou seja, faz-se necessário monitorar e avaliar a proporção de bolsas pagas aos alunos, ao se utilizar, para tanto, o estabelecimento de grupos em intervalos, em relação ao todo de bolsas previstas.

Em síntese, esta pesquisa resultou no Gráfico 9.



**Gráfico 9** - Percentual de bolsas pagas em relação às bolsas previstas por estudantes, nos anos de 2014 a 2017  
**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

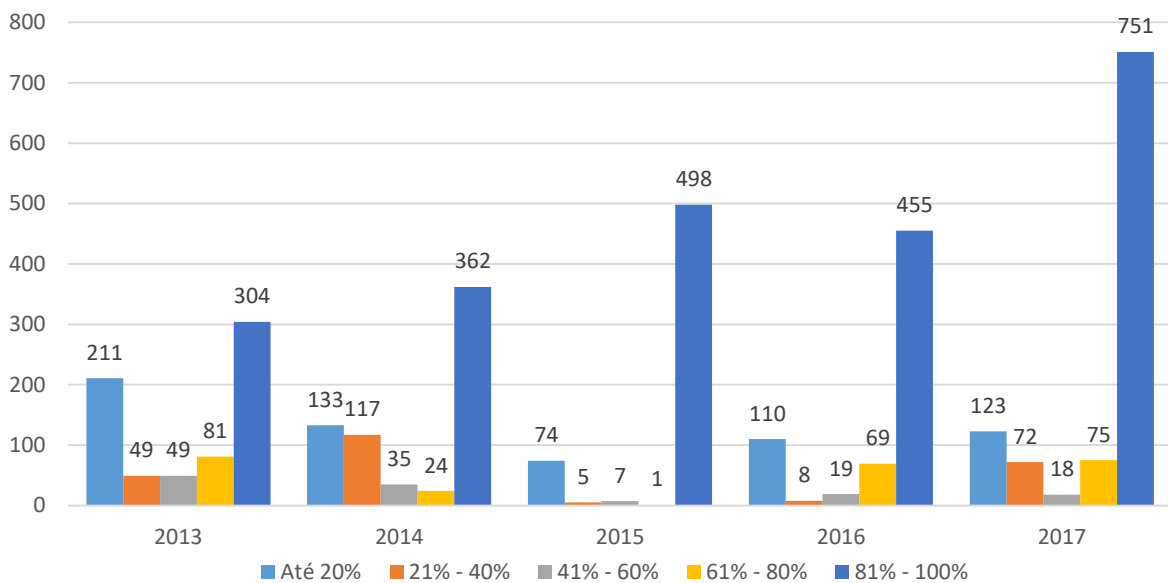
Da análise do Gráfico 9, após a divisão no estudo dos dados por grupos e intervalos do percentual da quantidade de bolsas recebidas, chegou-se ao resultado que 63% dos bolsistas beneficiários do Programa Bolsa Permanência que receberam a totalidade de bolsas previstas nos editais. Ou seja, 63% dos bolsistas receberam 100% da quantidade de bolsas previstas no período de vigência do edital. Sobre esse assunto, Nora (1990) defende que, em sua principal conclusão, quanto maior a quantidade de recursos recebidos pelos indivíduos, maiores o número de semestres cursados e da taxa de retenção deles.

No segundo grupo de bolsistas, referente ao intervalo de 61% e 80% das bolsas previstas, apenas 7% deles receberam a quantidade de bolsas previstas nos editais. Já no terceiro grupo, 3% dos bolsistas receberam o equivalente de bolsas referente ao intervalo de 41% e 60% do quantitativo das bolsas previstas. No quarto grupo, 7% dos alunos receberam entre 21% e 40% das bolsas previstas. Por fim, o quinto grupo, equivale a 18% do total de alunos beneficiados com o Programa, os quais não receberam mais de 20% das bolsas previstas nos editais. Ou seja, o quinto grupo representa um número maior que a soma do percentual dos intervalos analisados entre 21% e 80% do total de bolsas previstas.

Compreende-se que essa análise se faz necessária no monitoramento e avaliação dos gestores do programa, uma vez que é importante questionar: quais foram os fatores para o não recebimento; se esses fatores são devidos a falhas no processo; se esses alunos continuam na instituição ou resultou em evasão. Assim sendo, tais questionamentos fornecem aos gestores indicadores os quais possibilitam o monitoramento e a avaliação dos programas.

Em uma primeira avaliação, isso indica que a política de assistência estudantil na UFGD, através do programa Bolsa Permanência da UFGD, atinge apenas 65% do proposto, sendo, por conseguinte, indispensável explorar a garantia da igualdade de condições necessárias para a permanência desses alunos na universidade.

Baseando-se no percentual de bolsas pagas por grupo e o que estava previsto nos editais, foi possível estabelecer a relação dessa quantidade de bolsas pagas por ano. Conforme exposto no Gráfico 10:



**Gráfico 10** - Quantitativo de bolsas pagas por grupos e por ano

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

O Gráfico 10 apresenta a quantidade de bolsas pagas por grupos, conforme classificação dos intervalos estabelecidos na pesquisa e por ano dos editais de concessão de bolsas. Percebe-se com a análise que grande parte das bolsas foi paga na sua totalidade. Entretanto, há que se preocupar com um número relevante de bolsas que deixaram de ser pagas no decorrer do processo. Somando-se apenas os anos de 2016 e 2017, dos alunos que receberam o percentual de 0% a 40% das bolsas previstas nos editais, chega-se ao total de 313 alunos, os quais deixaram de receber o benefício por “n” motivos, apontados no quadro 8, e estavam classificados como “perfil I” na avaliação socioeconômica.

Nesse momento, faz-se necessário o monitoramento do programa para identificar quais foram as causas dos desligamento dos alunos no processo e se esses alunos permaneceram na instituição. A seguir, serão apresentados e analisados os motivos das exclusões de bolsistas do Programa Bolsa Permanência da UFGD, conforme dados encontrados nos relatórios mensais da PROAE.

### 4.3 Motivos das exclusões de bolsistas dos editais do Programa Bolsa Permanência da UFGD

Após a homologação do aluno nos editais para concessão da bolsa, embora a obrigatoriedade de contrapartida não esteja implícita na legislação, a UFGD aplica regras nos regulamentos e editais próprios para que o aluno continue recebendo os benefícios. No intuito de garantir os objetivos da política de assistência estudantil, não estaria adequado à concessão do benefício o aluno que não estivesse matriculado no curso, ou mesmo, não cumprisse o mínimo de 75% da frequência e do rendimento acadêmico mínimo para aprovação. Pois, caso o aluno reprove nas disciplinas, atrasará o período previsto para a diplomação e, conseqüentemente, incidirá de modo negativo na taxa de retenção e essa, sob os objetivos do Programa.

No Quadro 6 estão elencados os motivos previstos da contrapartida do beneficiário ao Programa Bolsa Permanência da UFGD:

Não cumprir no mínimo 75% da carga horária de cada disciplina em que estiver matriculado
Não ser aprovado em no mínimo 50% do quantitativo de disciplinas em que o estudante estiver matriculado
Ultrapassar dois semestres do tempo mínimo de integralização de créditos do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar
Abandonar o curso
Não renovar matrícula
Trancar a matrícula
Não regularizar sua situação de suspensão na PROAE no prazo máximo estipulado da data da suspensão

**Quadro 6** – Motivos das exclusões do Programa Bolsa Permanência da UFGD, conforme o Regulamento do Programa Bolsa Permanência

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

Também, foram encontrados nos regulamentos os aspectos de contrapartida que provocariam a suspensão do beneficiário e, caso não fossem corrigidos no tempo determinado, resultariam na exclusão. Entre os motivos da exclusão dispostos nos regulamentos foram encontrados os aspectos responsáveis por provocar incorreções no processo, uma vez que, para a participação da seleção dos editais, já seria pré-requisito para o estudante participar do processo de concessão de bolsas, estar com o prazo da avaliação socioeconômica validada e estar classificado como “perfil I”.

O Quadro 7 mostra outros motivos que provocaram as suspensões e exclusões dos beneficiários do programa Bolsa Permanência da UFGD encontrados nos relatórios mensais de suspensão e exclusão do beneficiário do programa, entre os anos de 2014 a 2017:



Nº	MOTIVOS DE DESLIGAMENTOS
1	Não entregar o termo de compromisso assinado na PROAE será caracterizado desistência
2	Ser beneficiário beneficiário de outra modalidade de bolsa, exceto alimentação
3	Não cumprir no mínimo 75% da carga horária de cada disciplina em que estiver matriculado
4	Não ser aprovado em no mínimo 50% do quantitativo de disciplinas em que o estudante estiver matriculado
5	Conclusão de curso
6	Não estar matriculado com a carga horária mínima exigida para os cursos de graduação
7	À pedido do aluno
8	Ultrapassar 2 semestres do tempo mínimo de integralização de créditos do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar
9	Estar com a Av. Socioeconômica vencida e não revalidada
10	Não encaminhar para a PROAE/UFGD, o Relatório Semestral de Atividades assinado
11	Não regularizar sua situação de suspensão na PROAE no prazo máximo estipulado da data da suspensão
12	Não realizar a Av. Socioeconômica e não ser classificado perfil I
13	Não desenvolver atividades extracurricular com carga horária mínima de 20 horas
14	Não renovar matrícula
15	Abandonar o curso
16	Trancar a matrícula
17	Estar matriculado em curso de graduação presencial com carga horária igual ou superior a 5 horas/aula diárias = Bolsa permanência MEC
18	Revisão de avaliação socioeconômica

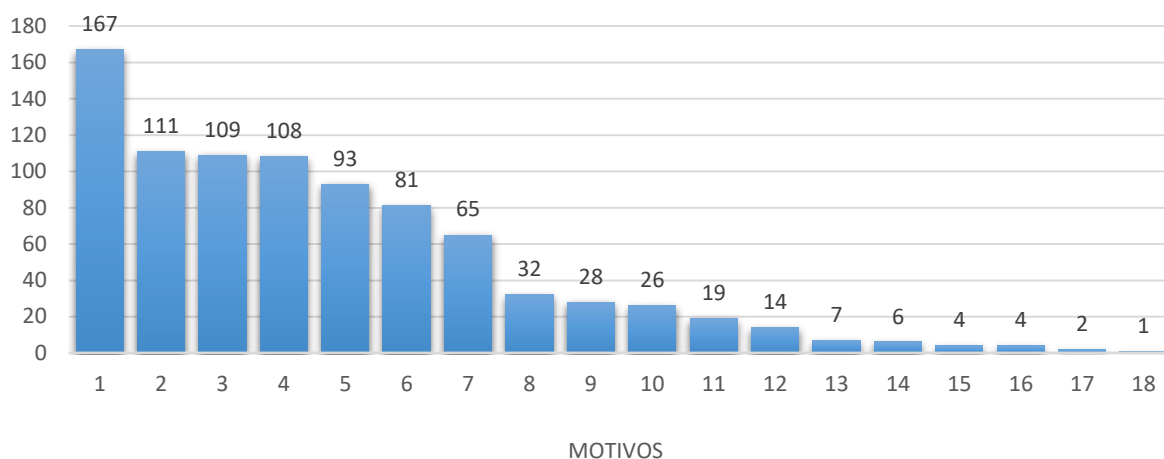
**Quadro 7** – Motivos dos desligamentos do Programa Bolsa Permanência da UFGD, conforme relatórios mensais de suspensão e exclusão 2014 a 2017

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos relatórios de suspensão e exclusão PROAE (2018).

De forma geral, as contrapartidas encontradas nos regulamentos estão relacionadas à frequência e à um aproveitamento mínimo nas disciplinas cursadas. O que, por um lado, traz maior veracidade ao processo para a atingimento das metas estabelecidas pelo PNAES; por outro, as contrapartidas não devem ser, elas mesmas, razão para o aumento de evasão, uma vez que a diminuição da evasão também é a maior finalidade do Programa.

A análise a seguir contempla dados quantitativos dos motivos das exclusões, entre os anos de 2014 a 2017, colhidos nos relatórios da situação mensal dos alunos, retirados da página da PROAE/UFGD.

O Gráfico 11, mostra que a maior parte dos casos de exclusões, ou seja, 167 casos resultaram da não entrega do termo de compromisso devidamente assinado na PROAE.



**Gráfico 11** - Quantitativo e demonstrativo das causas das exclusões, referente aos relatórios da situação mensal dos beneficiários, do ano de 2014 a 2017

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

Conforme o Regulamento de Bolsa Permanência da UFGD de 2014:

Art. 19. Os estudantes beneficiados no Programa Bolsa Permanência da UFGD deverão comparecer na PROAE/UFGD para assinar o Termo de Compromisso na data prevista no Edital do Programa de Assistência Estudantil: Bolsa Permanência da UFGD.

Art. 20. O não comparecimento do estudante para assinar o Termo de Compromisso caracterizará a desistência do benefício pelo estudante (UFGD, 2014a).

Na análise do Gráfico 11, percebe-se que, dos 899 casos de exclusões, sendo que, 167 deles foram estão relacionados a não entrega do termo de compromisso pelo aluno, logo no início do processo. O monitoramento, neste momento, faz-se indispensável, já que seria possível oportunizar aos demais estudantes a condição de bolsista.

Ao analisar os resultados apresentados na pesquisa, de forma geral, as demais causas destacadas no Gráfico 11 não deixam de ser importantes nesta investigação. O fato de 108 alunos terem sido excluídos do Processo pela não aprovação em 50% das disciplinas e pelo fato de 109 beneficiários não atingirem o mínimo de frequência esperada, provocam uma reflexão sobre quais seriam as causas que levaram 65 alunos a solicitarem o desligamento do programa no período de 2014 a 2017.

Essas causas demonstram o quão importante se faz o monitorado e a avaliação pela instituição, uma vez que, segundo Weiss (1998), a avaliação é um processo sistemático no qual se julgam as operações e ou resultados de determinada política ou programa, tecendo comparações entre padrões explícitos e implícitos, de forma a contribuir com o aprimoramento do programa ou da política analisada.

Assim como a situação que apontou 81 casos de exclusões, em que o beneficiário não estava devidamente matriculado com a carga horária mínima exigida para os cursos de graduação; pela análise, foi possível constatar que parte dos estudantes recebeu mais de 50% das bolsas previstas e, diante do Regulamento de Bolsa Permanência da UFGD, estes alunos deveriam ter sido excluídos do processo, pois conforme:

Art. 7º. Poderá participar do Programa de Assistência Estudantil: Bolsa Permanência da UFGD o estudante que cumprir cumulativamente as seguintes condições: (...) § 2º. Estar regularmente matriculado com carga horária mínima de 432 horas/aula no semestre para os cursos integrais de graduação e carga horária mínima de 288 horas/aula, no semestre para os demais cursos presenciais de graduação da UFGD (UFGD, 2014a).

De fato, o acompanhamento e a avaliação de uma política são aspectos muito importantes a serem considerados, pois resultam nas ferramentas de controle para o alcance dos objetivos propostos. A falta do monitoramento pode refletir, na prática, na falta de eficiência, na eficácia e também na efetividade da política, de modo a colocar em risco a sua manutenção.

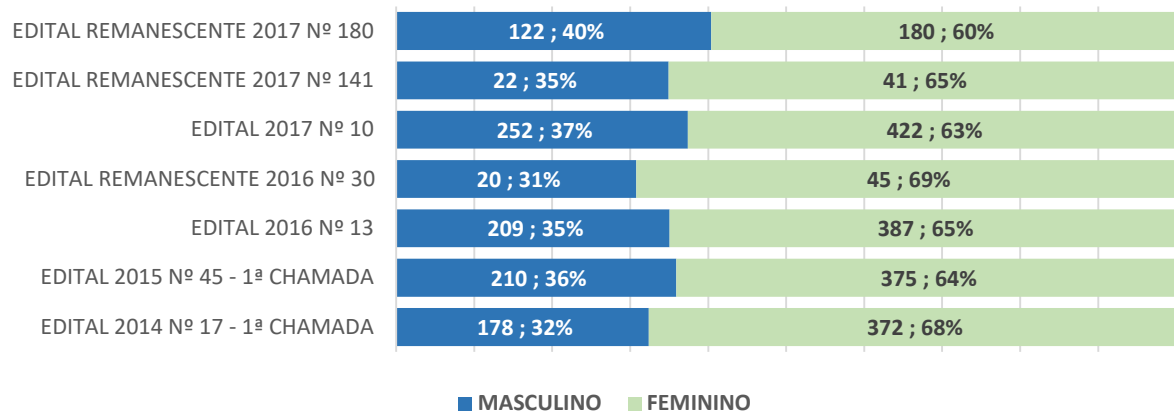
Considerando que a universidade implantou a Política de Assistência Estudantil há pouco mais dez anos e que as ações implementadas foram de grande relevância –ainda que no período da implementação do Programa de Bolsa Permanência da UFGD a ação não tenha acontecido conforme o planejamento esperado –, percebe-se um avanço na sistematização dos editais e regulamentos. Entretanto, como apontam os dados analisados, ainda existem muitos desafios e problemas a serem enfrentados.

Da análise dos editais, parte-se para a investigação do perfil do beneficiário do Programa de Bolsa Permanência, que participou dos editais de 2014 a 2017.

#### **4.4 Beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD**

Mediante os relatórios de pagamentos e de indicadores da PROAE, foram extraídos dados para o processo de investigação da avaliação e do monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD.

O Gráfico 12 representa o número de estudantes por sexo, no qual se percebe um maior predomínio dos beneficiários do sexo feminino, ou seja, dos anos analisados, o percentual de mulheres que foram contempladas no processo sempre foi igual ou superior a 60% do total, conforme pode ser observado a seguir:

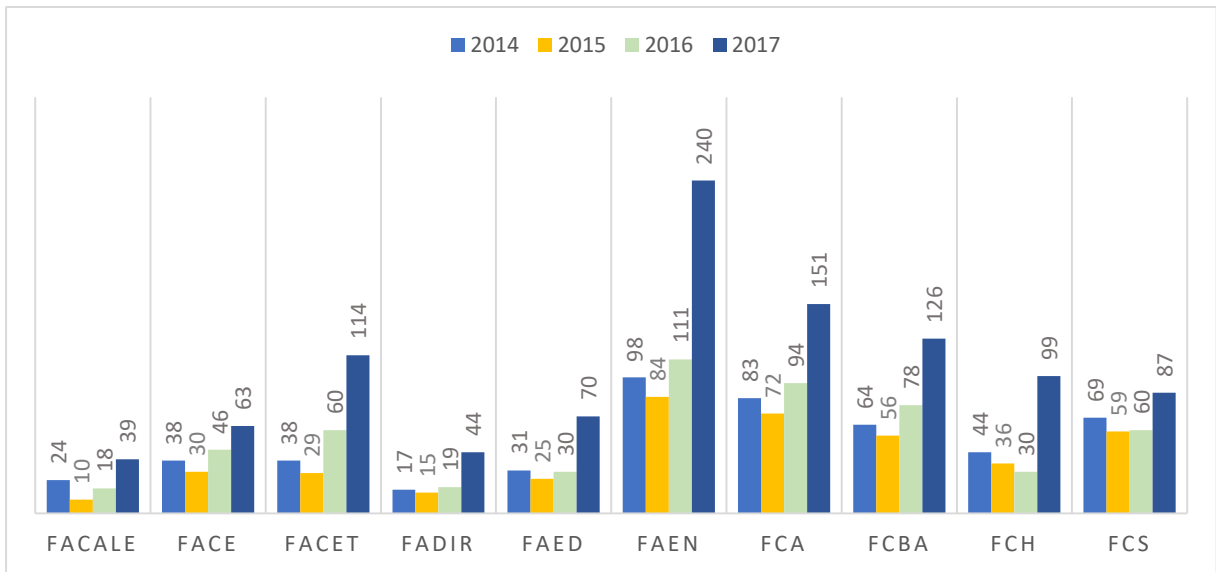


**Gráfico 12** - Beneficiários, por sexo de 2014 a 2017

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018)

Com este cenário é possível visualizar alterações substanciais da presença feminina no espaço universitário. Uma vez que, segundo Bezerra (2010), a entrada das mulheres na universidade aconteceu primeiramente nos Estados Unidos no ano de 1837, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres. Desde então, as mulheres vem sendo a maioria em todos os níveis de ensino no país, principalmente o superior. Um dos maiores desafios das mulheres atualmente, porém, é o de poder adentrar em cursos que ainda continuam sendo predominantemente masculinos e de conseguir permanecer na universidade

Na sequência, o Gráfico 13 apresenta a distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD por faculdade, durante os anos de 2014 a 2017, período de divulgação dos relatórios de indicadores da PROAE:



**Gráfico 13** - Beneficiários, do Programa Bolsa Permanência da UFGD, por faculdade, durante os anos de 2014 a 2017

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Relatórios de pagamentos e Relatórios de Indicadores PROAE. Org.: DIPLAN/COPLAN (2014 a 2016).

Durantes esses anos, foram beneficiados com o Programa Bolsa Permanência da UFGD 2.501<sup>13</sup> alunos, conforme demonstrado no Gráfico 13. Observa-se que a faculdade com maior quantitativo de alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Permanência é a Faculdade de Engenharia (FAEN), com um total de 533 bolsistas, e que logo após está a Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), com 400 beneficiários. Seguidas das Faculdades de Ciências Biológicas e Ambientais (FCBA), com 324 estudantes e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FACET), com 241 alunos bolsistas.

E, ao aprofundar a análise dos dados, pôde-se construir um quadro com os números dos estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD por curso, conforme se pode observar no Quadro 8:

<sup>13</sup> Soma do número de bolsistas por editais. Em mais de uma situação, um mesmo aluno pode ter sido somado duas ou mais vezes, pois foi beneficiário do programa por mais de um ano.

<b>CURSO</b>	<b>TOTAL</b>
Administração - bacharelado	66
Agronomia - bacharelado	111
Artes cênicas	58
Biotecnologia - bacharelado	119
Ciências biológicas	192
Ciências contábeis - bacharelado	82
Ciências econômicas - bacharelado	57
Ciências sociais	112
Direito - bacharelado	51
Educação física - licenciatura	52
Engenharia agrícola - bacharelado	240
Engenharia civil - bacharelado	86
Engenharia de alimentos - bacharelado	149
Engenharia de aquicultura - bacharelado	22
Engenharia de computação - bacharelado	81
Engenharia de energia - bacharelado	103
Engenharia de produção - bacharelado	170
Engenharia mecânica - bacharelado	60
Física - licenciatura	10
Geografia	54
Gestão ambiental - bacharelado	59
História	42
Letras, português-inglês e respectivas literaturas, licenciatura	64
Matemática - licenciatura	112
Medicina - bacharelado	13
Nutrição	111
Nutrição - bacharelado	152
Pedagogia - licenciatura	127
Psicologia - bacharelado	29
Química	88
Relações internacionais - bacharelado	55
Sistemas de informação - bacharelado	34
Zootecnia - bacharelado	74

**Quadro 8** – Distribuição dos estudantes beneficiários, por cursos, do período de 2014 a 2017

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base nos Editais de divulgação PROAE (2018).

Segundo Gross, Hossler e Ziskin (2007), os estudantes matriculados em cursos de quatro anos com o apoio financeiro fornecido pelas próprias instituições de ensino tem um efeito positivo e estatisticamente significativo, apesar de moderado, sobre a permanência dos alunos. Dentre os motivos encontrados no estudo, ao receber o benefício, os indivíduos têm uma menor necessidade de trabalhar, o que permite um maior engajamento na vida universitária.

De forma geral, considera-se a hipótese na qual estudantes que contribuem com o próprio sustento e da família estão matriculados predominantemente em cursos noturnos, uma vez justificado o fato de o aluno ter um emprego o qual não o permita estudar em período integral. Entretanto, a partir deste estudo, pôde-se compreender que muitos alunos do bacharelado vêm de uma situação socioeconômica mais vulnerável, sendo os maiores recebedores de auxílios do governo para se sustentar durante a realização do curso superior.

Nesse sentido, o monitoramento mais uma vez se faz necessário devido à prioridade de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quanto ao critério de seleção e concessão de benefício. Nota-se que as faculdades com o maior percentual de recebimento de bolsas são as de cursos integrais, nos quais os alunos não conseguem adentrar ao mercado de trabalho em virtude dos horários de estudos.

Para Mello (2007), variáveis como renda familiar, escolaridade paterna e ocupação do chefe da família influenciam não somente na probabilidade de ingresso no ensino superior, mas também nos riscos de evasão. Dessa forma, esses fatores estão diretamente relacionados com a busca pelos programas de permanência.

A partir do ano de 2014 houve um aumento significativo na quantidade de bolsas permanência concedidas aos alunos dos cursos integrais. Para o caso da amostra dessa pesquisa, 352 estudantes dos cursos integrais foram atendidos em 2014 e, já em 2017, esse número subiu para 718 beneficiários. Dessa forma, procura-se avaliar se o aumento na quantidade de bolsas foi acompanhado pela diminuição da evasão entre os beneficiários.

O auxílio financeiro dado pelas universidades, segundo Gross, Hosler e Zinski (2007), tem um impacto positivo, porém, moderado, na persistência do estudante. Araújo e Leite (2014) corroboram que os estudantes que receberam o auxílio também abandonavam menos os cursos.

Após o estudo aqui realizado acerca do público que recebeu a bolsa permanência, na sequência, buscar-se-á investigar a situação acadêmica do estudante e os índices da evasão dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Permanência.

#### **4.5 Situação acadêmica atual do aluno beneficiado pelo Programa Bolsa Permanência da UFGD**

Para a realização da análise proposta, emprega-se como estratégia de identificação os estudantes beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD, estabelecida do cruzamento de dados dos editais de homologação e relatórios de pagamentos da PROAE e planilha da situação acadêmica do aluno, fornecida pela CAAC. A partir da base de dados

construída, é possível realizar a análise dos dados por editais, conforme o status da situação acadêmica do aluno, tais como: diplomados, regularmente matriculados e evadidos da instituição.

Em função das características da base de dados é possível realizar a análise de forma a utilizar os dados em painel, conforme a Tabela 6. Para melhor definir os evadidos do curso, esses são tomados como os estudantes que apresentam a matrícula trancada e os que se desvincularam da instituição por algum outro motivo.

**Tabela 6 – Situação acadêmica do beneficiário da Bolsa Permanência por editais**

Editais	DIPLOMADOS		REGULARMENTE MATRICULADOS		EVADIDOS		TOTAL
Edital 2014 nº 17 - 1ª chamada	218	39,6%	169	30,7%	104	18,9%	550
Edital 2014 nº 17 - 2ª chamada	46	38,0%	41	33,9%	25	20,7%	121
Edital 2015 nº 45 - 1ª chamada	149	25,5%	331	56,6%	79	13,5%	585
Edital 2016 nº 13	144	24,2%	373	62,6%	56	9,4%	596
Edital remanescente 2016 nº 30	23	35,4%	37	56,9%	3	4,6%	65
Edital 2017 nº 10	103	15,3%	508	75,4%	38	5,6%	674
Edital remanescente 2017 nº 141	2	3,2%	55	87,3%	4	6,3%	63
Edital remanescente 2017 nº 180	1	0,3%	287	95,0%	6	2,0%	302
<b>TOTAL</b>	686	23,2%	1801	60,9%	315	10,7%	2956

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora com base nos Relatórios de pagamentos, Editais de homologação e Situação atual acadêmica do estudante (2018).

Quanto às análises descritivas, os dados foram separados por editais. A Tabela 6 também mostra o resultado do impacto com recebimento do benefício sobre a permanência e diplomação do estudante. Basta se observar o número de 689 alunos diplomados e o número que estão regularmente matriculados, 1801 alunos. Esses resultados permitem inferir que a concessão de bolsas causa um efeito positivo sobre a permanência dos alunos.

Por outro lado, no edital de 2014, nº 17, aproximadamente 104 estudantes da primeira chamada se evadiram da universidade nesse período de quatro anos, conforme a Tabela 6, e, desse total de alunos evadidos, 4,9% abandonaram o curso no primeiro ano, 5,5% no segundo, 5,5% no terceiro e 3,1% no quarto ano da análise, conforme a Tabela 7, disposta na sequência. Na segunda chamada foram homologados 121 alunos e, desse total, 46 alunos diplomaram, 41



alunos estão regularmente matriculados na instituição e 25 estudantes bolsistas evadiram da UFGD.

Ademais, na Tabela 7 é possível detalhar a evolução da evasão, por editais, com o estabelecimento de anos para a progressão:

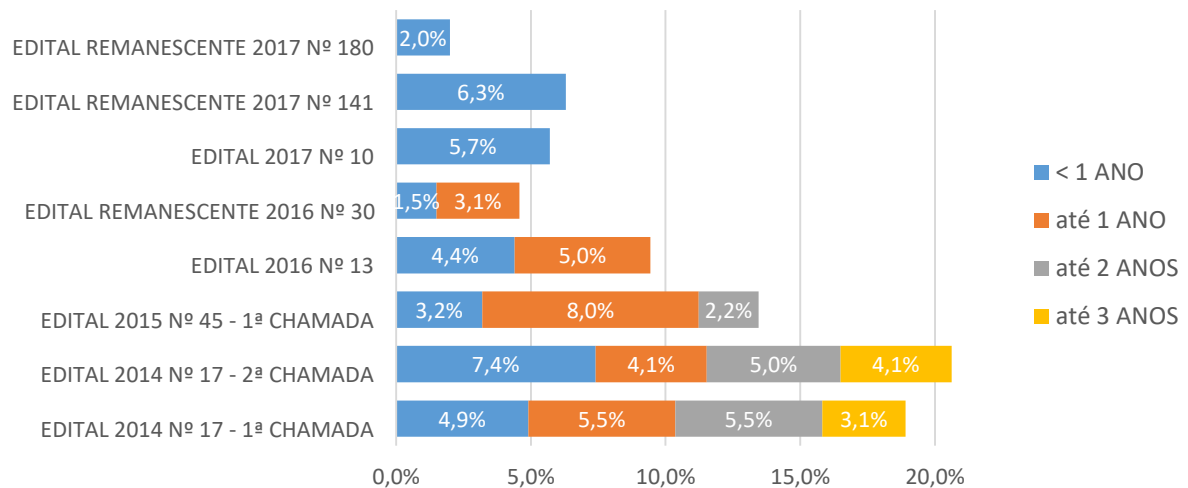
**Tabela 7** – Evolução da evasão dos alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Permanência

Ano	Editais	< 1 ANO	Até 1 ANO	Até 2 ANOS	Até 3 ANOS	Total
2014	Edital 2014 nº 17 - 1ª chamada	4,9%	5,5%	5,5%	3,1%	18,9%
	Edital 2014 nº 17 - 2ª chamada	7,4%	4,1%	5,0%	4,1%	20,6%
2015	Edital 2015 nº 45 - 1ª chamada	3,2%	8,0%	2,2%		13,5%
2016	Edital 2016 nº 13	4,4%	5,0%			9,4%
	Edital remanescente 2016 nº 30	1,5%	3,1%			4,6%
2017	Edital 2017 nº 10	5,7%				5,7%
	Edital remanescente 2017 nº 141	6,3%				6,3%
	Edital remanescente 2017 nº 180	2,0%				2,0%
	<b>MÉDIA</b>	<b>4,4%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,2%</b>	<b>3,6%</b>	<b>17,4%</b>

**Fonte:** Tabela elaborada pela autora com base nos Relatórios de pagamentos, Editais de homologação e Situação atual acadêmica do estudante (2018).

Dessa forma, a Tabela 7 demonstra a progressão do número de evadidos, uma vez que, no primeiro ano dos editais do ano de 2017, o edital nº 10 tem um percentual de 5,7% de evasão, no edital remanescente nº 141, o total de 6,3% de evasão e, no remanescente nº 180, 2,0% de evasão, já no primeiro ano da concessão das bolsas.

Logo, os editais 2015 e 2016 representaram no primeiro ano o percentual de 3,2% e 5,9% de evasão, de forma a confrontar o estudo de Ronsoni (2014), que indica dados expressivos de evasão no primeiro ano letivo e, passado o momento inicial, o autor observa que a tendência é de permanência, com maior probabilidade de conclusão do curso. Para tanto, os dados apontam que a evasão dos alunos beneficiados com o programa está aumentando com o passar dos anos. O que pode ser melhor visualizado com o auxílio do Gráfico 14:

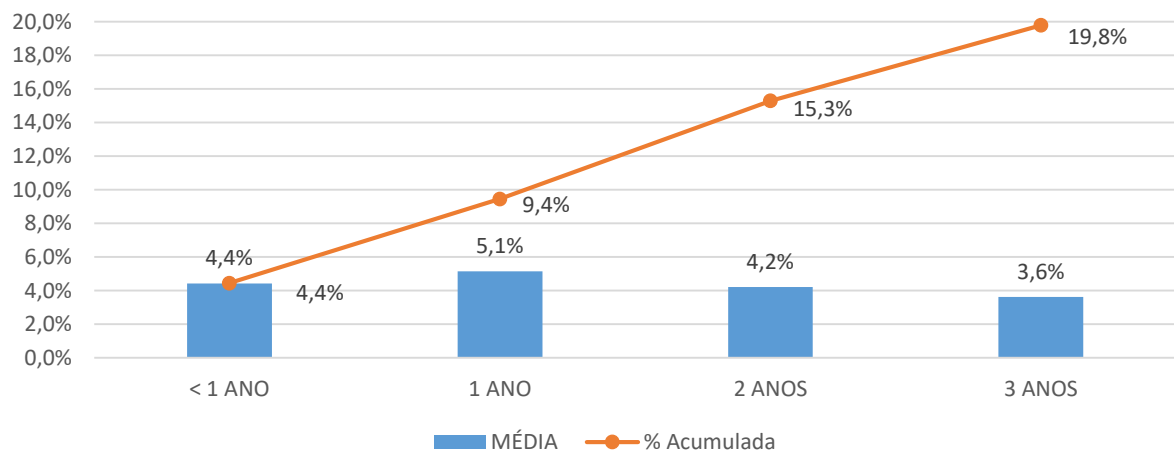


**Gráfico 14** - Distribuição da evolução de evasão

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Relatórios de pagamentos, Editais de homologação e Situação atual acadêmica do estudante (2018).

Verifica-se a partir do Gráfico 14 que a evasão se compõe com o passar dos anos e, mediante os dados, percebe-se a predominância da saída dos alunos nos dois primeiros anos de concessão de bolsas, o que pode ser supostamente entendido como a influência dos fatores de integração no processo de evasão.

Quando estabelecida uma média da progressão da evasão, observa-se no Gráfico 15 que ela aumenta gradativamente. Conforme se faz conferir, o ponto começa a partida em 4,4% e chega, no terceiro ano da concessão da bolsa, a 19,8% de evasão. Ou seja, dos alunos que receberam pelo menos uma bolsa permanência, quase 20% evadem da instituição em até três anos.

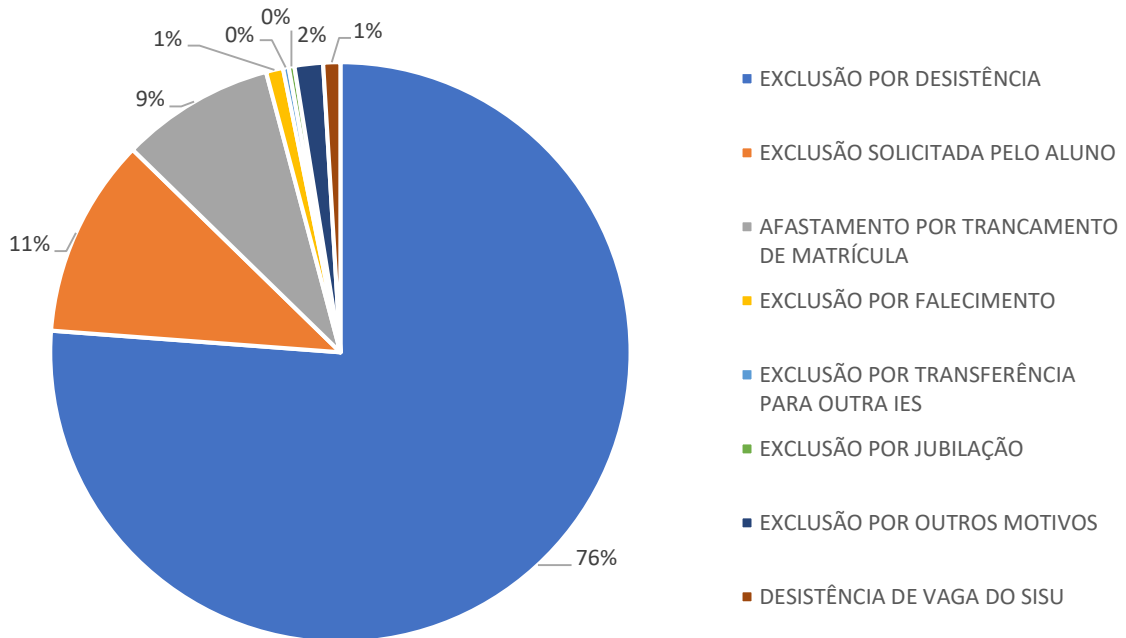


**Gráfico 15** - Média da progressão acumulada da evasão

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base nos Relatórios de pagamentos, Editais de homologação e Situação atual acadêmica do estudante (2018).

Nesse sentido, a demonstração dos índices de evasão deve ser entendida tão somente como um passo inicial de análise, na qual se deve buscar identificar e compreender os fatores que a ocasionam. Esses fatores podem ser de caráter interno às instituições, específicos à estrutura e dinâmica de cada curso, ou externos a elas, relacionados a variáveis econômicas, sociais, culturais, ou mesmo individuais que interferem na vida universitária dos estudantes (RONSONI, 2014).

De acordo com o universo pesquisado e ao se considerar a lista de evadidos que constam na instituição no período de 2014-2017, não é possível generalizar que se tratam de saídas tão somente do sistema universitário. Os dados apresentados não indicam a finalidade da evasão. Há, no entanto, a predominância de casos registrados na secretaria acadêmica da universidade por motivos de “exclusão por desistência”, que chegam ao percentual de 76% do universo pesquisado; já a “exclusão solicitada pelo aluno” representa 11%, por conseguinte, a “exclusão por trancamento de matrícula”, equivale a 9%; também há a exclusão por outros motivos não relatados, exclusão por transferência para outra IES e exclusão por jubilação, conforme o Gráfico 16



**Gráfico 16** – Percentual dos motivos da evasão

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na Situação atual acadêmica do estudante (2018).

Por ser o conceito de evasão definido e utilizado por levantamentos de dados mais macro, o qual utiliza informações da CAAC, isso acaba por os tornar insuficientes quando se

trata de entender de perto o que se passa na real desistência do estudante. Nessa escala, seria imprudente fazer comparações que não sejam de caráter mais macro e se torna necessário realizar pesquisas que focalizem tal fenômeno de mais perto, ou seja, pesquisa junto ao aluno buscando compreender o que se passou com aqueles que tiveram a matrícula excluída ou trancada.

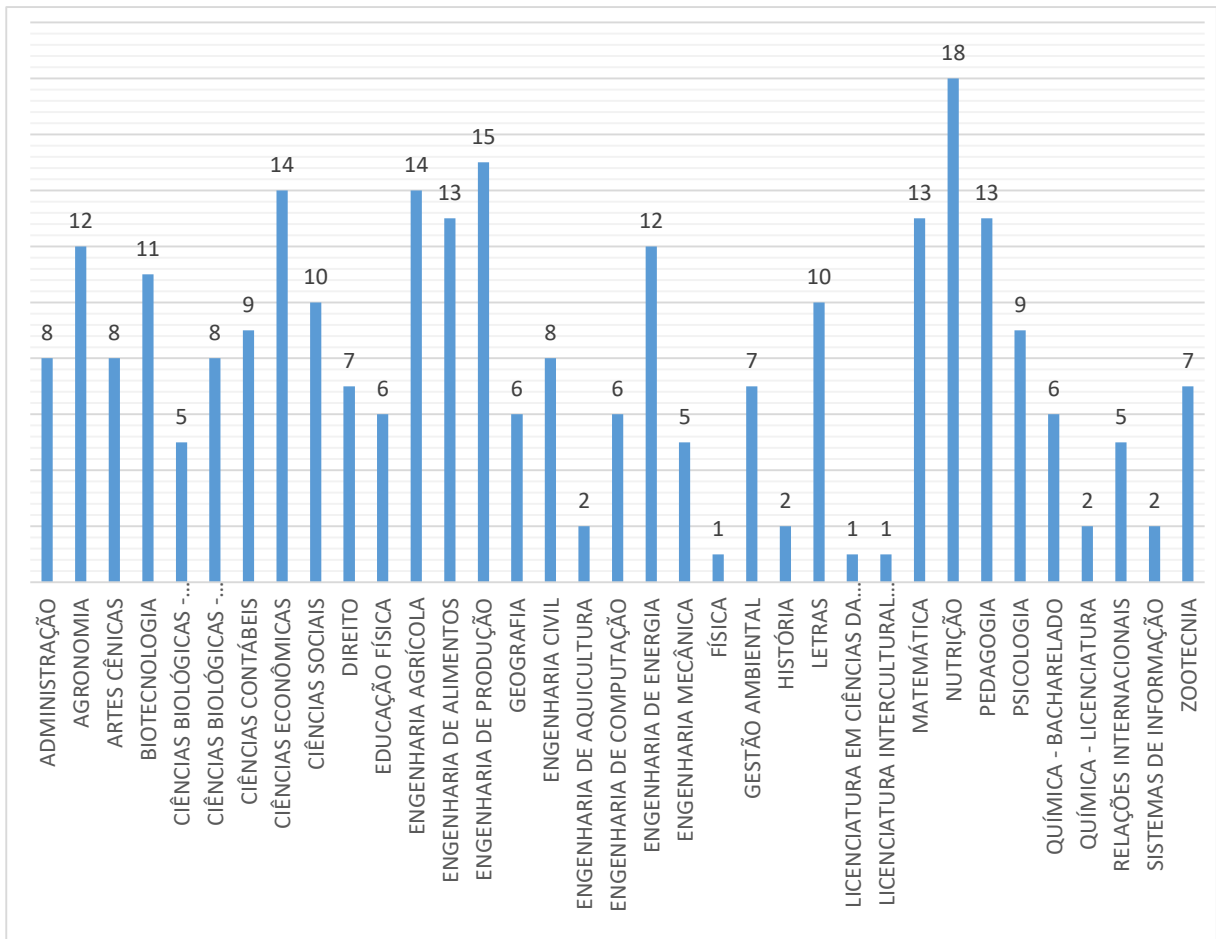
Da análise dos dados, a seguir, é realizada a avaliação do beneficiário do Programa Bolsa Permanência da UFGD quanto à concessão da bolsa.

#### **4.6 Visão e Satisfação dos Beneficiários do Programa Bolsa Permanência da UFGD**

A aplicação do questionário aos beneficiários possibilitou uma aproximação da visão do aluno frente à concessão da Bolsa Permanência da UFGD. Além disso, permite aos gestores conhecer as necessidades dos alunos e, conseqüentemente, identificar se a política desenvolvida na instituição é capaz de suprir tais necessidades. À vista disso, segundo Carvalho (2009), a avaliação participativa de todos os envolvidos na política permite detectar precocemente falhas ou estratégias inadequadas e alterá-las, com o objetivo de melhorar sua eficácia.

Das 276 respostas obtidas com a aplicação do questionário, 174 alunos em algum momento do curso já pensaram em desistir deste. E desse número, 91 alunos sinalizaram que o motivo estaria relacionado à falta de condições financeiras para concluir o curso, além disso, 49 alunos disseram que a causa seria pela dificuldade de aprendizagem.

Os alunos respondentes estão divididos entre 36 cursos da UFGD, com maior incidência de alunos nos cursos de nutrição, engenharia de produção, engenharia de aquicultura e engenharia mecânica, conforme destacado no Gráfico 17.

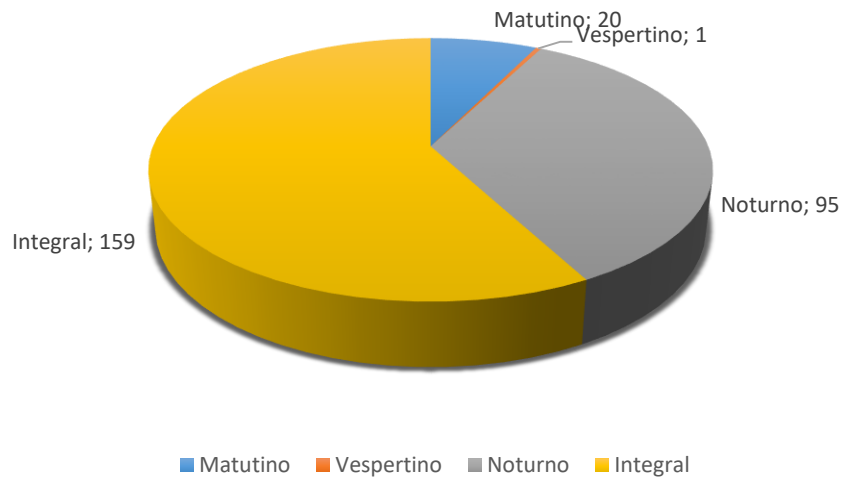


**Gráfico 17** – Quantidade de beneficiários respondentes por curso

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

Quando questionados sobre o porquê da escolha dos cursos nos quais os alunos estavam matriculados, a maioria respondeu que foi por afinidade com a área, aptidão, gosto pela área. Alguns responderam que foi pela oportunidade futura no mercado de trabalho ou pela possibilidade de conseguir boa condição financeira após ter se formado. Outros ainda, responderam em menor número que a escolha foi feita ao levar em consideração a facilidade de entrada no curso, bem como, por ser um curso noturno.

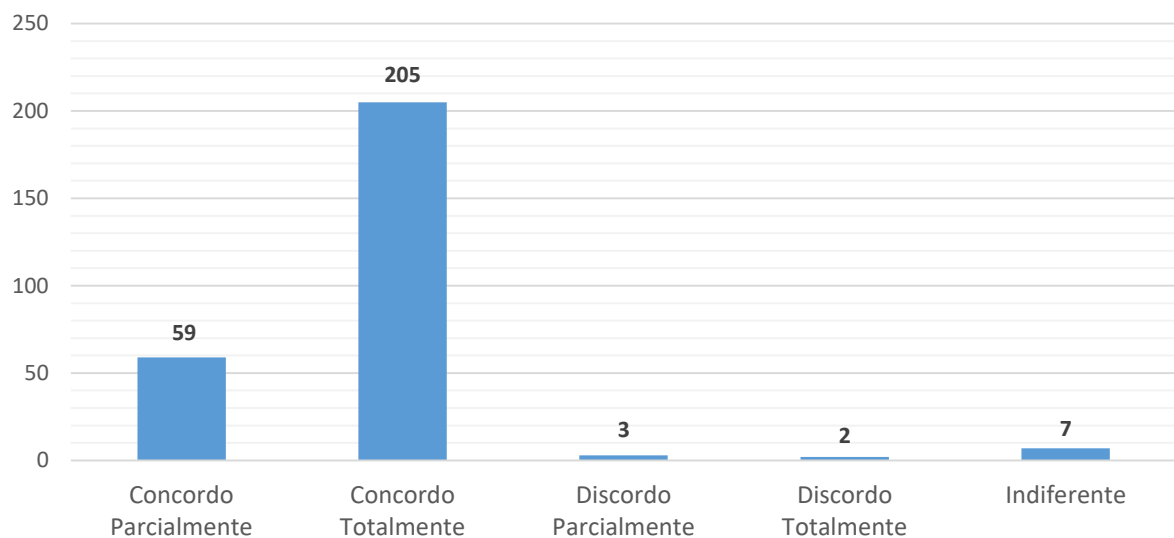
Apesar de um número grande de alunos responder que estava matriculado nos cursos integrais, uma parcela dos alunos disse que já pensou em desistir do curso. A impossibilidade de trabalhar é uma das causas, pois as aulas acontecem durante o dia todo e impossibilita a atuação no mercado de trabalho. Na pesquisa, 159 alunos fazem o curso em turno integral, 20 alunos fazem o curso no turno matutino, 1 aluno no turno vespertino e 95 alunos no turno noturno, conforme o Gráfico 18:



**Gráfico 18** – Turno de estudo dos respondentes

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

Quando questionado aos estudantes se a assistência estudantil é fundamental para democratização do acesso e permanência ao ensino superior, a maioria dos estudantes, ou seja, 205 estudantes responderam que concordam totalmente, como pode ser observado no Gráfico 19:



**Gráfico 19** – Quanto à percepção do estudante em relação à Assistência Estudantil

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

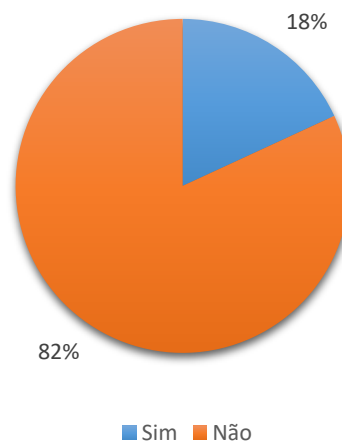
Pela pesquisa realizada com os alunos, percebeu-se que muitos chegam à universidade sem conhecer o programa de assistência estudantil, porém logo na matrícula ou na recepção de calouros já são orientados sobre a assistência estudantil. O que não elimina a possibilidade de

alguns ainda não ter o conhecimento dos programas nesses momentos. Assim, ao serem questionados sobre a forma pela qual os alunos souberam do programa, esses responderam que foi por meio de amigos, parentes, servidores, *site* da instituição e na recepção dos calouros.

Pelo fato de a UFGD receber grande parte de seus estudantes vindos de outras cidades e ou também deixaram seus empregos pela incompatibilidade de horários a necessidade de pensar em ações como o Programa Bolsa Permanência, a fim de atender minimamente aos estudantes mais vulneráveis, uma vez que, segundo relatos dos alunos, se não fosse o recebimento da bolsa e outros trabalhos temporários realizados não teriam condições de permanecer na instituição.

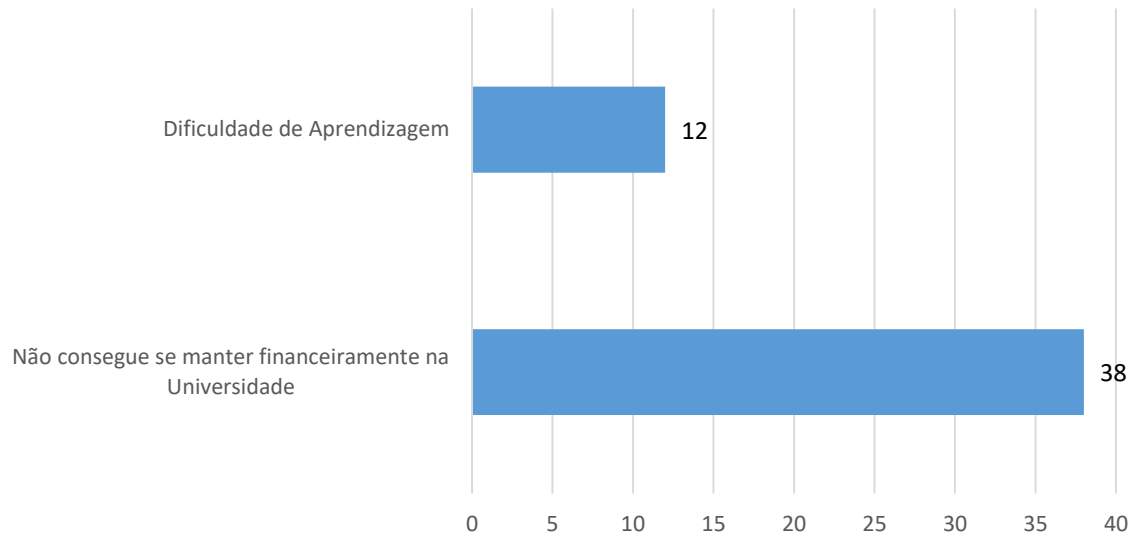
Padoin e Virgolin (2010) trazem que a vulnerabilidade social requer olhares para múltiplos planos. Ao passo que, quando se fala em vulnerabilidade social, é importante compreender que ela é o estado no qual grupos ou indivíduos se encontram destituídos de capacidade para ter acesso aos equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais oferecidos pelo Estado, mercado e sociedade.

Com a expectativa de identificar alunos que tiveram a necessidade do trancamento da matrícula, foi questionado quais dos respondentes já realizaram o trancamento em algum momento do curso. Foi diagnosticado que 18% dos respondentes fizeram o trancamento da matrícula e que, destes, 38 casos estavam relacionados à questão financeira, conforme os Gráficos 20 e 21.



**Gráfico 20** – Alunos que trancaram a matrícula

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).



**Gráfico 21**– Motivos para trancaram a matrícula

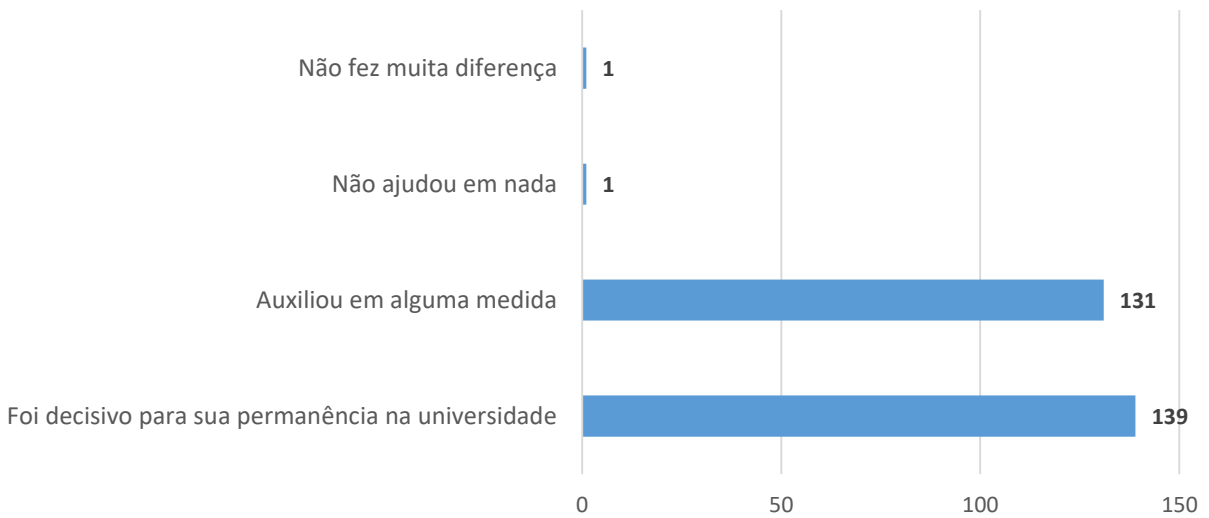
**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

Os motivos apresentados pelos alunos entrevistados como sendo os possíveis propulsores para o trancamento das matrículas revelam que a maior incidência está relacionada a falta de condições financeiras para continuarem na universidade. Também, relatam a dificuldade de aprendizagem como ponto forte para o trancamento da matrícula, na tentativa de se recuperarem das dificuldades encontradas no decorrer do curso.

Nesses relatos, os alunos demonstraram que as dificuldades vivenciadas geram estresse, incertezas, desgastes que levam muitas vezes à intenção de desistência do curso. Verificou-se que a maior parte dos alunos pensou em desistir ou por dificuldades financeiras ou por dificuldades com as disciplinas. Sendo assim, entende-se que a assistência estudantil deve contemplar essas duas questões em suas ações, já que elas vêm também explicitadas no decreto do PNAES.

Outro dado que requer atenção é o fato de quando questionado ao estudante sobre o valor recebido. Dos 276 alunos que participaram da pesquisa, 139 estudantes relataram que o recebimento da bolsa permanência foi decisivo para a permanência deles na instituição. Além disso, 131 alunos disseram que o valor recebido auxiliou em alguma medida na vida acadêmica, conforme se pode observar no Gráfico 22:



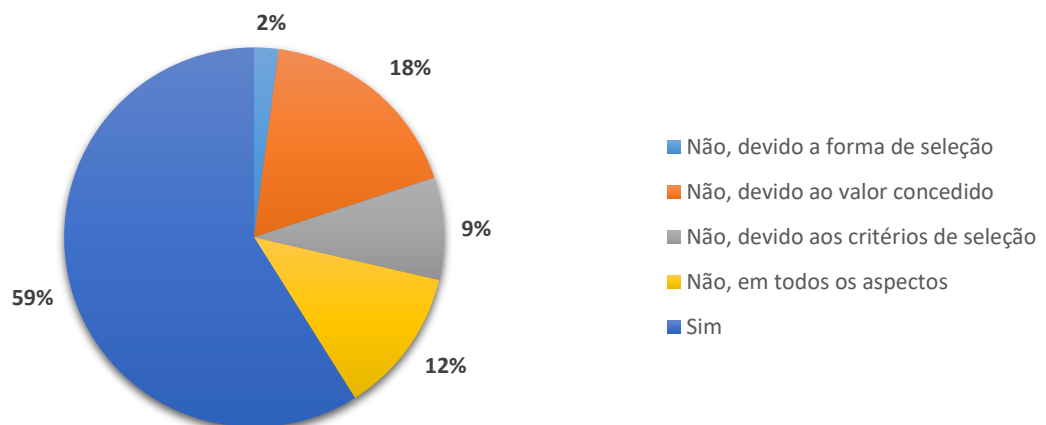


**Gráfico 22**– Quanto ao recebimento da bolsa permanência

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

Na oportunidade, foi sugerido aos estudantes que opinassem se a bolsa permanência da UFGD incentiva o estudante a permanecer no ensino superior, ou seja, se o programa oferece condições de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais para garantir a permanência e a conclusão do curso do estudante.

Segundo as respostas dos estudantes, 59% dos entrevistados responderam que “sim”, o programa atende a todas as expectativas. Outros 18% dos alunos marcaram a opção “não, devido ao valor concedido”, ou seja, muitos alunos destacam que o valor não é suficiente, pois os custos para se manter na cidade são muito altos. Ainda, os entrevistados consideram que os critérios de seleção, segundo 9% dos estudantes, deveriam sofrer modificações para atingir o maior número de alunos, conforme desta o Gráfico 23:

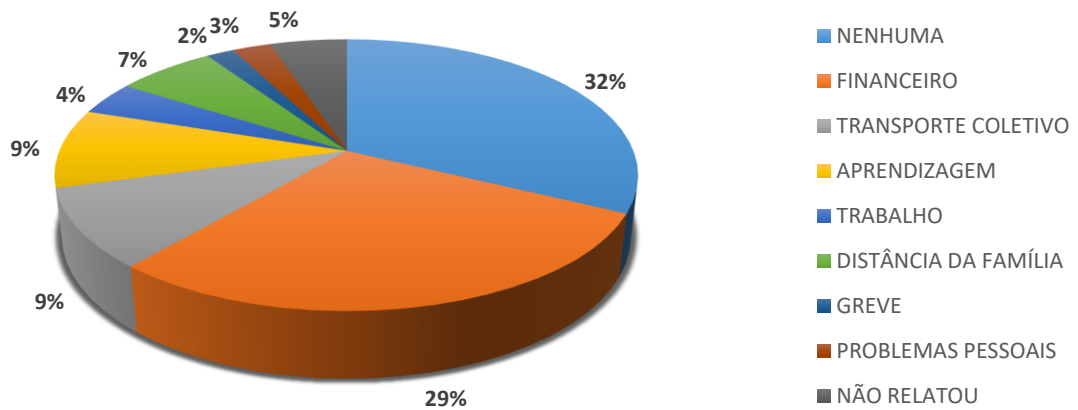


**Gráfico 23** – Avaliação do beneficiário em relação ao Programa Bolsa Permanência

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

O porquê de acharem que o processo é justo e atende às expectativas pode ser verificado nos seguintes trechos dos depoimentos coletados: “[...] entre as pessoas que conheço que recebem os benefícios, todas realmente precisam [...]”; “[...] porque vejo que, na maioria dos casos, os alunos que precisam da bolsa conseguem [...]”; “[...] na minha opinião, o processo é feito com base na seleção do documento entregue [...]”.

Com o intuito de verificar se, apesar do recebimento da bolsa, o aluno ainda sentia dificuldades para a sua formação, foi solicitado que os beneficiários relatassem quais as dificuldades encontradas para a manutenção e conclusão do curso. Foram várias as respostas, entretanto, para esta análise foi necessário agrupar para melhor visualização, conforme o Gráfico 24:



**Gráfico 24** – Dificuldades encontradas para a manutenção e conclusão do curso

**Fonte:** Gráfico elaborado pela autora com base na pesquisa com os sujeitos (2018).

Para a maioria dos beneficiários, a bolsa é suficiente na medida em que cumpre com os seus propósitos, porém, os gastos extras são supridos com outros recursos, advindos muitas vezes da família. Ou seja, consideram que os benefícios atendem suas necessidades básicas, de forma a diminuir os gastos familiares com a sua manutenção.

Cabe ressaltar que os alunos entrevistados já são beneficiados pelo programa e, mediante o recebimento da bolsa, 32% deles afirmaram que no momento não têm nenhuma outra dificuldade. Entretanto, 29% dos estudantes ainda relataram ter dificuldades para a sua manutenção na universidade. Outros estudantes assinalaram que as dificuldades estariam relacionadas ao transporte coletivo, aprendizagem, conciliação do trabalho com os estudos, distância da família, greve e até mesmo outros problemas de ordem pessoais. Nesse contexto,

vários manifestos foram coletados na pesquisa, como os relatos do Aluno 1(A1) e do Aluno 2 (A2):

Sou de fora de Dourados e o custo de vida na cidade não é baixo. Trabalhar a estudar é bastante difícil e implica na diminuição do rendimento acadêmico. As dificuldades foram superadas com o suporte familiar, pelos estágios remunerados que pude realizar e pelo apoio da universidade com bolsas de extensão, permanência etc. As dificuldades surgem especialmente no início do curso, onde não há estágios disponíveis, custos elevados com casa, adaptação etc (A1).

Ao entrar na universidade o meu maior desejo era receber a bolsa da UFGD por questões financeiras, e recebi. Mas hoje, a minha vontade é de não ser dependente dela, por conta dos critérios exigidos. Se eu tivesse condições de me sustentar, poderia me matricular em nove matérias ou mais e tentar passar nelas. Caso não conseguisse tudo bem. Já como bolsista, todo semestre preciso me preocupar com a matrícula, cuidando pra não me matricular em muitas pelo fato de ter que ser aprovado em no mínimo metade delas (ou seja, matriculou em 8, precisa passar em 4 para manter a bolsa). É muito estressante (A2).

A maioria dos alunos registra a importância da continuidade da concessão da bolsa durante toda a graduação. Esses alunos relatam que só permanecem no curso por causa dos auxílios recebidos e, sem eles, seria inviável sua permanência na cidade. Outros, não consideram importante a continuidade e as justificativas são que a concessão deve ser por editais, uma vez que a condição financeira do estudante pode mudar durante o curso, como também, dar oportunidade para uma maior parcela de alunos, pois a quantidade de bolsas distribuídas é insuficiente para toda a demanda percebida.

Para tanto, muito embora o aspecto econômico seja importante para favorecer, ou não, a permanência do estudante em seu respectivo curso, partimos da premissa de que não seja o único ou o preponderante.

Com esse viés, uma vez apontados os anseios dos alunos, faz-se pertinente ouvir os gestores do programa a fim de realçarmos as vozes dos sujeitos envolvidos nesse processo.

#### **4.7 Visão da Gestão frente ao Programa Bolsa Permanência**

Este item tem como finalidade apresentar opiniões dos gestores sobre a Política de Apoio Estudantil da UFGD e os seus principais desafios.

Diante do proposto pelo PNAES, que deve fornecer recursos necessários para que os estudantes superem os obstáculos e desenvolvam um bom desempenho na passagem pela universidade, a entrevista propõe entender dos sujeitos, na visão da gestão a qual esteve à frente,

quais as necessidades a bolsa permanência da UFGD deve atender e quais as necessidades ela pretende corrigir. Com relação a este aspecto, o entrevistado E1 afirma que:

A bolsa permanência é a política mais abrangente, talvez não dê para falar que ela é a maior se nós incluirmos o RU como uma política de assistência estudantil. Mas, se pensarmos em política setorializada e vertical, a bolsa permanência é a principal tanto em número de atendidos, quanto em recursos. E acho que ela tem uma importância, como o próprio PNAES, tem uma importância fundamental, pois a medida que você tem um processo de expansão dentro das universidades federais, com o REUNI criando novos cursos, criando novos campi, criando até novas universidades. Existiu uma necessidade, também de ampliação da própria assistência. E se a assistência estudantil ficasse a cargo apenas do orçamento das universidades não teriam condições. Então, a política não cumpriria a sua função de acesso e garantir a permanência. [...] Então assim, óbvio que o valor de R\$400 não resolve a vida do estudante, **mas de alguma forma ele auxilia e oferece condições mínimas para o estudante permanecer atendendo principalmente: moradia, matérias e transporte.** Pois sem o PNAES e sem a bolsa permanência nós teríamos a possibilidades de entrada, mais vagas, cotas, mas universidades espalhadas pelo país, mas a gente não teria a garantia de permanência e conclusão, desses estudantes de baixa renda, ou do interior que muitas vezes deixam o emprego, ou vão morar fora de suas casas e que com a política são atendidos. (E1, grifo nosso)

A fala do E1 demonstra exatamente a importância socioeconômica dessa bolsa, de modo a afirmar também a necessidade de sua manutenção e crescimento com vistas a beneficiar mais alunos. Somado a isso, o E2 entende que o acesso à universidade pública ainda é elitizado e acredita que o programa de assistência estudantil é capaz de proporcionar ao aluno que precisa trabalhar para se manter na instituição, e também sustentar a família, uma possibilidade de desenvolver o curso em dedicação exclusiva.

O entrevistado E3 também ressalta que a Assistência Estudantil é uma questão importante, pois se entende que só o fornecimento de cotas não é suficiente, visto que muitos estudantes evadem da universidade porque não conseguem se manter, sendo que boa parte dos alunos da UFGD é de fora e não consegue se manter sem o apoio financeiro. Desse modo, entende-se que o Programa “é visto como uma necessidade e não como um favor. Independente de questão política” (E3).

Quando questionado sobre a divisão e definição do uso do recurso do PNAES nas ações de assistência estudantil da UFGD, o entrevistado E3 destaca que:

Então, nunca teve um estudo específico para a distribuição desses valores, normalmente chegava no meio do ano para elaborar o orçamento do ano seguinte aí se observava: quanto a gente conseguiu de aluno atendido? sobrou bolsa esse ano ou não sobrou? Teve lista de espera ano passado ou não teve? Então, sempre havia uma projeção de pedir 10% a mais de recurso para cada uma das bolsas em razão do recurso anterior. Se ele foi todo utilizado ou não.

**Mas nunca teve assim, uma análise do impacto se ele está sendo alcançado ou não.** É muito mais uma questão numérica! (E3)

Em relação ao conhecimento do estudante da UFGD sobre a divulgação da política do programa bolsa permanência e seus objetivos. O E2 salienta que a maioria dos alunos conhece a política de assistência estudantil, uma vez que na matrícula e recepção dos estudantes a PROAE divulga as ações realizadas e há a entrega de um folder explicativo, além da divulgação massiva na página da Universidade. Segundo E2:

Nós fazemos além disso, reuniões com os secretários acadêmicos para a divulgação, pois os alunos procuram muito esses servidores na universidade. Houve uma reunião também com os coordenadores de curso e reuniões com o DCE. [...] **Então assim, a gente se esforça muito para divulgar. Agora, se eles conhecem os objetivos? Eu acho que na maioria não.** Infelizmente, eu acho que a maioria dos alunos não conhecem os objetivos, regulamentos e outros documentos. Embora, nós façamos grande divulgação do programa bolsa permanência. A gente percebe ainda, que existe muita dúvida entre os alunos. [...] mas eu não poderia afirmar, também, pois não fizemos nenhuma pesquisa com os alunos sobre isso. Mas a minha impressão é que a maioria não conhecem (E2).

Em outro momento da entrevista, quando indagados sobre a participação dos estudantes nas decisões quanto às ações de assistência estudantil desenvolvidas pela UFGD – em consonância ao que é posto no art. 4º do Decreto nº 7.234/10, no qual estabelece que as ações de assistência estudantil devem ser executadas por instituições federais de ensino superior, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente – o E3 ressalta que:

A participação dos estudantes sempre foi bastante coadjuvante, nos últimos dois ou três anos foi que a gente passou a convidar mais os alunos participarem, para validar. Então, nós passamos a fazer pesquisas online para ver se eles entendiam da importância do recurso ou não. E tem um resultado bastante positivo para gente [...]. **Mas assim, eles participam, por isso nós estamos tentando crescer essa participação.** Portanto, nós convidamos os alunos para participarem inclusive da gestão do orçamento do PNAES, para que eles possam gerenciar 3% do recurso que chega. Mas em 2016 não apareceu ninguém. Em 2017 também não apareceu! Em 2018 que o DCE veio aqui e nós apresentamos o valor. Logo eles apresentaram algumas propostas de bolsas e validaram as que nós já oferecemos, inclusive a Bolsa Permanência. Então esse ano eles tiveram uma participação mais efetiva, inclusive conhecendo como as bolsas são planejadas, mas também propondo ações que sejam mais interessantes para a comunidade acadêmica. (E3)

Não obstante, o E1 ressalta que, com a experiência na gestão, há a necessidade de criarmos outros canais de comunicação para a divulgação da assistência estudantil. Pois, colocar na página como sempre é feito, muitos estudantes não acessam. Ele acredita que uma forma passível seria recorrer às mídias sociais ou até mesmo, a utilização de mecanismos, tais como passar nas salas de aula: “Particularmente no meu caso, eu sempre tenho turma de primeiro ano, então eu dou aula para calouros. Então, eu posso afirmar que eles sabem, porque eu falo disso em quase todas as aulas [...] mas acho que isso não é sistemático. Pois eu acho que nem todos os professores conhecem a nossa política de assistência estudantil” (E1).

Seguindo a entrevista, os entrevistados foram questionados se o programa bolsa permanência sofreu modificações durante a gestão do entrevistado e quais foram as mudanças. No tocante a isto, o entrevistado E2 destaca que:

Sim, sofreu. Nós tiramos a contrapartida. Então, o aluno não tem mais que desenvolver nenhum tipo de projeto que tenha contrapartida. Por que isso? Porque no nosso entendimento precisa do auxílio para conseguir se manter. Condições mínimas para tentar viabilizar a igualdade de oportunidades. Então, se o aluno tem a condição de permanecer porém, ele têm que prestar uma contrapartida. Nós estamos criando uma desigualdade entre ele e o aluno que não precisa! É óbvio que ele vai ter menos tempo para se dedicar academicamente e vai ter um impacto negativo no desempenho acadêmico dele. E nós não vamos atingir o objetivo final da assistência estudantil. (E2)

Sobre as mudanças ocorridas, o E3 também salienta que houve a mudança da possibilidade de fazer cumulação com outros benefícios, quer seja PIBIC, PIBID, monitoria, entre outros. Também houve a vinculação da regularidade do aluno para continuar recebendo as bolsas. Então, se o aluno tem alguma pendência com a PROAE ou com alguma outra Pró-Reitoria, a bolsa fica suspensa. Para garantir que o aluno cumpra com as suas obrigações, de forma resumida, há a possibilidade de cumulação e a vinculação da regularidade, como explica (E3).

No que diz respeito à avaliação e ao monitoramento dos resultados do programa bolsa permanência quanto a sua eficiência e efetividade, o E1 expõe a dificuldade de realizar o monitoramento devido à falta de um servidor específico para efetuar tal ação. Ele acredita que um técnico em assuntos educacionais seria o mais indicado, pois poderia realizar o acompanhamento pedagógico de desempenho dos estudantes bolsistas. No tocante a isto, o entrevistado destaca que:

O que que a gente tinha? O estudante não poderia reprovar por falta. Ai tinha lá o percentual de disciplinas que o estudante não poderia reprovar por

desempenho. **Então nós acompanhávamos isso na letra fria da nota, só que nós não tínhamos um acompanhamento nem psicossocial e nem pedagógico do porquê ele estaria tendo esse número de reprovações.** [...]Mas enfim, nós tínhamos no plano que assim que viesse um TAE para PROAE, nós faríamos um estudo para o acompanhamento pedagógico do estudante. Porque aí nós poderíamos entender. Pode ser um problema individual do aluno, que aí seria um acompanhamento tipo psicossocial. Também poderia ser um problema estrutural de curso, de disciplina. Onde aí, nós teríamos que fazer algum tipo de ação para resolver isso. Só que aí nunca foi possível! (E1)

Sobre esse assunto, o E3 ressalta que é feito apenas o acompanhamento por semestre para verificar se o aluno cumpriu ou não os requisitos, quanto ao cumprimento de 75% da carga horária de cada disciplina que ele foi matriculado e a aprovação de no mínimo 50% do quantitativo de disciplinas em que estiver matriculado por semestre. E, caso o aluno não tenha cumprido, ele é suspenso até apresentar a justificativa: “Mas assim, daqui não vai para nenhum estudo. É só para saber se o aluno tem direito ou não. Não há nenhuma política de avaliação dos resultados” (E3).

Quanto à questão da evasão, o E1 ainda destaca que:

Nós tínhamos uma questão na universidade que nós não conseguíamos nem identificar qual o período que os nosso bolsistas abandonavam o curso. Porque o que acontece? **Você não tem um sistema integrado. Então, a gente dependia da secretaria acadêmica encaminha a informação que determinado aluno não está mais vinculado.** Aí nós conversamos bastante com a PROGRAD e ela passou a emitir relatórios mensais de trancamentos. Então, quando o aluno trancava e informou à secretaria. Nós lançávamos os relatórios para o pagamento e comparávamos com o relatório de trancamento. Só que isso não resolve o problema do aluno que não se desvinculou oficialmente, ou seja, só abandonou o curso, nós só vamos saber no final do semestre. E as vezes, o aluno que só abandona, nós temos várias naturezas de docentes. Nós temos docentes que não faz a chamada diariamente, não dá avaliação, outro dá uma avaliação apenas e acaba não identificando a reprovação[...] **Então, as vezes nós notávamos a evasão apenas na rematrícula. E assim, nós tínhamos um desafio anterior ao da evasão, que era “se evadiu” e “quando evadiu”.** (E1)

Quanto ao registro de identificação da totalidade dos bolsistas, situação acadêmica do estudante, o E2 afirma que o sistema da PROAE oportuniza a identificação da totalidade de alunos bolsistas. Sendo possível a impressão dos relatórios mensais, os quais são utilizados para o informe de pagamento, de forma a propiciar a filtragem do aluno por curso e modalidade de bolsa. Porém, o sistema não permite o cruzamento desses dados com os da secretaria acadêmica para a produção de indicadores. O entrevistado E2 sustenta a necessidade de um sistema informatizado para o monitoramento da situação acadêmica do aluno bolsista, pois quando é

necessário fazer este trabalho, a Pró-Reitoria realiza uma força de trabalho manual para conseguir verificar a situação de todos os bolsistas da UFGD.

Na entrevista, o E3 afirma a necessidade de se ter um sistema que possa gerar gráficos e relatórios para a análise dos indicadores e a divulgação do serviço que está sendo feito pela universidade e pela assistência estudantil.

Por fim, muito embora os entrevistados tenham atuado em períodos diferentes, todos comungam da mesma opinião quando se trata da relevância das ações de assistência estudantil para a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica na instituição. O desafio proposto pelo gerenciamento dos recursos em prol da permanência do estudante está fragilizado pela a insuficiência de servidores para realizar o monitoramento das ações e a implantação de um sistema para o fornecimento de dados e o consequente cruzamento desses.

O que se pôde perceber é que houve consenso entre a maioria dos entrevistados sobre a maior parte dos temas tratados. Todavia, isso não significa que tais opiniões sejam as mais acertadas, mais viáveis e as mais tecnicamente embasadas.

A seguir, faz-se necessário a visualização do que é praticado em relação ao processo de avaliação e monitoramento por universidades federais consolidadas pela CGU.

#### **4.8 Como são feitos os processos de avaliação e monitoramentos nas universidades auditadas**

São as universidades UFAC, UFS, UFU e UFV responsáveis por realizar em seus domínios formas de monitoramento e avaliação do PNAES. Ao que diz respeito ao monitoramento da Política de Assistência Estudantil nas universidades federais, há de se destacar um aspecto importante que é o estudo e análises relativas à demanda social da comunidade local – apontado no Decreto 7.234/2010, como de relevante importância a ser observado.

Dessas quatro universidades, uma vez colocadas no papel de respondentes, apenas a UFAC aponta fazer o estudo sempre que necessário.

Outro aspecto importante a ser destacado é a utilização de um sistema capaz de gerar relatórios necessários para a análise dos indicadores. Apenas a UFS relata ter um sistema que produza essas informações automaticamente. Entretanto, a UFAC e UFV enfatizam que as informações são geradas parte por sistema e parte manualmente.

Quando questionadas sobre a utilização de algum instrumento de avaliação e monitoramento dos resultados do programa, as universidade UFAC e UFS apontam que se



utilizam frequentemente de instrumentos e que ainda possuem indicadores específicos para o acompanhamento desses. Por outro lado, a universidade UFU relata não ter até o momento e a UFV está em fase de construção.

Sobre esse assunto, Battistuz (2014) enfatiza que, da necessidade de definir os critérios de avaliação, faz-se necessária a definição da forma como estes critérios serão monitorados. Trata-se, assim, do processo de definição de indicadores. Os principais requisitos para o monitoramento e a avaliação de políticas públicas são os indicadores e suas composições que oferecem informações consistentes para que sejam traçadas as melhores decisões.

Para Fernandes (2014), o sistema de indicadores deve conter informações de diferentes fontes e ser organizado de modo sintético para os gestores e, além disso, contar com indicadores que permitam a análise comparativa das informações ao longo do tempo, de forma que, ao analisar o comportamento dos indicadores em um intervalo de tempo, é possível identificar falhas operativas do programa.

Encontra-se na pesquisa o predomínio da importância do estabelecimento de normas ou regulamentos e a definição dos critérios a serem monitorados. Condé (2013) ressalta que, para um monitoramento e uma avaliação efetivos, é necessária a previsão desses no desenho da política.

Quanto à permanência, as universidades foram questionadas sobre a preocupação em medir a taxa de evasão e retenção dos alunos, conforme os objetivos do Decreto nº 7.234/2010. Nesse aspecto, a UFAC relata que está em fase de construção de um observatório para a análise. Já as demais universidades, relatam que medem as taxas semestralmente e ou anualmente.

Logo, quando questionados quanto ao monitoramento do desempenho, as quatro universidades relataram fazer o acompanhamento. Justificada a importância dessa ação, pois segundo Munaretto e Corrêa (2016), os modelos de avaliação de desempenho devem incorporar um conjunto de indicadores de desempenho, visando a assegurar o alinhamento das atividades com o objetivo maior da organização. Para que a medição de desempenho atinja os seus objetivos, com maior eficiência e eficácia, ela deve estar alicerçada aos princípios da universidade.

No tocante à análise da relação entre o desempenho e a permanência dos alunos na instituição, apenas a UFAC diz que não o faz. Em tal situação, apenas a avaliação se preocupa com seus efeitos e implicações na realidade. Para Arretche (2009, p. 39):

[...] ainda que a análise de uma política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a

avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa X um resultado.

Assim como a necessidade que se dá na avaliação do beneficiário em relação ao programa, quando questionados sobre a prática de conceder voz ao estudante, apenas a UFU enfatiza que realiza tal ação, na qual possam conhecer a visão dos beneficiários da política de assistência estudantil e suas necessidades e, assim, incorporar sugestões desses para melhorar a gestão do Programa. Segundo Arretche (2009), avaliar pressupõe determinar a valia ou o valor de algo; exige apreciar ou estimar o merecimento, a grandeza, a intensidade ou força de uma política social diante da situação a que se destina. Avaliar significa estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre a modalidade da política social avaliada e seu sucesso e/ou fracasso, tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos.

O Quadro 9 disponibiliza as respostas da pesquisa nas universidades na íntegra e enfatiza cada qual a sua realidade.

QUESTÃO		UFAC	UFS	UFU	UFV
1	O setor responsável pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)	Pró-reitoria	Pró-reitoria	Pró-reitoria	Pró-reitoria
2	Por quem é feito o planejamento da distribuição do recurso orçamentário entre as ações do PNAES	Unidade administrativa	Unidade administrativa	Unidade administrativa	Setor responsável pelo orçamento
3	A escolha das áreas de atuação dos recursos do PNAES foram fundamentadas em estudos e análises relativos à demanda social	Sempre	Regularmente	Regularmente	Regularmente
4	A IES realiza estudos e análises para fundamentar a aplicação dos recursos do PNAES?	Sim, todos os anos	Sim, todos os anos	Sim, todos os anos	Parcialmente
5	A IES possui um sistema informatizado para a gestão, avaliação e monitoramento dos programas?	Ambos (parte informatizada e parte não informatizada)	Sim	Não	Ambos (parte informatizada e parte não informatizada)
6	Dentre as ações do PNAES desenvolvidas na IES, existe algum programa, exceto o Programa Bolsa Permanência do MEC, que conceda o benefício financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes e garantir a permanência desses, na Instituição?	Sim	Sim	Sim	Sim

continua...

continuação...

7	A IES possui instrumentos de avaliação e monitoramento dos resultados do Programa Bolsa Permanência Institucional?	Sim, e estão sendo executados	Sim, e estão sendo executados	Não, mas estamos em fase de elaboração	Não, mas estamos em fase de elaboração
8	A IES possui indicadores e metas específicas para o acompanhamento do Programa Bolsa Permanência Institucional?	Sim	Sim	Não	Parcialmente, estamos em fase de construção
9	A IES possui o controle dos pagamentos concedidos, aos estudantes beneficiados com o Programa Bolsa Permanência Institucional?	Sim, de todos os meses	Sim, de todos os meses	Sim, de todos os meses	Sim, de todos os meses
10	Quanto ao estabelecimento de normas: a IES possui regulamento específico para o Programa Bolsa Permanência Institucional?	Ainda não foi possível pensar no estabelecimento de normas para o PBP.	Sim	Sim	Sim
11	Quanto à permanência: a IES tem se preocupado em medir a taxa de evasão e retenção dos alunos, conforme os objetivos do Decreto nº 7.234/2010?	Outros (estamos em fase de construção de observatório para medir essas taxas)	Sim, medimos as taxas de evasão e retenção semestralmente	Sim, medimos as taxas de evasão e retenção semestralmente	Sim, medimos as taxas de evasão e retenção anualmente
12	Quanto ao desempenho: a IES costuma acompanhar o desempenho acadêmico dos bolsistas do Programa Bolsa Permanência Institucional?	Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico mensalmente	Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico semestralmente	Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico semestralmente	Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico anualmente
13	A IES analisa a relação entre o desempenho e a permanência dos alunos na Instituição?	Não analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno	Sim, analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno	Não analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno	Sim, analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno
14	Quanto à avaliação dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência Institucional: existem mecanismos para conhecer a opinião dos alunos sobre a concessão do benefício recebido?	Não	Parcialmente	Sim	Parcialmente
15	Quais mecanismos são utilizados para a avaliação dos alunos quanto à concessão do benefício recebido?	Não há	Questionário	Fórum de Assistência Estudantil	Questionário e coleta de dados objetivos com respostas fechadas

continua...

continuação...

16	Essas informações são utilizadas para revisar o planejamento do programa, o regulamento, os editais e o processo de concessão do benefício do Programa Bolsa Permanência Institucional?	Não há	Sim	Sim	Parcialmente
17	As informações obtidas referentes à avaliação e ao monitoramento são exploradas para a elaboração de estratégias institucionais para a revisão do programa?	Sim	Sim	Sim	Sim
18	Existem outras dificuldades que gostaria de relatar?	Não	Não	Não	Sim, o recurso é escasso frente à demanda crescente. Esse é o desafio de todas as IFES.

**Quadro 9** – Resultado da pesquisa nas Universidades Federais sobre o monitoramento do PNAES (UFAC, UFS, UFU, UFV)

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora com base na pesquisa (2018).

Logo, através do exposto, verifica-se que o monitoramento das ações de assistência estudantil presentes nas universidades pesquisadas são tidas, prioritariamente, com necessidades de melhorias ao longo do processo. Entretanto, corroboram positivamente com as demais universidades que estão na construção de seus modelos de monitoramento.

Os dados apresentados até o momento tiveram o objetivo de fornecer um panorama histórico de como é realizado o processo da Bolsa Permanência da UFGD na instituição, a fim de compreender a sua importância para garantir a permanência do estudante e, também como é realizado o monitoramento e a avaliação do PNAES nas universidades federais brasileiras.

Mediante a sistematização dos dados secundários, obtidos através dos relatórios e editais, pôde-se perceber a significância do trabalho realizado pelos gestores no andamento dos processos de concessão de bolsas, muito embora haja pontos falhos encontrados e não diagnosticados pela falta do monitoramento e da avaliação.

Nos questionários e entrevistas foram aprofundadas as questões sobre a percepção que os bolsistas têm sobre a assistência estudantil na UFGD e o programa Bolsa Permanência. Logo, foi possível compreender os pontos positivos e negativos do processo do programa e quais as reais lacunas deverão ser preenchidas.

A partir das entrevistas feitas com os gestores há a possibilidade de entender como que a gestão idealiza as ações para combater a retenção e a evasão dos estudantes. Há consenso entre os entrevistados quando se trata da não realização do monitoramento em virtude da

escassez de servidores e da falta de um sistema informatizado para a obtenção de dados para a avaliação dos indicadores.

Posto isto, encerra-se esta sessão com o resumo dos principais pontos levantados a partir da análise do *corpus* da pesquisa:

1. Falta de uma instância superior para as discussões da Assistência Estudantil;
2. Ausência de monitoramento da concessão de bolsas, tampouco dos números de evasão e retenção dos beneficiários do programa bolsa permanência da UFGD;
3. Ausência de um sistema integrado para o cruzamento dos dados;
4. Falta da participação dos estudantes nas tomadas de decisões quanto à Assistência Estudantil na universidade;
5. Falta de articulação entre as demais Pró-Reitorias.

Por meio da análise e descrição dos dados da pesquisa se verificou a ausência da fixação de mecanismos de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD, com vistas a cumprir o objetivo da pesquisa, qual seja propor um instrumento de monitoramento. A seguir, serão apresentadas as sugestões de intervenção.

## 5 SUGESTÕES DE INTERVENÇÃO

Pautando-se nas oportunidades de intervenção abordadas anteriormente, vislumbra-se a possibilidade de intervir na realidade investigada para instituir mecanismos de monitoramento e avaliação. Em um primeiro momento, os efeitos positivos repercutiriam na permanência acadêmica. A médio e longo prazo, a prospecção é aprimorar os índices de diplomação e, em última instância, a contrapartida para a sociedade (em forma de benefícios).

Ao se levar em consideração a ausência de ações de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD, as quais poderiam fornecer informações essenciais sobre o programa, capazes de orientar os gestores no processo de tomada de decisões, a proposta desta pesquisa é fornecer um instrumento que possa proporcionar subsídios para a instituição de ações de monitoramento e avaliação na UFGD.

Ceretta e Quadros (2003) enfatizam que é fundamental desenvolver indicadores de desempenho consistentes e alinhados com a estratégia da organização. Para tanto, tais pesquisadores produziram uma sequência lógica de procedimentos para desenvolvimento e implementação de um sistema de mensuração e avaliação de desempenho, a qual poderia vir a ajudar no desenvolvimento de um material que visa a aplicabilidade em uma situação de uso real.

Nesse sentido, entende-se que esse instrumento de acompanhamento e avaliação deverá ser capaz de apontar novas possibilidades para o programa bolsa permanência da UFGD tanto no que diz respeito à concessão de bolsas quanto ao fortalecimento do programa na instituição. Ademais, permitirá agregar informações referentes ao desenvolvimento do estudante e a aplicação dos recursos financeiros, de forma a possibilitar que os gestores tomem decisões qualificadas sobre a necessidade da destinação dos recursos.

Portanto, a avaliação e o monitoramento permitem conhecer a política a fundo, de modo a identificar os seus pontos fortes e fracos, sendo fundamental para a qualificação das decisões; além disso, possibilita verificar se os objetivos traçados foram alcançados. Diante disso, a seguir serão apresentadas propostas que poderão ser utilizadas no monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD.

### 5.1 Quanto à ausência de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD

Levando em consideração o Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão nº 201601866/CGU e a análise dos dados apresentados na pesquisa, verificou-se que inexistente na

UFGD qualquer instrumento de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência desta instituição. Logo, o monitoramento e a avaliação propostos, por meio de instrumentos e ações, conforme o Quadro 10, objetivam a criação de:

<b>Ações a serem executadas</b>	<b>Forma de execução</b>	<b>Responsáveis</b>
1. Conselho de Assistência Estudantil	Implantação de uma instância de discussões de Assistência Estudantil	Representantes de todas as instâncias (Estudantes, Professores, Técnicos)
2. Criação de relatórios semestrais sobre o desenvolvimento do Programa Bolsa Permanência	Elaboração de documentos de monitoramento	Setor responsável pelo Programa Bolsa Permanência
3. Implantação de um Sistema Integrado para o cruzamento de dados entre a PROGRAD, PROAE, PROPP.	Implantação de sistema eletrônico que sistematize e forneça relatórios com os tipos de benefícios, valores pagos, situação acadêmica e outras informações gerenciais	COIN, Reitoria
4. Avaliação e divulgação dos resultados obtidos pelo monitoramento	Elaboração de instrumentos ( <i>report</i> ) de Avaliação e Monitoramento quantitativo e qualitativo do Programa Bolsa Permanência da UFGD	Conselho de Assistência Estudantil
5. Avaliação do beneficiário	Elaboração de questionários on-line para diagnosticar a percepção do estudante quanto à concessão do benefício	Conselho de Assistência Estudantil
6. Elaboração de indicadores vinculados ao Programa Bolsa Permanência da UFGD alimentados por informações da situação acadêmica do estudante	Elaboração de indicadores que mostrem a taxa de atendimento do Programa e o relacione aos indicadores institucionais como: frequência, taxa de aprovação e rendimento acadêmico do beneficiário	Conselho de Assistência Estudantil, PROAE, PROPP e PROGRAD

**Quadro 10** – Propostas de intervenção

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora.

O Conselho de Assistência Estudantil deverá fazer parte da estrutura institucional da universidade e objetiva ser uma instância de discussões para o planejamento, decisão e avaliação da Política de Assistência Estudantil na universidade. Acredita-se que com esse espaço as ações poderão ser pensadas por vários atores, além disso, esse conselho pode ser visto como uma alternativa para se avaliar a política, na medida em que esta ação é capaz de dar voz aos beneficiários, aos não beneficiários, aos gestores, e a outros servidores não envolvidos com

o processo. Ainda, esta atividade viabiliza identificar os pontos fracos e fortes do programa e fornecer informações essenciais para a tomada de decisões qualificadas.

Cumprido destacar que, segundo Carvalho (2009, p.91), “[...] a avaliação participativa não dispensa o uso de tradicionais instrumentos como: definição de indicadores, aplicação de questionários, realização de entrevistas, observação participante [...]”. Nessa direção, o estabelecimento de indicadores e instrumentos de monitoramento serão tratados neste espaço como forma de complementar a avaliação. Em complementação, a autora acrescenta que a avaliação participativa oportuniza aos envolvidos a troca de informações e reflexões.

O monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD permite, mais do que verificar o mero cumprimento de formalidades, avaliar se a concessão do benefício, diante das taxas de evasão e retenção, realmente se tornou mais eficaz e mais eficiente, bem como, se for o caso, se as políticas públicas se tornaram mais efetivas.

Diante disso, o monitoramento na UFGD deve ser pautado e estruturado de acordo com as seguintes etapas:

- a) Planejamento e definição da quantidade de bolsas e valores a serem propostos nos editais;
- b) Divulgação ampla dos editais e o estabelecimento de prazos nos editais a serem cumpridos;
- c) Desburocratização da entrega de documentos na PROAE, ou seja, facilidade na entrega dos Termos de compromisso, visto que, conforme a pesquisa, o maior percentual de exclusões de beneficiários é sobre a não entrega do Termo de Compromisso;
- d) Relatórios de acompanhamento da situação acadêmica do estudante bolsista;
- e) Cruzamento de dados acadêmico para verificar a taxa de evasão e retenção dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência;

Todas as etapas devem ser registradas por meio de um instrumento, preferencialmente um sistema informatizado, que possibilite o cruzamento de dados, o qual deve contribuir para que as informações sobre o monitoramento se mantenham sempre atualizadas.

Nesse sentido, a proposta é a elaboração de relatórios sistematizados semestrais. Para isso, a gestão deve pensar na possibilidade de adquirir um programa que favoreça o cruzamento de dados entre as informações da PROAE, PROGRAD e PROPP, com a finalidade de obter informações sobre a demanda do programa e sobre as principais necessidades dos alunos bolsistas.



Mediante os dados e com o trabalho da avaliação, ou seja, da análise dos resultados, permitirão aos gestores emitirem conclusões sobre a necessidade da política de assistência estudantil na instituição e, se necessário, realizarem reajustes para que a política aconteça da melhor forma. Segundo Secchi (2010), a avaliação é a composta pelas etapas de: planejamento, execução, comunicação dos resultados e monitoramento, sendo que não há uma rigidez na ordem do processo, ou seja, a avaliação pode acontecer no planejamento, por exemplo.

Com o intuito de consolidar os dados necessários para o acompanhamento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD, uma proposta deste trabalho é a adoção de um sistema informatizado para que a PROAE possa monitorar e avaliar o programa. O sistema informatizado permitirá agilizar e uniformizar o processo avaliativo e de monitoramento, dotando a UFGD de um banco de dados referente à situação e evolução da política de assistência ao estudante, executada na instituição.

Para a aplicabilidade da proposta é necessário a criação de um módulo de acompanhamento e avaliação do programa e, diante disso, propõe-se que a COIN consulte o gestor e os profissionais da PROAE, com vistas a levantar aspectos relevantes a serem incorporados ao sistema, bem como favorecer a adesão dos servidores envolvidos. Além disso, é necessário que os servidores da PROAE sejam treinados para utilizar o sistema, para que ele possa se efetivar como um mecanismo de monitoramento e de avaliação da política.

Outra proposta a fim de sistematizar a avaliação da política e ações compreende em promover uma avaliação anual do programa, de modo a trazer os indicadores e metas, resultados, análises, visões dos beneficiários e gestores, além de conclusões, por meio do Relatório Anual do Programa Bolsa Permanência da UFGD, de forma a contribuir para a transparência das informações. Cabe ressaltar que o relatório informado é organizado pelo Conselho de Assistência Estudantil, a quem compete coordenar os processos internos da avaliação do programa.

À vista disso, uma possibilidade para o diagnóstico da satisfação do estudante bolsista seria a criação de questionários *on-line*. Mediante isso, a proposta é verificar a satisfação dos beneficiários em relação aos resultados alcançados pelo programa. Os resultados devem ser acolhidos e sistematizados no Relatório Anual do Programa Bolsa Permanência da UFGD, a fim de assegurar a melhoria da qualidade de vida dos estudantes e garantir a permanência dos beneficiários na instituição. Além disso, a aplicação do questionário permitirá conhecer as necessidades dos alunos e, conseqüentemente, identificar se a política desenvolvida na instituição é capaz de suprir tais necessidades.

Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009), um sistema de monitoramento bem estruturado permite diferenciar as informações que serão relevantes e úteis para os diferentes níveis hierárquicos de tomada de decisão e necessitam da construção de sistemas de indicadores.

Para Fernandes (2014), o sistema de indicadores deve conter informações de diferentes fontes e ser organizado de modo sintético para os gestores e, além disso, contar com indicadores que permitam a análise comparativa das informações ao longo do tempo, de forma que, ao analisar o comportamento dos indicadores em um intervalo de tempo, é possível identificar falhas operativas do programa.

Segundo Buvnich (1999), um bom indicador deve apresentar algumas características, conforme apresentadas no Quadro 11:

<b>Indicador</b>	<b>Característica</b>
Válido	Que meça o que se supõe deve ser medido
Confiável	Que seja verificável
Relevante	Aos objetivos do programa/projeto
Sensitivo	Às mudanças da situação que é observada
Aceitável	Pela população em estudo e pelos que coletam a informação
Específico	Adaptado aos objetivos do programa/projeto
Oportuno	Que possa ser constituído e reportado em tempo hábil
Tecnicamente viável	Viável: que os dados requeridos possam ser coletados e mensuráveis (i.e., fácil de coletar através da amostragem, disponibilidade de pessoal especializado, disponibilidade transporte do equipamento necessário, etc.)
Custo-efetivo	Que os dados requeridos possam ser coletados a um custo razoável (i.e., custos de capital, pessoal, operacionais)

**Quadro 11**– Características dos indicadores

**Fonte:** Buvnich (1999).

Mediante as características dispostas no Quadro 12, é oportuno observar a escolha dos indicadores, a facilidade, a oportunidade e o papel da discriminação na sua construção. Há, contudo, que se respeitar as características desejáveis que os indicadores devam ter. Segundo Jannuzi (2005), nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável, ou seja, na prática, nem sempre o indicar que reúne todas as qualidades é o mais oportuno.

Como proposta, sugere-se ainda que a PROAE utilize indicadores para auxiliar no processo de monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD. Para isso, os indicadores propostos serão divididos em categorias, como:

- 1) Retenção: em que visa averiguar a taxa de retenção dos alunos beneficiados pelo programa bolsa permanência da UFGD. Os indicadores devem ainda estabelecer a

razão para os alunos beneficiados e aos não beneficiados do programa para que possa haver a comparação entre os índices;

- 2) Evasão: este indicador objetiva verificar a taxa de evasão dos graduandos da UFGD. Também, deve haver a comparação dos índices com os alunos não beneficiados;
- 3) Desempenho acadêmico: esse indicador visa identificar o índice de desenvolvimento acadêmico (IDA) médio dos estudantes bolsistas e não bolsistas. Desse modo, será possível acompanhar e avaliar se o programa bolsa permanência da UFGD cumpre com o seu objetivo;
- 4) Reprovação: o qual tem a finalidade de verificar a taxa de reprovação dos estudantes da universidade, tanto dos bolsistas como dos não bolsistas do programa bolsa permanência da UFGD. Esse indicador deve ser estabelecido pelo número de reprovações obtidas pelos alunos;
- 5) Satisfação do beneficiário: esse indicador visa verificar a satisfação dos estudantes bolsistas do programa bolsa permanência da UFGD. Os dados deverão ser retirados do questionário *on-line*, proposta de intervenção sugerida, a ser aplicado aos alunos. Esse indicador deve apresentar a proporção de alunos bolsistas satisfeitos com o programa bolsa permanência da UFGD;
- 6) Alunos atendidos: esse indicador tem por objetivo verificar o número de alunos atendidos pelo programa;
- 7) Recursos aplicados por aluno: tal indicador possibilita verificar a quantidade de recursos investidos por beneficiário do programa. A razão deve ser do total de recursos destinados ao Programa Bolsa Permanência da UFGD em relação ao número de alunos beneficiados com o programa.

Com os devidos indicadores, é possível monitorar e avaliar o programa, passíveis ainda de identificar e revisar as estratégias da gestão. Isto porque, segundo Grass Peixoto (2015), o monitoramento se faz como uma peça fundamental na avaliação, pois possibilita identificar os problemas existentes, propor soluções e adotar medidas corretivas para o aperfeiçoamento da implementação dos programas.

Devido ao fato de o programa de bolsa permanência da UFGD ser a ponta das políticas públicas de assistência estudantil, a sua avaliação implica nas múltiplas dimensões, desde o contexto regional, a concepção de assistência estudantil pelos atores envolvidos, o percurso institucional do programa, além da realidade socioeconômicas dos alunos assistidos. Desta forma, faz-se necessária a construção de indicadores adequados e capazes de subsidiar o

monitoramento e a avaliação do programa, a fim de respaldarem os gestores nas tomadas de decisões.

Por fim, com vistas a institucionalizar a avaliação e o monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD, faz-se necessário que estes mecanismos estejam formalizados em normativos internos da instituição e que as ações ocorram periodicamente, sendo proposta a avaliação anual.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho foi possível verificar a relevância da Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior no que tange à busca pela permanência dos graduandos. Mediante a expansão da Educação Superior, ocorrida a partir dos anos 2000, e a reserva de cotas para ingresso nas universidades, modificou-se o perfil dos estudantes, de forma a possibilitar o ingresso de alunos de classes socioeconômicas mais baixas, o que tornou essencial o fortalecimento das ações de assistência estudantil, com o propósito de minimizar as dificuldades dos graduandos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Com isso, surge ao final do ano de 2007 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com o objetivo de garantir a permanência do aluno na instituição, combater a evasão e a retenção, além de propiciar condições de igualdade. Logo, como uma política pública, fazem-se necessárias alternativas para o seu fortalecimento, o que consiste em avaliá-la sistematicamente e, por conseguinte, incide em um melhor planejamento e desenvolvimento das ações de assistência ao estudante desenvolvidas nas Universidades. Portanto, o foco deste trabalho foi o monitoramento e a avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD, o qual, nesse cenário institucional, demanda de grande recurso, advindo do PNAES, e é sujeito da garantia da permanência de muitos estudantes na UFGD.

Em relação aos objetivos desta pesquisa, primeiramente, discutiu-se sobre a Política Pública de Assistência Estudantil, bem como o monitoramento e a avaliação da política dentro do ciclo das políticas públicas. Na sequência, analisou-se o Programa Bolsa Permanência da UFGD sistematizado a partir do panorama do programa entre os anos de 2014 a 2017. Buscou-se ainda, através de entrevistas com os gestores e a aplicação de pesquisa *on-line* com os alunos beneficiários do programa, identificar pontos fortes e pontos fracos do programa na instituição. Por fim, propôs-se, através de ações, mecanismos que poderão ser utilizados pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis para monitorar e avaliar o Programa Bolsa Permanência da UFGD.

Na análise dos dados coletados, observa-se que existe uma Política de Assistência Estudantil institucionalizada na UFGD, porém, há a inexistência de ferramentas para proporcionar o monitoramento e avaliação do programa. Mediante as entrevistas concedidas por diversos atores, foi possível notar que o Programa Bolsa Permanência da UFGD carece de melhorias, sendo que as propostas neste trabalho poderão ser úteis para o aprimoramento da gestão do programa e, na esteira disso, serão capazes de melhorar as práticas da concessão do auxílio aos alunos na instituição.

Através da percepção dos alunos e gestores entrevistados, foi possível diagnosticar pontos fragilizados no processo, mas também pontos positivos que realçam o comprometimento dos atores institucionais. E, por meio desse rol de informações propagadas, foram sistematizadas sugestões de intervenção para o monitoramento do programa bolsa permanência da UFGD. As ações propostas subsidiarão os gestores do programa com informações mais detalhadas sobre o funcionamento e resultados do programa, de forma a permitir, assim, afunilar as informações para as tomadas de decisões, como também possibilita maior transparência dos recursos públicos aplicados.

Quanto às informações obtidas com a pesquisa nas Universidades Federais UFAC, UFS, UFU e UFV, observa-se um estágio inicial da implantação de monitoramento das ações da assistência estudantil, entretanto, tais instituições estão em fase de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento. Suas ações de monitoramento estão organizadas em síntese dos dados de aprovação, reprovação e evasão dos estudantes bolsistas; avaliação semestral do rendimento acadêmico dos estudantes; pesquisas de satisfação dos estudantes bolsistas e a análise de indicadores.

Dessa forma, mediante pressupostos teóricos e os dados analisados na pesquisa, foram sugeridos indicadores relacionados à retenção, à evasão, ao desempenho acadêmico, à reprovação, à satisfação do beneficiário, aos alunos atendidos e aos recursos aplicados por alunos beneficiários. Também, propõem-se a instituição de um conselho para as tomadas de decisões, deliberações e discussões, assim como a necessidade da implantação de um sistema, o qual possa subsidiar o desenvolvimento de relatórios e o cruzamento desses com outras informações necessárias para o monitoramento do programa.

Em resumo, são levantados os principais pontos da pesquisa, como: i) falta de uma instância superior para as discussões da Assistência Estudantil; ii) ausência de monitoramento da concessão de bolsas, tampouco dos números de evasão e retenção dos beneficiários do programa bolsa permanência da UFGD; iii) ausência de um sistema integrado para o cruzamento dos dados; iv) falta da participação dos estudantes nas tomadas de decisões quanto à Assistência Estudantil na universidade; e, v) a falta de articulação entre as demais Pró-Reitorias.

Por fim, acreditamos que o resultado desta pesquisa contribuirá para as tomadas de decisões dos gestores, uma vez que as ações de monitoramento propostas para o Programa Bolsa Permanência da UFGD permitirão que reflexões e correções sejam realizadas ao longo do processo, assim como servirá de modelo para os demais programas da instituição.

Uma limitação encontrada na pesquisa foi em relação as respostas por parte das

universidades, o que demonstra a falta de transparência que existe no uso dos recursos. Também, relatórios e dados de pagamentos da UFGD dos anos anteriores ao período escolhido, para que pudéssemos ampliar o recorte temporal da pesquisa.

Devido à escassa literatura acerca do tema, faz-se ainda necessário o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o assunto, de modo a tornar o debate sobre a Política de Assistência Estudantil mais denso e consistente. Em relação ao Programa Bolsa Permanência da UFGD, sugere-se o estudo sobre o aprofundamento dos motivos das evasões, também sobre a forma de definição das ações e do orçamento destinado ao programa.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 38-56. Disponível em: (link do site). Acesso em: 21 ago. 2018.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000. Acesso em: 03 nov. 2017.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. Repetência ou Promoção Automática. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 3-15, jan./mar. 1957.
- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P.; FERREIRA, J.A.G. **Adaptação, rendimento e desenvolvimento dos estudantes no ensino superior**: Construção/validação do questionário de vivências acadêmicas. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1999. Acesso em: 21 ago. 2017.
- ALMEIDA, B. C. **Política de esporte e lazer do Recife**: a elaboração de um instrumento de avaliação. 2010. Acesso em: 10 ago. 2018.
- ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. V. 5, n. 1. Jul./dez. 2002. Londrina – PR: UEL, 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista>>. Acesso em: 03 ago. 2017.
- ANDERSON, J. E. **Public policymaking**. 8. ed. Stamford, CT: Cengage Learning, 2015. 369 p. Acesso em: 10 ago. 2017.
- ANDIFES, Diretório Nacional. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2007. Disponível em: <[http://www.andifes.org.br/wpcontent/files\\_flutter/Biblioteca\\_071\\_Plano\\_Nacional\\_de\\_Assistencia\\_Estudantil\\_da\\_Andifes\\_completo.pdf](http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). [S.n] Brasília: TC Gráfica e Editora, 2011. Acesso em: 10 ago. 2017.
- ANDRÉS, A. **Aspectos da Assistência Estudantil, nas universidades públicas**. Consultoria legislativa, 2011.
- ARAÚJO, D. P.; MORGADO, M.A. Universidade e Assistência Estudantil: Perspectivas de Jovens Moradores da CEU-UFMT (campus Cuiabá). In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO, 17. Cuiabá, 2009. **Anais do Seminário Educação**, 17a edição. Cuiabá, SEMIEDUC, 2009. Disponível em:<[146r146e://146r146.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt14/comunicacaooral/denise%20pereira%20de%20araujo.pdf](http://146r146e://146r146.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt14/comunicacaooral/denise%20pereira%20de%20araujo.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- ARAÚJO, C. C. A pobreza no contexto da política de assistência social. In: SILVA, Maria Ozanira (Org.). **Pobreza e políticas públicas de enfrentamento à pobreza**. São Luis: Edefma, 2013. Acesso em: 20 ago. 2017.



ARAÚJO, J. C. F. de; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.22, n. 84, p. 777-806, jul./set. 2014 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a09v22n84.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ARRETCHE, M. T.S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão de debate**. São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em: 06 nov. 2017.

ARIOVALDO, T. Política de moradia estudantil: experiências de moradoras nos alojamentos da Universidade Federal de Viçosa. In: **XVI Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, 2016, p. 1-13. Acesso em: 16 jul. 2017.

ASSIS, A. C. L. de. **Desafios e possibilidades da política de Assistência Estudantil da UFJF**. Juiz de Fora, 2013. Acesso em: 21 nov. 2017.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. **Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: Uma Discussão Bibliográfica**, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011. Acesso em: 20 abr. 2018.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 14, n. 1, Abr. 2009. Acesso em: 13 nov. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229 p.

BARROS, A. d. **Expansão da educação superior no brasil: limites e possibilidades**. Educ. Soc., p. 361-390, 2015 Acesso em: 17 set. 2017.

BATTISTUZ, G. Z. **Monitoramento e avaliação de políticas públicas de turismo: uma análise do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011**. 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

BEZERRA, N. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BETZEK, S. B. F. Avaliação Do Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes na UFPR, campus Medianeira. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, Marília, 2015.

BOSCHETTI, I. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. Serviço social: Direitos sociais e Competências Profissionais, 2015. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2017

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Acesso em: 06 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. **Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, DF: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Brasília, DF, 2001a. Acesso em: 13 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI**, 2005a. Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.153 de 29 de julho de 2005. **Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e dá outras providências**. Brasília, DF, 2005b. Acesso em: 20 maio. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Brasília, 2010. Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. MEC. INEP. **Sinopses estatísticas do Censo da Educação Superior: 1995 a 2011**. Brasília: MEC, 2011. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRAVO, R. S. **Técnicas de investigação social: Teoria e exercícios**. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991. Acesso em 16 out. 2017.

BUVINICH, M. R. Ferramentas para o monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. **Cadernos de Políticas Sociais**, n. 10, p. 1-83, 1999. Acesso em: 06 dez. 2017.

CALDAS, R.W.(Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Supervisão por Renner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/\\$File/NT00040D52.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E0008A0F54CD3D43832575A80057019E/$File/NT00040D52.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Acesso em: 06 dez. 2017.

CAMÕES, M. R. S.; MENESES, P. P. M. **Gestão de pessoas no governo federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal.** Cadernos ENAP, 45, 2016.104p.

CATANI, A.M.; HEY, A. P; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em 21 out. 2017.

CAVALCANTI, M. M. de A. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais – uma abordagem conceitual. **Interfaces de Saberes**, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq48975df171def.pdf>>. Acesso em 16 out. 2017.

CARVALHO, M. do C. B. de. Avaliação Participativa – uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate.** São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em: 20 out. 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (*et al*). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CERETTA, P. S.; QUADROS, C. J. de. Sistemas de avaliação do desempenho empresarial. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**, 3. 2003, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2003. Acesso em: 20 out. 2017. Acesso em: 26 out. 2018.

CISLAGUI, J.F; SILVA, M.T. Plano nacional de assistência estudantil e a expansão de vagas nas universidades federais: abrindo o debate. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana, 5. Florianópolis, 2011. **Anais do Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo**, V. Florianópolis, EBEM, UFSC, 2012. Acesso em 05 set.2017.

CONDÉ, E. S. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. **Revista Pesquisa e Debate em Educação**, v. 2, n. 2, 2013. Acesso em: 16 jul. 2017.

COTTA, T. C. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001. Acesso em: 13 jul. 2017.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Acesso em: 20 out. 2017.

CUNHA, C. G. S. da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS, 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 703-725, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000300004&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300004&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jul. 2017.

DOURADO, L.F. Políticas e Gestão da Educação Superior: Múltiplas Regulações e Reforma Universitária no Brasil. **VII Seminário da RedEstrado.** Buenos Aires, 05 julho de 2008.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 235-253, set. 2002. Acesso em 05 set. 2017.

DUTRA, N. G., SANTOS, M. d. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Aval. pol. públ. Educ.**, v.25, n. 94, p. 148-181, 2017. Acesso em 05 set. 2017.

FARIA, C. A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005. Acesso em 20 jun. 2017.

FÁVERO, R. V. M. **Dialogar ou evadir: Eis a questão!** Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância, no Estado do Rio Grande do Sul. 2006. Porto Alegre: UFRGS, 2006. 169 p. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, P. A avaliação da aprendizagem no ensino superior: possibilidades e limites de uma prática formativa. In: LEITE, C. (Org.). **Sentidos da pedagogia no ensino superior**. Porto: CIEE/Livpsic, 2010. p. 99-110. Acesso em: 16 jul. 2017

FERNANDES, N. G. de O. **A política de assistência estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil**: o caso da Universidade Federal de Itajubá. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Doi:10.11606/D.48.2012.tde-12112012-143546. Disponível em: \_\_\_\_\_. Acesso em: 16 jul. 2017

FERNANDES, F. S. Políticas públicas e monitoramento na Educação Infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 58, p. 44-72, 2014. Acesso em: 10 jun. 2018

FERNANDES, D. Pesquisas de percepções e práticas de avaliação no ensino universitário português. **Estudos em Avaliação Educacional**, 2015. Acesso em: 10 jun. 2018

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas**: o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 107-127, set./dez. 1986. Acesso em: 16 jan. 2018

FINATTI, B.E.; ALVES, J. de M.; SILVEIRA, R. de J.. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007. Acesso em: 23 jan. 2018.

FISHER, Frank; FORESTIER, John. **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Durham: Duke University Press, 1993.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares / Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012. Acesso em 03 jun. 2017.

FREITAS, H; OLIVEIRA, M; SACCOL A.Z; MOSCAROLA J. O método de pesquisa *survey*. **Revista de Administração**, São Paulo v. 35, n.3, p. 105-112, julho/setembro, 2000. Acesso em 15 out. 2018.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento de Políticas Públicas, Brasília, n. 23, p. 7-70, 2001. Acesso em 25 jun. 2018.

GIUDICE, J.Z.A.del.; LORETO, M.D.S.; AZEVEDO, D. S. O programa de assistência estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n.2, p. 038-067, 2013. Acesso em jun. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em 23 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Cidade: Editora Atlas SA, 2008. Acesso em 24 jun. 2018.

GOMES, J. Direito, Sociedade Civil e Minorias no Brasil da Virada do Milênio. In: DORA, D. D. (Org.). **Direito e Mudança Social**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. Acesso em: 15 ago. 2018.

GRANEMANN, S. Políticas Sociais e Financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em pauta**. Rio de Janeiro, n.20, p 57-68, 2007. Disponível em:<149R149E://149R149.e-publicacoes.uerj.br/149R149E149.php/revistaempauta/article/view/159/184>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GRASS PEIXOTO, L. A. Abordagens e perspectivas de participação social no monitoramento de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, vol. 19, núm. 2, 2015, p. 403-410.

GROSS, J.; HOSSLER, D.; ZISKIN, M. Institutional Aid and Student Persistence: An Analysis is of the Effects of Institutional Financial Aid at Public Four-Year Institutions. **NASFAA Journal of Student Financial Aid**, Vol. 37, No. 1, 2007. Acesso em: 25 ago. 2017.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago, 2006. Acesso em: 25 ago. 2017.

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc.2017, n.129, pp.285-303. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/artigo/>>

[/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206>](#). Acesso em: 23 jun. 2018.

JÖNSSON, S. Interventionism – an approach for the future? **Qualitative Research in Accounting & Management**, v.7, n.1, p. 124-134, 2010. Acesso em: 25 ago. 2017.

KINGDON, J. W. Agendas, Alternatives and Public Policies. **United States of America**: AddisonWesley Longman, 1994. Acesso em 27 set. 2017.

LARA, C de B. Q. O processo de formação do povoado de Dourados/MS: História e Memória (final do século XIX – início do século XX). **XIII Encontro Regional de História**, 2016.

Disponível em:

<[http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477515129\\_arquivo\\_oprocessodeforma-caodopovoadedourados.pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1477515129_arquivo_oprocessodeforma-caodopovoadedourados.pdf)>. Acesso em: 23 de nov. 2017.

LASSWELL, Harold. "Communications Research and Public Policy" in: *Public Opinion Quarterly*, 36, 1972.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-84. Acesso em 26 jun. 2018.

MACHADO, M. P.. **O pacto neodesenvolvimentista e as políticas de expansão da educação superior no Brasil de 2003 a 2013**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. 2013.

MANCEBO, D.; VALE, A. A. do; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2000. **Revista brasileira de educação**. V.20. nº 60, jan-mar. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 17 de dez. de 2017.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 106. 2009. Disponível em: <[www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996. Acesso em: 27 set. 2018.

MEAD, L. M. **Public Policy**: Vision, Potential, Limits, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995. Acesso em: 12 jun. 2018.

MEC/SESU. **Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC, 1997.

MEC. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Assistência Estudantil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18107-recursos-quadruplicam-e-passam-de-r-1-bilhao-em-cinco-anos>>. Acesso em: 29 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Expansão será consolidada e estudante cotista terá apoio.** Brasília, DF, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18575:expansaos-era-consolidada-e-estudante-cotista-tera-apoio&catid=212&Itemid=86](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18575:expansaos-era-consolidada-e-estudante-cotista-tera-apoio&catid=212&Itemid=86)>. Acesso em: 19 ago 2017.

\_\_\_\_\_. **MEC defende reformas para reduzir a evasão em faculdades.** Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2016/10/mec-defende-reformas-para-reduzir-evasio-em-faculdades>>. Acesso em: 19 ago 2017.

MELLO, J.C.R.S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid. Espana, v.5, n 2, p. 69-83, 2007. Disponível em: <<http://www.rinace.net/arts/vol5num2e/art6.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H. e ZAINKO, M. A. S. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educ. rev.**, 2006, n.28, p.179-198. Disponível em: \_\_\_\_\_. Acesso em: 15 jul.2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007. Disponível em: \_\_\_\_\_. Acesso em: 19 ago 2017.

MOTA, A.E. Serviço Social e Seguridade Social: uma agenda recorrente e desafiante. **Revista em Pauta.** Rio de Janeiro, n.20, p. 126-138, 2007. Disponível em:< <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/164/189>>. Acesso em: 15 jul.2017.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L. Indicadores de Desempenho Organizacional: Uso e Finalidades nas Cooperativas de Eletrificação do Brasil. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, 2016. Acesso em 12 jun. 2018.

NASCIMENTO, C. M. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.** Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p.147-57. Acesso em 12 jun. 2018.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007. Acesso em 23 mar. 2018.

NORA, A. Campus-based Aid Programs as Determinants of Retention among Hispanic Community College Students. **The Journal of Higher Education**.vol. 61, No. 3, 1990. Acesso em: 15 jul.2017.

OLIVEIRA, T.; ROSA F. Fatores determinantes da retenção de estudantes: um modelo teórico para instituições públicas de ensino superior. **I Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público (CIDESP).** Florianópolis, SC, 2017. Acesso em: 25/03/2018.

PACHECO, E. Educação superior: democratizando o acesso / Eliezer Pacheco, Dilvo I. Ristoff. – Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2004.

PADOIN, I.G.; VIRGOLIN, I. W. C. A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política. **Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/137540611/Empoderamento-e-Vulnerabilidade>>. Acesso em: 27/08/2018.

PETERS, B. G. **American public policy**. Nova York: MacMillan, 1986. Disponível em: Acesso em 21/03/2018.

PINTO, I. C.M. **Ascensão e Queda de uma Questão na Agenda Governamental**: o caso das Organizações Sociais da Saúde na Bahia. Bahia, 2004. Tese de Doutorado em Administração do Núcleo de Pós-Graduação em administração da UFBA, 2004. Portal INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 25/03/2018.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Acesso em 05 jun. 2018.

RANIERI, N.B.S. **O Estado democrático de direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania, pela via da educação**. Tese (Livre-docência). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, M. A.. Projeto profissional familiar como determinante da evasão universitária: Um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 6(2), 2005. p. 55-70. Acesso em 13 jun. 2018.

ROSA, C. M. Políticas públicas para a educação superior no governo Lula. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.11, n.1, p. 168-188, jan/jun. 92 2013. Acesso em: 14 set. 2017.

RISTOFF, D. Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: da expansão à democratização, 2008. IN: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.). Educação superior no Brasil - 10 anos pós-LDB. Brasília: INEP **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Acesso em 21 abr. 2017.

RONSONI, M. L. Permanência e evasão de estudantes da UFFS Campus Erechim. In: PEREIRA, T. I. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão**: entre o vivido e o pensado. Erechim: Evangraf, 2014. p. 17-31. Acesso em 03 jun. 2017.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas. Florianópolis**: Departamento de Ciência da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.



- SANTOS, T. S. dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 120-156. Acesso em 18 mar. 2018.
- SANTOS JUNIOR, J. da S; REAL, G. C. M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação** (Campinas) [online]. 2017, vol.22, n.2, p.385-402. Disponível em: Acesso em jun. 2017.
- SANTOS, C.; MARAFON, N. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: os desafios para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre. v15. n 2, p. 408-422, 2016.
- SARAVIA, E.. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, v. 1, p. 21-42, 2006.
- SCHWARTZMAN, S. **ENEM o que realmente importa**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=1907&lang=pt-br> >. Acesso em: 31 mar. 2018.
- SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Disponível em: Acesso em 23 jun. 2017.
- SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16, 2000. Disponível em: < [https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula\\_22.pdf](https://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf) >. Acesso em: 30.jan.2018.
- SILVA, M. O. da S. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico metodológicos**. São Paulo: Veras, 2008. Acesso em 06 jun. 2018.
- SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: Uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137f..Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, Pelotas. Disponível em: \_\_\_\_\_. Acesso em 02 jun. 2018.
- SÍNTESE. **Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2014/SIS\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2017.
- SOUSA, L. M. de. **Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.
- SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, 2009. Disponível em: Acesso em 23 abr. 2017.
- STONE, D.. **A. Policy, Paradox and Political Reason**. Glenview: Scott Foresman, 1988.

TASCA, J. E.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R.; ALVES, M. B. M.. An approach for selecting a theoretical framework for the evaluation of training programs. **Journal of European Industrial Training**, v. 34, n. 7, p. 631-655, 2010. Disponível em: Acesso em 10 jan. 2018.

TCU. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de auditoria operacional em ações da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: TCU/Seprog, 2012. Disponível em: Acesso em jun. 2017.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em jun. 2017.

TINTO, V. **Leaving College: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993. 312p.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Projeto de criação e implantação**. 27 maio 2004. Acesso em: 06 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Com você, nossa universidade fica cada vez melhor (folheto)**. Dourados: UFGD, 2009. Acesso em: 06 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Universidade Federal da Grande Dourados**. Alteração de 03 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/estatuto.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal da Grande Dourados. **Regulamento do Programa de assistência estudantil: Bolsa Permanência da UFGD**. 26 de abril 2014a. Acesso em 28 mar. 2018

\_\_\_\_\_. Universidade Federal da Grande Dourados. **Regulamento do Programa de assistência estudantil: Bolsa Permanência da UFGD**. 27 de novembro 2017b. Acesso em 11 mar. 2018

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013/2017**. Disponível em: <<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/portal/ufgd/arquivos/aufgd/pdi.pdf>>. Acessado em: 27 abr. 2017.

VARGAS, M.L.F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, v. 16, n.1, p. 149-163, jun., 2017.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p.599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>> Acesso em: 15 jan. 2015.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009. Acesso em 23 out. 2017.

VIEIRA ABRAHÃO, M. H. Metodologia na investigação de crenças. In: Barcelos, A. M. F. e Vieira Abrahão, M. H. (Orgs.). **Crenças e Ensino de Línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores**. Campinas: Pontes, 2006. p. 219-231. Disponível em: Acesso em 06 jul. 2017.

VILAÇA, M.L.C. Pesquisa e Ensino: considerações e Reflexões. **Revista E-escrita**. vol.1. n. 2, mai-ago 2010. Acesso em: 9 jun.2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. GRASSI, D. (Trad.) - 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Acesso em 06 nov. 2017.

ZILBER, M.A.; FISCHMANN, A.A. Competitividade e a importância de indicadores de desempenho: utilização de um modelo de tendência. In: **ENANPAD**, 26, 2002, Salvador. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. Acesso em 06 dez. 2017.

WEISS, C. **Evaluation**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998. Acesso em 06 set. 2018.

WESTIN, O.; ROBERTS, H. I. Interventionist research: the puberty years: an introduction to the special issue. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v.7, n.1, p. 5-12, 2010. Acesso em 09 set. 2018.

## APÊNDICES

**Apêndice A: Roteiro de entrevista semiestruturada com os Gestores**

1. Na visão da Gestão quais **necessidades** a Bolsa Permanência da UFGD deve atender? E quais problemas a Bolsa Permanência da UFGD pretende corrigir?
2. Como é feito o processo de definição da distribuição do recurso 4002 entre as ações de assistência estudantil desenvolvidas pela UFGD?
3. Os estudantes da UFGD, de um modo geral, conhecem a política de Bolsa Permanência da UFGD e seus objetivos? Como e onde ela é divulgada?
4. Os estudantes participam das decisões quanto as ações desenvolvidas pela UFGD?
5. A Política de Bolsa Permanência da UFGD sofreu modificações durante a sua gestão? Quais mudanças significativas ocorreram? Por quê?
6. A UFGD possui instrumentos de avaliação e monitoramento dos resultados do Programa Bolsa Permanência da UFGD? Em caso positivo, quais foram as conclusões e os resultados a que chegou? Em caso negativo, o que inviabilizou esta ação?
7. Existem registros identificando a totalidade de bolsistas, cursos e/ou situação acadêmica dos alunos, quanto à repetência e evasão no período de 2013 a 2017?

## Apêndice B: Questionário aplicados aos estudantes

Prezado (a) Acadêmico ou ex-Acadêmico!

Primeiramente gostaria de agradecer-lo pela disponibilidade em ajudar na execução da presente pesquisa.

O questionário proposto tem fim exclusivamente acadêmico, direcionado aos estudantes que RECEBEM ou JÁ RECEBERAM bolsa do Programa Bolsa Permanência da UFGD.

Trata-se de pesquisa aplicada referente à avaliação e ao monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD, e no que consiste a aplicação dos recursos e objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desenvolvidos na UFGD, visando à construção do Trabalho de Conclusão Final (TCF) do Mestrado Profissional em Administração Pública/PROFIAP.

Mestranda: Adriana Carla Teixeira da Costa Brito

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Luci de Almeida

### SEÇÃO 1

#### OBJETIVO E PÚBLICO-ALVO DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa é realizar um levantamento acerca da aplicação do Programa de Bolsa Permanência da UFGD. O público-alvo são os acadêmicos que recebem ou já receberam a Bolsa Permanência da UFGD. A primeira seção dos questionário pesquisa o perfil do respondente. A segunda parte do questionário objetiva analisar a percepção do aluno quanto a Bolsa Permanência. Para responder à pesquisa você levará no máximo 5 minutos. Com isso em mente, vamos adiante.

Endereço de e-mail\*

---

1 - Sou um acadêmico ou ex-acadêmico da UFGD que sou ou fui beneficiado pelo Programa Bolsa Permanência da UFGD?

- Sim
- Não. Neste caso, por favor, abandonar a pesquisa.

### SEÇÃO 2

#### PERFIL

Nesta seção, gostaríamos de saber qual o perfil do acadêmico beneficiado pelo Bolsa Permanência da UFGD. Ao responder esse questionário, suas respostas serão analisadas de forma agregada, totalmente anônima e sigilosa, de forma a garantir que os dados dos respondentes ou organizações não sejam divulgados de forma individual. O interesse é unicamente voltado à pesquisa acadêmica.

1 - Qual seu nome? (OPCIONAL)

---

2 - Sexo



- Feminino  
 Masculino

3 - Qual o curso está frequenta/frequentou?

---

5 - Qual o turno do curso que frequenta/frequentou?

- Matutino  
 Vespertino  
 Noturno  
 Integral

6 - O que o levou à optar por esse curso?

- Identifica-se com o curso  
 O curso que conseguiu entrar  
 O curso que seus pais queriam que fizesse  
 Status profissional

7 - Já trancou sua matrícula alguma vez?

- Sim  
 Não

8 - Você conseguirá ou conseguiu se formar no prazo regular do seu curso?

- Sim  
 Não

9 - Durante sua trajetória acadêmica, já pensou em desistir do curso?

- Sim  
 Não

10 - Caso positivo, por qual motivo?

---

11 - Você trabalha ou trabalhou durante o curso?

- Sim, por um semestre  
 Sim, por 2 semestres  
 Sim, por três semestres  
 Sim, por quatro semestres ou mais

Não

12 - Você sustenta/sustentou ou colabora/colaborou financeiramente nas despesas de casa no período em que cursa/cursou a faculdade?

Sim, por um semestre

Sim, por 2 semestres

Sim, por três semestres

Sim, por quatro semestres ou mais

Não

13 - O trabalho interfere ou interferiu na sua vida acadêmica?

Sim

Não

### SEÇÃO 3

#### PERCEPÇÃO DO ACADÊMICO SOBRE A BOLSA PERMANÊNCIA

Nessa seção, gostaríamos de saber a sua opinião sobre o Programa Bolsa Permanência da UFGD.

14 - “A Assistência estudantil é fundamental para democratização do acesso e permanência no ensino superior.” Você:

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Indiferente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

15 - Como teve conhecimento do Programa Bolsa Permanência da UFGD?

Divulgação da PROAE

Amigos

Professores e Coordenação de Curso

Site da UFGD

Redes Sociais

Outros

16 - Você considera que seu desempenho acadêmico melhorou com o recebimento da Bolsa Permanência?

- Sim  
 Não

17 - Você teria condições de fazer o curso/faculdade se não fosse a concessão da Bolsa Permanência da UFGD?

- Sim  
 Não

18 - Ao escolher o curso e a universidade, você considerou as bolsas ofertadas pela UFGD?

- Sim  
 Não

19 - Em quais anos você recebeu a Bolsa Permanência? (Pode ser escolhida mais de uma opção)

- 2013  
 2014  
 2015  
 2016  
 2017  
 2018

20 - Os valores repassados pelo Programa Bolsa Permanência?

- Foi decisivo para sua permanência na universidade  
 Auxiliou em alguma medida  
 Não fez muita diferença  
 Não ajudou em nada

21 - Para qual fim principal você utiliza o recurso recebido da Bolsa Permanência? Assinale o percentual que utiliza da Bolsa com cada item até atingir o percentual máximo. (Caso gaste 100% com moradia responda 0% nos demais itens).

**1 – Moradia**

- 100% da bolsa gasta com  90% da bolsa gasta com  80% da bolsa gasta com  70% da bolsa gasta com  60% da bolsa gasta com  50% da bolsa gasta com  40% da bolsa gasta com  30% da bolsa gasta com  20% da bolsa gasta com  10% da bolsa gasta com  0% da bolsa gasta com

**2 - Materiais escolares (livros, xérox, e outros)**



100% da bolsa gasta com  90% da bolsa gasta com  80% da bolsa gasta com  70% da bolsa gasta com  60% da bolsa gasta com  50% da bolsa gasta com  40% da bolsa gasta com  30% da bolsa gasta com  20% da bolsa gasta com  10% da bolsa gasta com  0% da bolsa gasta com

### 3 – Alimentação

100% da bolsa gasta com  90% da bolsa gasta com  80% da bolsa gasta com  70% da bolsa gasta com  60% da bolsa gasta com  50% da bolsa gasta com  40% da bolsa gasta com  30% da bolsa gasta com  20% da bolsa gasta com  10% da bolsa gasta com  0% da bolsa gasta com

### 4 – Transporte

100% da bolsa gasta com  90% da bolsa gasta com  80% da bolsa gasta com  70% da bolsa gasta com  60% da bolsa gasta com  50% da bolsa gasta com  40% da bolsa gasta com  30% da bolsa gasta com  20% da bolsa gasta com  10% da bolsa gasta com  0% da bolsa gasta com

### 5 - Estudos e cursos de capacitação

100% da bolsa gasta com  90% da bolsa gasta com  80% da bolsa gasta com  70% da bolsa gasta com  60% da bolsa gasta com  50% da bolsa gasta com  40% da bolsa gasta com  30% da bolsa gasta com  20% da bolsa gasta com  10% da bolsa gasta com  0% da bolsa gasta com

### 6 - Outros

100% da bolsa gasta com  90% da bolsa gasta com  80% da bolsa gasta com  70% da bolsa gasta com  60% da bolsa gasta com  50% da bolsa gasta com  40% da bolsa gasta com  30% da bolsa gasta com  20% da bolsa gasta com  10% da bolsa gasta com  0% da bolsa gasta com

22 - Na sua opinião, os critérios de seleção do Bolsa Permanência justos?

- Sim  
 Não  
 Parcialmente

23 - Na sua opinião, a Bolsa Permanência da UFGD em todos os seus aspectos incentiva o estudante a permanecer no ensino superior? Valor: R\$ 400,00 - Forma de seleção: Divulgação de editais e adesão por meio de inscrições. - Critérios de seleção: Avaliação socioeconômica.

- Sim  
 Não, em todos os aspectos  
 Não, devido a forma de seleção  
 Não, devido aos critérios de seleção  
 Não, devido ao valor concedido

24 - Durante o período em que recebeu o benefício Bolsa Permanência, houve algum atraso no pagamento da bolsa?

- Sim, poucas vezes.

- Sim, muitas vezes.
- Nunca houve atrasos.

25 - Quais as principais dificuldades encontradas para sua manutenção e conclusão do curso frequentado na UFGD?

---

---

26 - Você tem alguma sugestão para que o Programa de Bolsa Permanência da UFGD atenda melhor aos acadêmicos?

---

---

## Apêndice C: Questionário aplicado nas Universidades Federais

### Pesquisa sobre Programa Bolsa Permanência Institucional

Prezado (a), o questionário proposto tem fim exclusivamente acadêmico, direcionado ao Gestor e/ou responsáveis por pensar/aplicar/gerenciar a Política de Assistência Estudantil das Universidades Federais.

Trata-se de pesquisa aplicada referente à AVALIAÇÃO e ao MONITORAMENTO do Programa Bolsa Permanência Institucional, exceto do Programa Bolsa Permanência MEC. Busca-se verificar no que consiste a aplicação dos recursos e objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desenvolvidos nas IES, a fim de cumprir a determinação do inciso II do Parágrafo Único do art. 5º do Decreto 7.234/2010, visando à construção do Trabalho de Conclusão Final (TCF) do Mestrado Profissional em Administração Pública/PROFIAP.

Mestranda: Adriana Carla Teixeira da Costa Brito - adrianaacosta@ufgd.edu.br

Orientadora: Profª. Drª. Vera Luci de Almeida

Sua participação é muito importante e ficamos gratos pela sua colaboração!

\* O termo Programa Bolsa Permanência Institucional, refere-se a todo e qualquer auxílio financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, exceto o Programa Bolsa Permanência MEC, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes e garantir a permanência desses na Instituição.

1 - Qual o nome da Instituição de Ensino Superior (IES)?

---

2 - O setor responsável pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é:

- Uma Pró-Reitoria
- Uma Coordenadoria
- Uma Divisão
- Uma Seção
- Não há

3 - Na sua instituição, a quem cabe a decisão final da distribuição do recurso orçamentário entre as ações do PNAES?

- Conselho Superior da Instituição (Ex. Conselho Universitário)
- Responsável pela unidade administrativa que administra o PNAES
- Decisão monocrática do Reitor
- Setor Responsável pelo orçamento

4 - A escolha das áreas de atuação dos recursos do PNAES foram fundamentadas em estudos e análises relativos à demanda social?

- Sempre
- Regularmente

Às vezes

Nunca

5 - A IES realiza estudos e análises para fundamentar a aplicação dos recursos do PNAES?

Sim, todos os anos

Sim, já realizou há anos atrás

Não realiza

Parcialmente

6 - Se respondeu PARCIALMENTE na questão anterior, especifique.

---

7 - A IES possui um sistema informatizado para a gestão, avaliação e monitoramento dos programas?

Sim

Não

Ambos (parte informatizada e parte não informatizada)

8 - Dentre as ações do PNAES desenvolvidas na IES, existe algum programa, exceto o Programa Bolsa Permanência do MEC, que conceda o benefício financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais entre os estudantes e garantir a permanência desses, na Instituição?

Sim

Não

9 - Se respondeu SIM na questão anterior, especifique.

---

10 - A IES possui instrumentos de avaliação e monitoramento dos resultados do Programa Bolsa Permanência Institucional?

Sim, e estão sendo executados

Não, mas estão em fase de construção

Ainda não foi possível pensar esse tipo de instrumento em nível institucional

11 - A IES possui indicadores e metas específicas para o acompanhamento do Programa Bolsa Permanência Institucional?

Sim

Não

Parcialmente

12 - Se respondeu PARCIALMENTE na questão anterior, especifique.

---

13 - A IES possui o controle dos pagamentos concedidos, aos estudantes beneficiados com o Programa Bolsa Permanência Institucional?

- Sim, de todos os meses
- Sim, de alguns meses
- Não possui o controle dos pagamentos

14 - Quanto ao estabelecimento de normas: a IES possui regulamento específico para o Programa Bolsa Permanência Institucional?

- Sim
- Não possui normas para o programa, mas estão em fase de construção
- Ainda não foi possível pensar no estabelecimento de normas para o Programa Bolsa Permanência Institucional

15 - Quanto à permanência: a IES tem se preocupado em medir a taxa de evasão e retenção dos alunos, conforme os objetivos do Decreto nº 7.234/2010?

- Sim, medimos as taxas de evasão e retenção mensalmente
- Sim, medimos as taxas de evasão e retenção bimestralmente
- Sim, medimos as taxas de evasão e retenção semestralmente
- Sim, medimos as taxas de evasão e retenção anualmente
- Não medimos as taxas de evasão e retenção

16 - Quanto ao desempenho: a IES costuma acompanhar o desempenho acadêmico dos bolsistas do Programa Bolsa Permanência Institucional?

- Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico mensalmente
- Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico bimestralmente
- Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico semestralmente
- Sim, acompanhamos o desempenho acadêmico anualmente
- Não acompanhamos o desempenho acadêmico

17 - A IES analisa a relação entre o desempenho e a permanência dos alunos na Instituição?

- Sim, analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno mensalmente
- Sim, analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno bimestralmente
- Sim, analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno semestralmente
- Sim, analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno anualmente
- Não analisamos a relação do desempenho e da permanência do aluno

18 - Quanto à avaliação dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência Institucional: existem mecanismos para conhecer a opinião dos alunos sobre a concessão do benefício recebido?

- Sim
- Não

19 - Quais mecanismos são utilizados para a avaliação dos alunos quanto à concessão do benefício recebido?

- Questionário
- Coleta de dados objetivos com respostas fechadas
- Coleta de dados subjetivos com comentários e depoimentos
- Outro(s)
- Não realizamos a avaliação do aluno quanto ao benefício recebido

20 - Se respondeu OUTRO na questão anterior, especifique.

---

21- Essas informações são utilizadas para revisar o planejamento do programa, o regulamento, os editais e o processo de concessão do benefício do Programa Bolsa Permanência Institucional?

- Sim
- Não
- Parcialmente

22 - Se respondeu PARCIALMENTE na questão anterior, especifique.

---

23 - As informações obtidas através do acompanhamento de desempenho do aluno, relação de permanência e retenção, opinião do aluno são formas de avaliação e monitoramento. Essas informações, de alguma maneira, são exploradas para a elaboração de estratégias institucionais para a revisão do programa?

- Sim
- Não
- Parcialmente

24 - Se respondeu PARCIALMENTE na questão anterior, especifique.

---

25 - Assinale a/as principais dificuldades encontradas para a realização da avaliação e do monitoramento, do Programa Bolsa Permanência Institucional, na universidade em que atua? (Indique de 1 para menor dificuldade e 5 para maior dificuldade)

1 - Falta de instrumento de avaliação e monitoramento institucionalizado

1  2  3  4  5

2 - Falta de servidores para a realização desta atividade

1  2  3  4  5

3 - Ausência de relevância da avaliação e monitoramento dos programas do PNAES

1  2  3  4  5

4- Insuficiência de ferramentas/mecanismos e recursos para o desenvolvimento das ações de avaliação e monitoramento dos programas

1  2  3  4  5

5- Ausência de indicadores e metas específicas de avaliação e monitoramento

1  2  3  4  5

6- Falta de recursos tecnológicos para o cruzamento de dados

1  2  3  4  5

26 - Existem outras dificuldades que gostaria de relatar? Se sim, qual (is).

---

27 - Possui sugestões para implantação/melhoria de instrumentos de avaliação e monitoramento do Programa Bolsa Permanência Institucional da IES que atua?

---

**\*Solicitação de envio de Relatório de Monitoramento**

Solicito, se houver, o envio do instrumento/modelo de avaliação e monitoramento do PNAES utilizado na IES que atua (Relatórios de Monitoramentos, Indicadores, etc.)

**Apêndice D: Modelo de instrumento de avaliação de monitoramento do Programa Bolsa Permanência da UFGD**



# PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA

**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA GRANDE  
DOURADOS

PRÓ-REITORIA DE  
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E  
ESTUDANTIS

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA DA UFGD

Instrumento de acompanhamento e avaliação do Programa Bolsa Permanência da UFGD (inciso II, parágrafo único do art. 5º do Decreto 7234/2010).

**INDICADOR**  
**RECURSOS PNAES**  
**DESTINADOS AO BOLSA**  
**PERMANÊNCIA 2018**

**FINALIDADE**

Acompanhar a execução orçamentária dos recursos destinados à bolsa permanência da UFGD.

**MEMORIAL DE CÁLCULO**

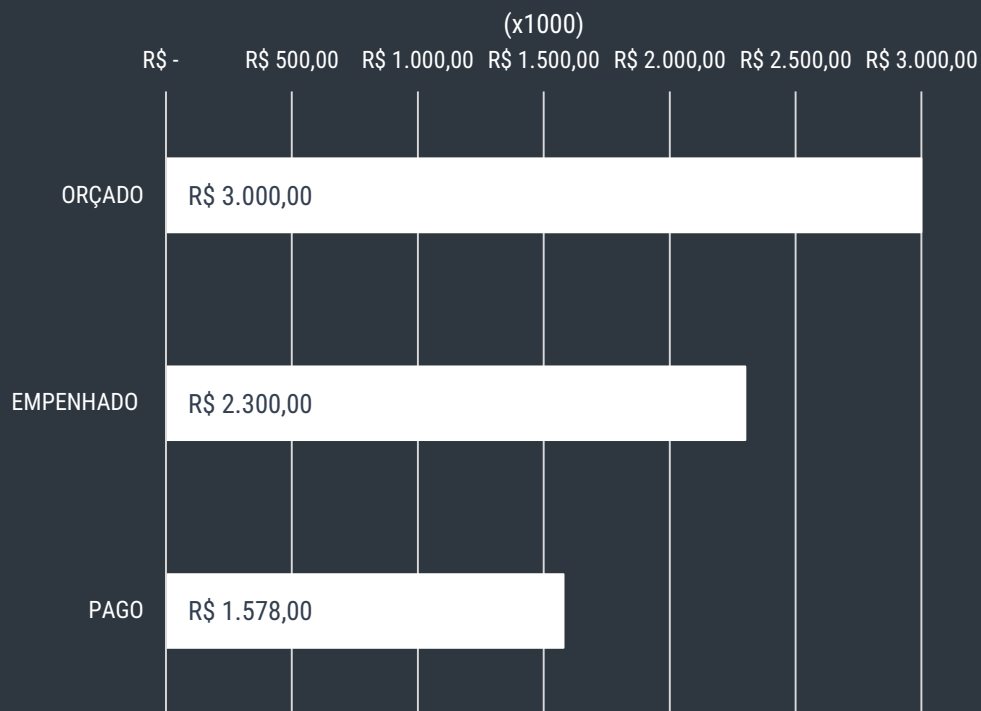
Valor Orçado / Σ do valor empenhado / Σ do valor pago

**META**

Não há

**PERIODICIDADE DA ATUALIZAÇÃO**

Mensal



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

**INDICADOR**  
**EDITAIS DE SELEÇÃO**  
**VIGENTES**

**FINALIDADE**

Indicar os editais de processos de seleção de beneficiários de Bolsa Permanência vigentes

**MEMORIAL DE CÁLCULO**

Não há

**META**

Não há

**PERIODICIDADE DA ATUALIZAÇÃO**

Sempre que houver a publicação de novo edital.

<b>Nº EDITAL</b>	EDITAL Nº 13
<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>	15/03/2018
<b>Nº VAGAS</b>	300
<b>VIGÊNCIA</b>	15/04/2015 à 15/12/2018

ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR ALUNOS HOMOLOGADOS

### FINALIDADE

Garantir a distribuição do quantitativo total de Bolsas Permanência planejadas no edital de abertura.

### MEMORIAL DE CÁLCULO

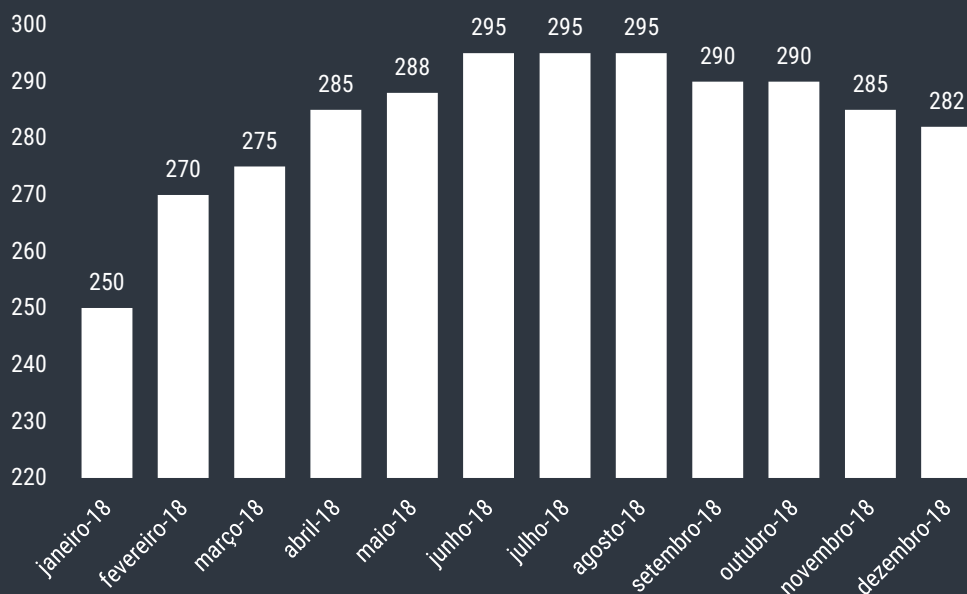
$\Sigma$  de alunos beneficiados pelo programa Bolsa Permanência.

### META

300

### PERIODICIDADE

Sempre que houver a publicação de novo edital.



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR BENEFICIÁRIOS POR FACULDADE

### FINALIDADE

Monitorar o quantitativo de beneficiários do programa Bolsa Permanência por faculdade

### MEMORIAL DE CÁLCULO

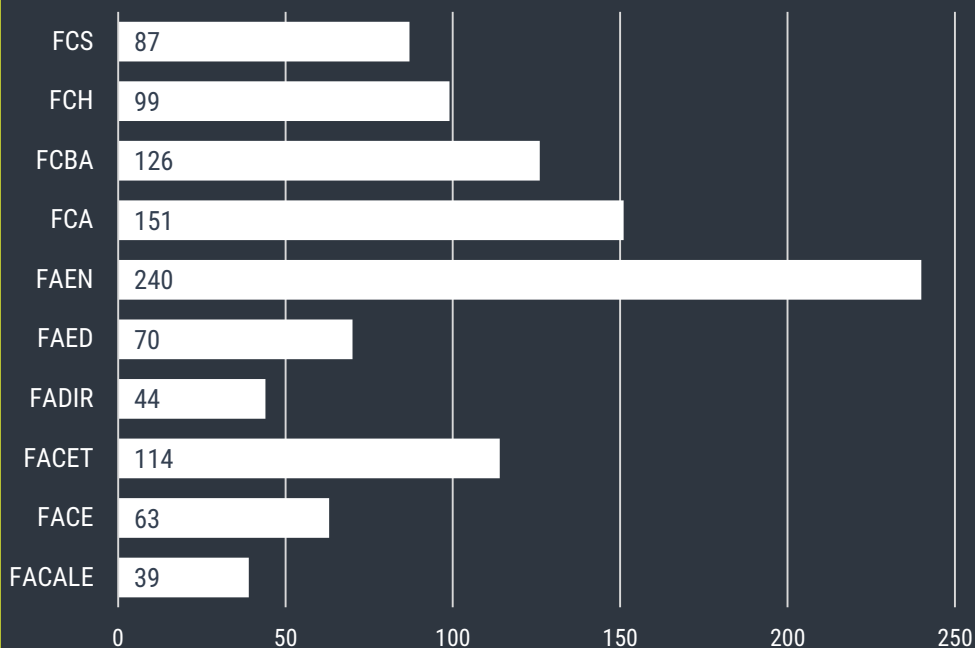
$\Sigma$  de alunos beneficiados pelo programa Bolsa Permanência distribuídos por faculdade.

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Mensal



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR BENEFICIÁRIOS POR PERÍODO

### FINALIDADE

Monitorar o quantitativo de beneficiários do programa Bolsa Permanência por período

### MEMORIAL DE CÁLCULO

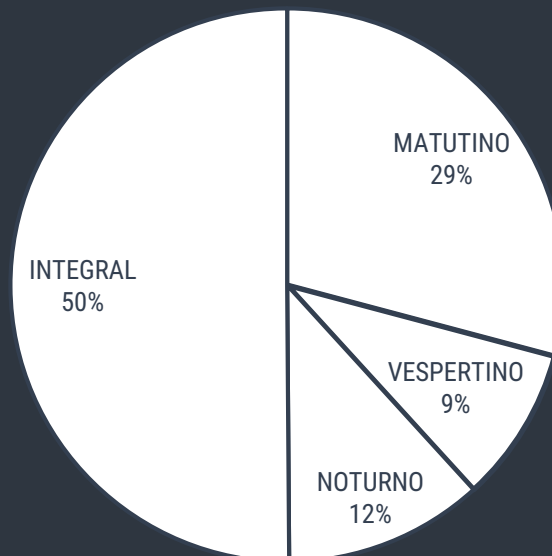
$\Sigma$  de alunos beneficiados pelo programa Bolsa Permanência distribuídos por período

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Mensal



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR DESEMPENHO ACADÊMICO DOS BENEFICIÁRIOS

### FINALIDADE

Monitorar o desempenho acadêmico dos beneficiários do Bolsa Permanência

### MEMORIAL DE CÁLCULO

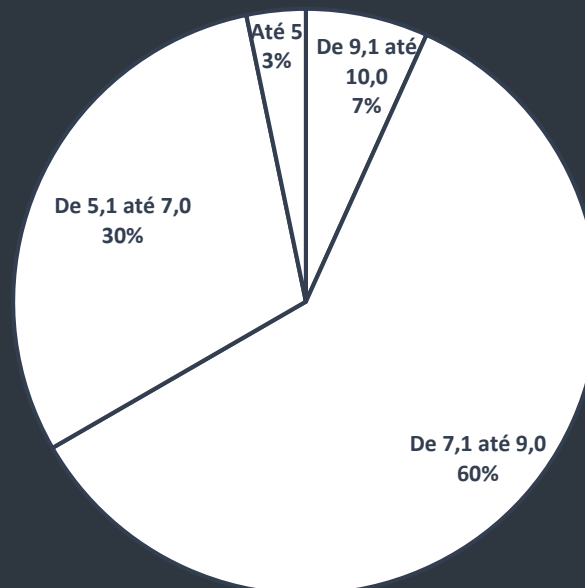
Médias das notas por matéria dos beneficiários

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Mensal



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR REPROVAÇÃO

### FINALIDADE

Monitorar a quantidade de beneficiários reprovados durante o período de recebimento do benefício.

### MEMORIAL DE CÁLCULO

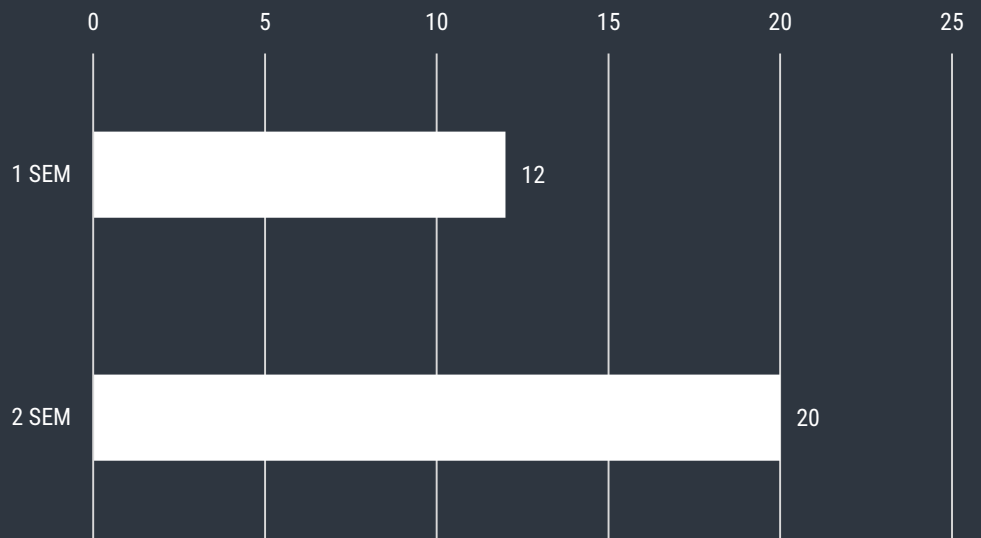
$\Sigma$  da quantidade de beneficiários que reprovaram em alguma disciplina

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Semestral



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR EVASÃO

### FINALIDADE

Monitorar a quantidade de beneficiários evadidos

### MEMORIAL DE CÁLCULO

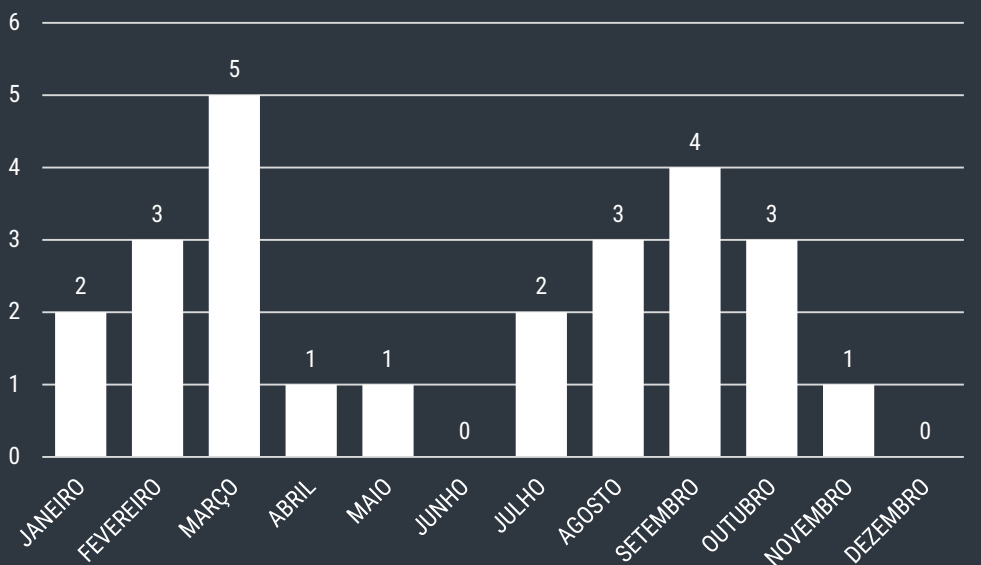
$\Sigma$  da quantidade de beneficiários evadidos no período

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Mensal



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR EXCLUSÕES POR MOTIVO

### FINALIDADE

Monitorar as causas das exclusões de beneficiários do programa Bolsa Permanência

### MEMORIAL DE CÁLCULO

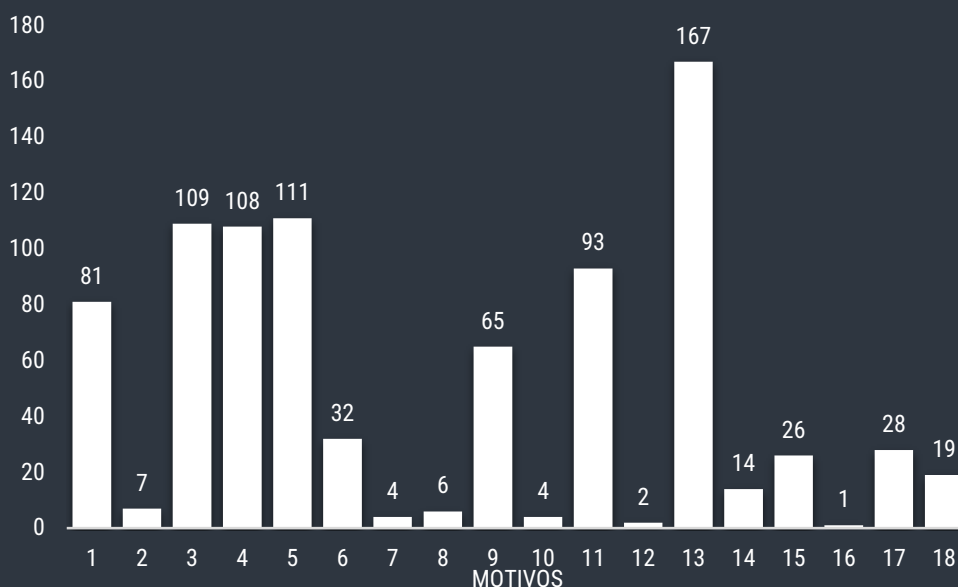
Σ das exclusões por motivos

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Mensal



Nº	MOTIVOS DE DESLIGAMENTOS
1	Não estar matriculado com a carga horária mínima exigida para os cursos de graduação
2	Desenvolver atividades extracurriculares com carga horária mínima de 20 horas
3	Não cumprir no mínimo 75% da carga horária de cada disciplina em que estiver matriculado
4	Não ser aprovado em no mínimo 50% do quantitativo de disciplinas em que o estudante estiver matriculado
5	Ser beneficiário de outra modalidade de bolsa, exceto alimentação.
6	Ultrapassar dois semestres do tempo mínimo de integralização de créditos do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar
7	Abandonar o curso
8	Não renovar matrícula
9	À pedido do aluno
10	Trancar a matrícula
11	Conclusão de curso
12	Estar matriculado em curso de graduação presencial com carga horária igual ou superior a 5 horas/aula diárias = Bolsa permanência MEC
13	Não entregar o termo de compromisso assinado na PROAE será caracterizado desistência ou Apresentar o Termo de compromisso com dados incompletos, ilegíveis e /ou inconsistentes.
14	Não estar classificado como Perfil I pela Avaliação Socioeconômica.
15	Não encaminhar para a PROAE/UFGD, o Relatório Semestral de Atividades assinado.
16	Revisão da Avaliação Socioeconômica
17	Estar com o prazo de validade da Avaliação socioeconômica vencida e não houver revalidação
18	Não regularizar sua situação de suspensão na PROAE no prazo máximo estipulado da data da suspensão

ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

## INDICADOR SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

### FINALIDADE

Monitorar o índice de satisfação dos beneficiários: O programa de Bolsa Permanência é decisivo para a sua permanência no ensino superior?"

### MEMORIAL DE CÁLCULO

Σ das respostas

### META

Não há

### PERIODICIDADE

Anual



ANÁLISE E OBSERVAÇÕES:

# **UFGD**

**Universidade Federal  
da Grande Dourados**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**RUA JOÃO ROSA GÓES, 1761 – CENTRO**

**CEP 79.800-000 - DOURADOS –MS**

**[WWW.UFGD.EDU.BR](http://WWW.UFGD.EDU.BR)**